



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE BIOLOGIA
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM DIVERSIDADE
E INCLUSÃO**

Jaqueline Luna de Oliveira da Rocha

**ATUAÇÃO DE TRADUTORES INTÉRPRETES DE
LIBRAS/LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO
FUNDAMENTAL: REFLEXÕES A PARTIR DE VIVÊNCIAS**

Dissertação submetida a Universidade Federal Fluminense visando à obtenção do
grau de Mestre em Diversidade e Inclusão

Orientadora: Profa. Dra. Osilene Maria de Sá e Silva da Cruz



NITERÓI/RJ

2021

Jaqueline Luna de Oliveira da Rocha

**ATUAÇÃO DE TRADUTORES INTÉRPRETES DE LIBRAS/LÍNGUA
PORTUGUESA NO ENSINO FUNDAMENTAL: REFLEXÕES A PARTIR
DE VIVÊNCIAS.**

Dissertação de Mestrado submetida ao
Instituto de Biologia da Universidade Federal
Fluminense visando à obtenção do grau de
Mestre em Diversidade e Inclusão.

Orientadora: Profa. Dra. Osilene Maria de Sá e Silva da Cruz

Niterói/RJ

2021

Ficha catalográfica automática - SDC/BCV
Gerada com informações fornecidas pelo autor

R672a Rocha, Jaqueline Luna de Oliveira
Atuação de Tradutores Intérpretes de Libras/ Língua Portuguesa no Ensino Fundamental: Reflexões a partir de vivências. / Jaqueline Luna de Oliveira Rocha ; Osilene Maria de Sá e Silva da Cruz, orientadora. Niterói, 2021.
122 f. : il.

Dissertação (mestrado profissional)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PGCTIn.2021.mp.10340185740>

1. Intérprete de Libras. 2. Ensino Fundamental. 3. Produção intelectual. I. Cruz, Osilene Maria de Sá e Silva da, orientadora. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Biologia. III. Título.

CDD -

Bibliotecário responsável: Debora do Nascimento - CRB7/6368



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE BIOLOGIA
1. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
2. EM DIVERSIDADE E INCLUSÃO - CMPDI



297ª Ata de Defesa de Dissertação de Mestrado

Aos vinte e cinco dia do mês de agosto de dois mil e vinte um, às dezesseis horas, reuniu-se a Comissão Examinadora designada na forma regimental pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Diversidade e Inclusão, Modalidade Profissional (CMPDI) para julgar a dissertação orientada pela Dra. Osilene Maria de Sá e Silva da Cruz do CMPDI/INES, apresentada pela aluna **JAQUELINE LUNA DE OLIVEIRA DA ROCHA** sob o Título **“REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DOS TRADUTORES INTÉRPRETES DE LIBRAS/LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO FUNDAMENTAL: CONCEPÇÕES E REALIDADE”**, requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Diversidade e Inclusão. A defesa foi totalmente remota (Em atendimento a INSTRUÇÃO DE SERVIÇO PROPI Nº 001, de 17 de março de 2020), devido ao período de isolamento social provocado pela pandemia do vírus SARS-CoV-2. A candidata teve a oportunidade de expor o trabalho. Em seguida, foi arguida pelos membros da Banca, que, após deliberação, decidiu pela:

- ☒ Aprovação com entrega do documento corrigido no prazo máximo de 30 dias
- ☐ Aprovação com restrições condicionada ao atendimento das exigências e sugestões da banca (vide anexo) com entrega do documento corrigido no prazo máximo de _____ dias.
- ☐ Reprovação.

Nos termos do Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação desta Universidade, foi lavrada a presente ata, lida e julgada conforme vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Banca Examinadora:

Dra. Osilene Maria de Sá e Silva da Cruz (Orientadora e Presidente da Banca) CPF: 007.532.167-01
CMPDI/ Instituto Nacional de Educação de Surdos– INES

Dra. Rosana Maria do Prado Luz Meireles (Membro Titular e Revisora) CPF: 052.062.537-40
CMPDI/ Instituto Nacional de Educação de Surdos– INES

Dra. Helena Carla Castro (Membro Titular) CPF: 008.560.577-89
CMPDI/Universidade Federal Fluminense – UFF

Dra. Aline Cristine Xavier da Silva Castro (Membro Titular Externo) CPF: 081.858.017-89
Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES

Dr. Ricardo de Souza Janoario (Membro Suplente) CPF: 088.302.727-52
Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES

Jaqueline Luna de Oliveira da Rocha

**ATUAÇÃO DE TRADUTORES INTÉRPRETES DE LIBRAS/LÍNGUA
PORTUGUESA NO ENSINO FUNDAMENTAL: REFLEXÕES A PARTIR
DE VIVÊNCIAS.**

Dissertação de Mestrado submetida a
Universidade Federal Fluminense visando à
obtenção do grau de Mestre em Diversidade e
Inclusão.

Banca Examinadora:

Osilene Maria de Sá e Silva da Cruz – CMPDI/UFF (Orientador/Presidente)

Helena Carla Casto – PGCTIN/UFF

Aline Cristine Xavier da Silva Castro – DESU/INES

Rosana Maria do Prado - CMPDI/INES e REVISORA

Ricardo de Souza Janoario INES - Suplente

DEDICATÓRIA

Dedico essa pesquisa aos colegas de profissão que diariamente buscam oferecer o seu melhor para a inclusão efetiva dos alunos surdos nas escola

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me conceder saúde e sabedoria para realizar esse trabalho.

Agradeço ao meu filho tão amado Lucas Luna, por acreditar em mim nas vezes em que nem mesmo eu acredito e dizer que sou capaz, por compreender minhas ausências e, principalmente, por sempre dizer que se orgulha de mim.

Agradeço ao meu esposo Júlio Cesar, por não me deixar desistir dessa nova etapa da minha vida acadêmica e por me incentivar a ser sempre melhor como pessoa e profissional.

A meus pais que sempre torceram por mim e por terem me deixado sua língua (LIBRAS) como herança, um agradecimento especial à minha mãe Fatima Raimunda Luna de Oliveira, que hoje não mais está ao meu lado fisicamente, mas que mora em meu coração e é responsável pela pessoa que me tornei.

Aos meus irmãos queridos Soraya Luna, Victoria Oliveira, Nicole Oliveira e Jeferson Oliveira, por me alegrarem nos dias ruins e de pouca inspiração.

A minha querida orientadora Osilene Cruz, que me enche de ideias, não me deixa desistir, que acredita em meu potencial acadêmico e me abraça com suas doces e sábias palavras.

Aos meus amigos queridos, que me apoiaram desde o início, me dando forças, Glaucia Gonçalves, por dizer que não almeja isso para si, porém, por acreditar na minha capacidade e incentivar sempre.

A Dandara da Conceição, que me ajudou a dar o primeiro passo.

A Adriana Lopes do Espírito Santo, que pacientemente me mostrou os caminhos para uma escrita coerente com a ABNT, que me motiva com idéias e expectativas para o futuro e por tudo que você significa na minha vida acadêmica.

A Yrlla Ribeiro, que, mesmo estando em Paris, me apoiou e incentivou nesse novo degrau da minha vida.

A minha enteada querida Letycia Hellen, que me abraça de forma doce quando estou envolvida com a escrita.

A Suliandra, Suzana Alves, Luíz Claudio Oliveira, Jennifer Welte, Ricardo Janoario, Rosana Prado, saibam que vocês são também responsáveis por essa conquista.

SUMÁRIO

Dedicatória	iv
Agradecimentos	v
Sumário	vi
Lista de figuras	vii
Lista de tabelas	viii
Lista de Abreviaturas e siglas	ix
RESUMO	x
ABSTRACT.....	xi
1. INTRODUÇÃO.....	14
1.1 De Intérprete oficial da família para uma Profissional Intérprete.	14
1.2 Contextualização sobre a educação de surdos no Brasil.....	19
1.3 O Instituto Nacional de Surdos – INES e sua importância na história da educação dos surdos brasileiros	25
1.4 O Tradutor Intérprete de Libras e o Intérprete Educacional – importância e aspectos legais da profissão	28
1.5 Reflexões sobre inclusão do aluno surdo no contexto escolar e o papel do intérprete	37
2. OBJETIVOS	45
2.1 OBJETIVO GERAL.....	45
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	45
3. MATERIAL E MÉTODOS	46
3.1 A pesquisa.....	46
3.2 Campo Empírico.....	46
3.3 Sujeitos da pesquisa	48
3.4 Instrumentos de coleta de dados.....	49
3.5 Construção do Produto.....	51
3.6 Gravação do resumo em Libras.....	53
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	58
4.1 Levantamento sobre cursos superiores de Letras/Libras na modalidade Bacharelado que contemplam a formação do profissional Intérprete de Libras e Português.....	58
4.2 Resultados dos questionários dos intérpretes	74
4.3 Resultados dos questionários dos Professores	82
4.4 O E-book	89
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
5.1 Conclusões	101
6 PERSPECTIVAS	103
7 REFERÊNCIAS	109

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES	25
Figura 2- Vista de frente da Escola Municipal Santa Luzia.....	47
Figura 3-QR Code do resumo	52
Figura 4 -Gravação piloto	54
Figura 5 - Gravação piloto 2	54
Figura 6- Gravação piloto	55
Figura 7- gravação piloto.....	55
Figura 8- Vídeo após a edição	56
Figura 9 - Orientações técnicas	57
Figura 10 -- Fluxograma.....	69
Figura 11- Capa do Ebook.....	90
Figura 12- Sumário do E-book.....	91
Figura 13- Prefácio do E-Book.....	92
Figura 14- Inclusão excludente	93
Figura 15- Presença do IE e constrangimento do aluno surdo	94
Figura 16- Atuação do IE	94
Figura 17 - Mediação entre comunicação/interação entre alunos.....	95
Figura 18- Código de Ética não é enfeite	96
Figura 19 - Apresentação Pessoal	96
Figura 20- O que o IE tem feito fora da sala de aula	97
Figura 21- O que o IE tem feito na sala de aula	97
Figura 22- Tríplice do sucesso	99
Figura 23- Paulo Freire	102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Quantidade de Questionários Respondidos.....	48
Tabela 2- IDENTIFICAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA - PROFESSORES	48
Tabela 3- Identificação dos sujeitos da pesquisa - intérpretes.....	49
Tabela 4- Legenda de cores referente o quadro de cursos.....	59
Tabela 5- Oferta de cursos Letras Libras: Bacharelado e Licenciatura.	59
Tabela 6 - Perguntas norteadoras do Questionário para os IE	74
Tabela 7- Quanto à formação, Aprendizagem e Tempo de Atuação do IE.....	75
Tabela 8 - Quanto às dificuldades encontradas pelos IE frente a sua atuação em sala de aula.....	77
Tabela 9 - Quanto à atuação do Intérprete Educacional	80
Tabela 10-Perguntas norteadoras do Questionário aos Professores	82
Tabela 11- Como acontecia a comunicação com os alunos surdos incluídos na sala de aula	84
Tabela 12- Atividades em sala de aula, dificuldades e Atuação dos IE	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE - Apoio Educacional Especializado

CAS – Centro de Formação de Profissionais da Educação e Atendimento às pessoas com Surdez.

CCE - Código de Conduta e Ética

CRE - Coordenadoria Regional de Educação

CODA – Children Of Deaf Adults

DDHCT - Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico

DEBASI – Departamento de Educação Básica

DESU – Departamento de Ensino Superior

DIAU – Divisão de Audiologia

DIFON- Divisão de Fonoaudiologia

DISOP - Divisão Socio-Psicopedagógica

EF – Ensino Fundamental

FEBRAPILS- Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guias Intérpretes de Língua de Sinais

IE – Intérprete Educacional

INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

METRO - Coordenadorias Metropolitana

PROLIBRAS – Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras e para a Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa.

SEEDUC - Secretaria de Estado de Educação

TILSP - Tradutores Intérpretes de Libras/Língua Portuguesa

RESUMO

Avanços na educação de surdos têm sido evidentes, principalmente, no que se refere ao reconhecimento da importância do ensino bilíngue e da atuação do profissional Tradutor Intérprete de Libras/Língua Portuguesa – TILSP (BRASIL, 2005; 2010), que passa a ocupar um papel de suma importância no processo de ensino-aprendizagem de alunos surdos, atuando no segundo segmento do Ensino Fundamental. Mesmo com a perspectiva bilíngue de ensino e com políticas educacionais favoráveis à inclusão de alunos surdos em contextos escolares (BRASIL, 2008; 2010), o trabalho desenvolvido por Tradutores Intérpretes parece não atender totalmente as necessidades dos alunos surdos com relação à compreensão dos conteúdos escolares (LODI, 2005; LACERDA, 2009; ALBRES, 2015). Nesta pesquisa, com base nos referenciais mencionados sobre atuação e implicações do Intérprete Educacional no segundo segmento do Ensino Fundamental e em documentos legais vigentes, parte-se da hipótese de que esses problemas sejam provenientes da limitada formação acadêmica, da falta de clareza quanto à postura e atuação profissional, da interação insuficiente com os professores, com os alunos surdos e com outros alunos que frequentam a mesma sala de aula. Esta pesquisa, classificada como documental, de campo, qualitativa e quantitativa (GIL, 2002; 2008), teve como objetivo principal criar um e-book sobre a atuação do intérprete educacional em contexto escolar regular com turmas inclusivas, voltado sobretudo, mas não exclusivamente, para profissionais que atuam no segundo segmento do Ensino Fundamental, incluindo professores, intérpretes e gestores de escolas para que possam conhecer a educação de surdos, com foco em suas especificidades e necessidades. O produto desta pesquisa consiste em um Ebook, contendo informações e reflexões sobre a profissão, aspectos legais que regulamentam essa atuação, o campo de atuação, perfil e postura profissional, de forma que possam se conscientizar sobre seu papel como agentes mediadores nos processos de escolarização e ensino-aprendizagem de alunos surdos.

Palavras-Chave: Tradutor Intérprete Educacional, Educação de Surdos, Ensino Fundamental, Inclusão escolar.

ABSTRACT

Advances in deaf education have been evident, mainly with regard to the recognition of the importance of bilingual education and the role of the professional Libras/Portuguese Interpreter Translator – TILSP (BRASIL, 2005; 2010), who now plays a role of great importance in the teaching-learning process of deaf students, when working in the second segment of elementary school. Even with the bilingual perspective of teaching and educational policies favorable to the inclusion of deaf students in school contexts (BRASIL, 2008; 2010), it seems that Translators Interpreters do not fully meet the needs of deaf students regarding the understanding of school contents (LODI, 2005; LACERDA, 2009; ALBRES, 2015). In this research, based on the references mentioned and implications of the Educational Interpreter in the second segment of Elementary School and on current legal documents, it is assumed that these problems stem from the limited academic background, the lack of transparency regarding the adequate posture and professional performance, the insufficient interaction among interpreters, teachers, deaf students and other students who attend the same classroom. This research, classified as documentary, field, qualitative and quantitative research (GIL, 2002; 2008), had as its main objective to create an e-book on the performance of the educational interpreter in a regular school context with inclusive classes, dedicated mainly, but not exclusively, to professionals who work in the second segment of Elementary Education, including teachers, interpreters and school managers, so that they can learn about deaf education, focusing on their specificities and needs. The product of this study consists of an E-book, presenting information and reflections on the profession, legal aspects that regulate this activity, the place of action, professional profile and posture, so that they can become aware of their role as mediating agents in the schooling processes and teaching-learning of deaf students.

Keywords: Educational Interpreter Translator, Deaf Education, Elementary School, School Inclusion.

1. INTRODUÇÃO

1.1 De Intérprete oficial da família para uma Profissional Intérprete.

Por ser filha de pais surdos, me tornei desde muito nova a intérprete oficial da família e dos amigos surdos da minha mãe. Embora fossem ações que não gostava de praticar, cresci acompanhando surdos em vários lugares para as mais variadas atividades, como os pais em consultas jurídicas, médicas, visitas a bancos, entre outras. Essas práticas me levaram também à conscientização de que ética e sigilo das informações devem acompanhar o ser humano, o que não seria diferente comigo no papel de intérprete. Na verdade, naquela época, interpretar Libras não era para mim uma profissão.

Dessa forma, interpretar durante uma consulta ginecológica ou uma reunião de pais exigia de mim uma postura muito específica, diante de perguntas, respostas e observações, pois poderia estar diante de uma situação muito íntima de meus pais, na consulta médica ou em momentos em que eu era o assunto principal, com foco nas minhas limitações e no meu comportamento no ambiente escolar, por exemplo, nas reuniões de pais e mestres. Isso remete ao que Quadros (2017) apresenta sobre uma das características do filho de pais surdos, mais conhecida como Children Of Deaf Adults (CODA), de que os “coda” frequentemente acabam desempenhando a função de mediadores entre seus pais surdos e o mundo ouvinte. “Isso faz eles se perceberem nessa posição entre dois mundos, que apresentam línguas, valores e normas culturais diferentes.” (QUADROS, 2017, p. 70).

Em 2006, após experiências profissionais em outras áreas, surgiu uma oportunidade para trabalhar como Intérprete de Libras em uma escola estadual, a qual eu aceitei prontamente, por me considerar capacitada para essa função, afinal, os anos de atuação como intérprete da família teriam algum sentido naquele momento. A experiência, porém, foi malsucedida e me fez entender que ser filha de pais surdos não me capacitava para essa profissão.

Passei um bom tempo afastada dessa área, era como se essa possibilidade não fosse mais uma opção de carreira profissional. É incrível como confrontar a realidade pode deixar marcas no ser humano. Foi difícil encarar a realidade, ela não

condizia com minha crença de que eu podia trabalhar com tradução e interpretação só pelo fato de ter feito isso a vida toda.

Permiti-me experimentar outras profissões, mas nada me trazia satisfação, pois faltava o sentimento de pertencimento, de realização profissional. Os surdos sempre foram muito presentes na minha casa e comecei a observar que estar entre eles me despertava a ideia de ser uma profissional tradutora intérprete de Libras/Português. Foi quando decidi me dar mais uma chance, indo em busca de qualificação, e novamente não tive muito sucesso. Os lugares que procurei ofereciam cursos de Libras, não era o que eu precisava... Então vieram as pesquisas, leituras sobre o tema e a profissão. O contato com profissionais atuantes na área também ajudou bastante.

Depois de um tempo pesquisando sobre o assunto, mas ainda exercendo outras funções profissionais, percebi que fui me distanciando da comunidade surda, o que não é algo bom. Reaproximei-me, pois entendo que muito mais do que saber a língua de sinais, e me debruçar em pesquisas sobre a profissionalização dos TILSP, é necessário estar imerso na cultura dos surdos e no convívio com eles.

Em 2010, na busca por mais uma forma de iniciar a carreira profissional participei do exame de Proficiência em Libras (PROLIBRAS) para consolidar minha atuação como Tradutora Intérprete de Libras. Esse exame não tem a responsabilidade de formar o Tradutor Intérprete de Libras, mas certifica o profissional considerado apto a exercer a profissão, mediante prova de conhecimento de Libras. Eu já tinha fluência, já havia estudado, mesmo que de forma autônoma, sobre o ser e o fazer do intérprete de Libras; o que eu não tinha, até então, era como comprovar que eu podia fazê-lo.

Desde então, com a aprovação no referido Exame, atuo profissionalmente em vários contextos: congressos, seminários, *workshops*, acompanhamento de surdos em suas demandas pessoais, no contexto escolar formal, desde o Ensino Fundamental até o Ensino Superior, além de cursos técnicos. Embora me considere uma profissional capacitada para atuar em várias frentes de trabalho como TILSP, sinto a necessidade de encontrar respostas sobre a formação. Como exposto, tive uma trajetória que me possibilitou chegar até a certificação. Uma bagagem familiar, imersão na comunidade surda e busca pelo conhecimento através das leituras. Mas é o suficiente?

Trabalhei em outras escolas, com alunos das mais variadas idades, o que, certamente, agregou meu currículo, pois a prática é uma ótima forma de efetivar o aprendizado. Mas, ainda assim, não parece contemplar a dúvida sobre formação. Com relação ao interesse por pesquisar sobre a atuação do profissional Tradutor Intérprete Educacional de Libras/Língua Portuguesa (TILSP), deu-se, sobretudo, por minha experiência com alunos surdos do segundo segmento do Ensino Fundamental (EF), em uma escola pública inclusiva, no ano de 2013.

Ao me deparar com esse contexto, percebi uma carência de informações norteadoras para a formação e atuação dos TILSP, uma vez que muitos não sabiam exatamente qual era seu papel dentro do contexto escolar no qual estavam inseridos e não tinham conhecimento sobre a profissão e as principais formas de atuação.

É muito comum encontrarmos participantes de Curso de Libras inseridos profissionalmente como profissionais TILSP, antes mesmo de concluir o curso. Essa situação pode ser decorrente de dois motivos principais: (I) falta de consciência da pessoa que se propõe a realizar o trabalho, ainda que não esteja apta para tal; e (II) falta de conhecimento por parte do contratante, que geralmente não conhece a cultura, identidade, língua e especificidades da comunidade surda. No contexto educacional, essas limitações causam problemas sérios, uma vez que muitos alunos dependem do TILSP para ter acesso adequado aos conteúdos curriculares.

A habilidade no desempenho da profissão não deve ser configurada apenas pela fluência ou até mesmo, na proficiência na língua de sinais, é preciso conhecer bem sobre aquilo que se interpreta para que as escolhas lexicais sejam as mais adequadas possíveis e que na língua meta, os conteúdos sejam apresentados de modo a fazer sentido para os interlocutores, é nesta esfera complexa, que atua o intérprete educacional (BELÉM, 2010, p.22)

Um dos problemas nesse tipo de conduta para a contratação é que, geralmente, acarreta defasagem no aprendizado dos conteúdos nas séries iniciais, levando o aluno a dificuldades no seu desenvolvimento nas séries seguintes.

A contratação de um intérprete educacional carece de um tipo de avaliação para mensurar sua proficiência, tanto para sua admissão, como para sua permanência. Sua contratação ainda se resume em se ter alguém que se responsabilize por passar informações e se comunique com aquele, que os outros não conseguem se comunicar (BELÉM, 2010, p.34).

Sobre essa conscientização, a responsabilidade não deve ser atribuída exclusivamente ao contratante, pois o profissional deve ter ciência da sua competência tradutória e, além disso, deve ter consciência dos espaços em que consegue atuar. O Código de Ética da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais

(FEBRAPILS), no Art. 8º, é bem clara ao destacar que “o TILS e o GI (guia intérprete) devem aceitar serviços de acordo com seu nível de competência tradutória e com as circunstâncias e necessidades dos solicitantes e beneficiários”. Complementa, no mesmo artigo, Parágrafo Único, que “O TILS e GI não aceitarão uma prestação de serviço a que não se julguem qualificados, contudo, sua aceitação implica total responsabilidade moral pela seriedade da sua prestação” (FEBRAPILS, 2014, p.3).

Ter prudência na escolha do campo de atuação é o mesmo que ter pleno conhecimento de que uma postura “irresponsável” pode causar impacto negativo em todos os envolvidos no processo de escolarização de alunos surdos (professores, direção, coordenação pedagógica, alunos, entre outros agentes), levando o aluno surdo a se sentir excluído dentro de um espaço em que se espera ser inclusivo.

Além disso, a motivação do aprendiz deve ser constantemente observada, pois, uma vez que a inclusão não é efetivada por parte de quem tem fluência, ou deveria ter, para interagir com o aluno surdo, ele se sente sozinho diante de todos os outros falantes da escola. Mesmo que todos os agentes envolvidos tenham interesse e empenho para o sucesso da inclusão, vale ressaltar que a falta de informação, de capacitação e de subsídios para que o aluno tenha, de fato, condições de aprender e entender sobre as estratégias pode ser um agente complicador nesse processo.

Questiona-se muito como e qual seria a formação ideal do Intérprete Educacional, sendo que essa formação ainda é motivo de muitas discussões e inquietações. Segundo Belém (2010, p. 25), “O dilema de identidade do intérprete educacional é se ele deve só interpretar ou se deve colaborar com os processos educativos, de forma ativa”. Existe uma linha tênue que causa essa inquietação, pois, como ser um agente participativo desse processo de ensino-aprendizagem sem interferir no trabalho do professor ou como explicar e até mesmo entender qual é o seu papel?

O papel do intérprete educacional torna-se complexo porque além de versar de uma língua para outra, muitas vezes é esperado dele que se responsabilize pelo aluno surdo ou que “ensine” a LIBRAS, tornando sua função multifacetada (BELÉM, 2010, p.25).

Ante a citação apresentada, é preciso considerar que o ideal para um trabalho de qualidade é que haja parceria no decorrer do tempo, parceria entre IE e o

professor regente, para Lacerda (2009) “o intérprete educacional trabalha ativamente no processo de ensino – aprendizagem, não só interpretando conteúdos, mas também se envolvendo nos modos de tornar tais conteúdos acessíveis para o aluno”. A parceria deve existir entre professores e o IE, mas também com o aluno, pois, no caso dos alunos surdos do segundo segmento, o domínio que ele tem da língua de sinais é um fator determinante para a elaboração do trabalho pedagógico que traga resultados concretos.

Seguindo esse viés relacionado à formação ideal dos IE que atuam nas salas de aula, algumas secretarias municipais como de Nova Iguaçu (RJ) começaram a exigir o curso de formação de professores ou Licenciatura, exigiu essa formação no concurso realizado em 2012. Segundo Albres (2015, p. 46), a justificativa para tal se dá pelo entendimento de que esse profissional vai compor o quadro de funcionários das secretarias de educação e que, por isso, essa formação é relevante para os profissionais que atuarão diretamente com alunos em sala de aula.

Essa visão, no entanto, não é uma regra, uma vez que outros municípios, como o Rio de Janeiro, ainda adotam a prática de terceirização dos IE, exigindo deles exclusivamente conhecimento da língua de sinais, comprovado através do exame PROLIBRAS ou do exame realizado pelo Centro de Assistência ao Surdo (CAS) e nível médio completo. Albres (2019) defende que, além da formação acadêmica, é importante refletir sobre questões como a afetividade e subjetividade na interpretação educacional, principalmente nos anos iniciais.

Tendo em vista a contextualização apresentada, a pesquisa em tela tem como objetivo principal a elaboração de um E-book, denominado Mãos que Sentem, Informam e Formam, na modalidade escrita em Língua Portuguesa, com perspectiva de posterior tradução para Libras, que conterá informações sobre essa profissão, aspectos legais que regulamentam essa profissão, campo de atuação, perfil do profissional, postura, entre outros.

Para isso, a pesquisa se desenvolveu em uma perspectiva documental, de campo, qualitativa e quantitativa (GIL, 2002; 2008), tendo como fontes primárias a legislação (Constituição brasileira de 1988, Lei da acessibilidade nº 10.098/2000, Lei de Libras nº10.436/2002, Decreto nº5.626/2005 que regulamenta a Lei de Libras, Lei que regulamenta a profissão do Intérprete de Libras nº12.319/2010, Lei Brasileira de Inclusão nº13.143/2015) e livros publicados por autores pesquisadores com foco na

atuação e formação do intérprete de Libras (LODI, 2005; LACERDA, 2009; ALBRES, 2015) e de fontes secundárias como teses e dissertações em Educação (CAMPELLO, 2008; BELÉM, 2010; TAVEIRA, 2014). Foi também realizada pesquisa de campo (GIL, 2002), com a obtenção de dados a partir de um levantamento de dados (questionário), juntamente com os tradutores intérpretes e professores que atuam em turmas inclusivas da Escola Municipal Santa Luzia, do município de Duque de Caxias (RJ).

A escolha por essa escola se deu pelo fato de ser uma escola pólo do município que tem alunos surdos matriculados, por ter em seu quadro professores surdos atuando no primeiro segmento do EF e tradutores intérpretes no segundo segmento. Por ser uma escola que, aparentemente, segue a determinação do Decreto nº 5.626/2005, que trata sobre o acesso da pessoa surda a educação, buscamos entender se o modelo praticado na instituição traz barreiras, enfrentamentos e inquietações tanto ao profissional TILSP como aos professores, e quais ações podem modificar esse cenário.

A seguir, serão apresentadas as seções que compõem a Fundamentação Teórica da dissertação, iniciando pelos principais acontecimentos que permeiam a educação de surdos no Brasil.

1.2 Contextualização sobre a educação de surdos no Brasil

No início do Sec. XVI, atribuiu-se ao monge beneditino Pedro Ponce de León o reconhecimento pelos primeiros processos pedagógicos para ensino a surdos, embora não levasse em consideração a língua de sinais. Lodi (2005) esclarece com relação ao foco dedicado por Ponce de León:

Embora seja reconhecido e enfatizado em seu trabalho o ensino da fala aos surdos, o foco de sua educação era a linguagem escrita, pois, até o final deste século, acreditava-se que à escrita cabia a chave do conhecimento, ou seja, ela era tida como a natureza primeira da linguagem; a fala era apenas um instrumento que a traduzia. À escrita, fora atribuído, assim, um signo de poder. (LODI, 2005, p. 411).

No século XVIII, o abade Charles M. De L'Épée (1755) iniciou um trabalho, observando os surdos, em que percebia a utilização de uma linguagem gesto visual e criou, assim, uma metodologia de ensino, que tem como base a língua francesa escrita. L'Épée entendia que havia possibilidade da utilização por parte dos surdos de uma língua de sinais, cujo objetivo não fosse, apenas, a comunicação, mas

também o aprendizado da língua francesa escrita (FICHER,1993 apud LODI, 2005, p.415).

No Brasil, os primeiros passos para a educação de crianças aconteceram em 15 de outubro de 1827, quando foi sancionada pelo, então, Imperador D. Pedro I a Lei Geral autorizando a criação das chamadas “escolas de primeiras letras”. Conforme Rocha (2005, p. 23), sancionar essa Lei foi a primeira ação que possibilitou, oficialmente, algum tipo de educação para crianças no Brasil. Mas, para os surdos, ainda havia muito tempo a esperar.

Em 1855, chegou ao Brasil um surdo francês e ex-aluno do Instituto Nacional de Surdos-Mudos de Paris, chamado Huet, para se encontrar com D. Pedro II, e convencê-lo a fundar uma escola para surdos. Inicialmente essa escola recebeu o nome de Imperial Instituto de Surdos-Mudos. Segundo Rocha (2005):

A escola iniciou seu funcionamento em 1º de janeiro de 1856, recebendo alunos do exterior e de ambos os sexos, tornando-se referência em assuntos educacionais, profissionalizantes e de socialização de surdos. (ROCHA, 2005, p. 30).

A princípio, o Instituto teve como proposta oferecer um curso que:

Tinha duração de seis anos, com foco no ensino agrícola, em função das características socioeconômicas do Brasil. Para as meninas, eram as mesmas regras, além do compromisso de organizar uma sociedade beneficente composta por senhoras notáveis. (ROCHA, 2005, p. 29-30)

Mendes e Sofiato (2021) dizem que no Programa de Ensino do Imperial Instituto compreendia: língua portuguesa, aritmética, geografia e história do Brasil, escripturação mercantil, linguagem articulada e leitura sobre os lábios (aos que tivessem aptidão) e doutrina cristã. A língua de sinais ainda não tinha *status* de língua e por esse motivo não aparecia no Programa de Ensino. As autoras relatam que “pode-se dizer que a língua de sinais não se apresentava no currículo prescrito, no currículo oficial da instituição, mas ela estava presente em alguma medida no Instituto, nos processos pedagógicos” (MENDES e SOFIATO, 2021, p. 5).

Em 1880, em Milão, ocorreu um fato marcante para a educação de surdos, em decorrência da realização do Congresso Internacional sobre a Instrução dos Surdos-Mudos, quando se decidiu por novos rumos relativos ao ensino para surdos e a supressão da utilização das Línguas de Sinais na educação das pessoas surdas, considerando-as prejudiciais à aprendizagem da língua oral. A filosofia Oralista, implementada pelo Congresso de Milão, expandiu pelo mundo, expondo as pessoas surdas a metodologias de ensino com ênfase no uso e na correção da fala oral.

O modelo clínico e assistencialista, de acordo com Sá (2010, p. 58), foi baseado na perspectiva do déficit e na hierarquização de processos cognitivos e de linguagens e gerou mais de um século de história de fracasso – exclusão escolar dos estudantes surdos. Essa forma de ensinar ao surdo foi praticada por muitos anos. A língua de sinais era proibida enquanto o uso do português oral era obrigatório.

O oralismo, ao considerar a oralização sua meta principal e ao não valorizar realmente o diálogo espontâneo e contextualizado, na única língua em que este é possível para a criança surda, a língua de sinais, provoca diversos danos ao desenvolvimento lingüístico e cognitivo dessa criança já que o desenvolvimento cognitivo é determinado pela aquisição da linguagem, que deve ocorrer através do diálogo contextualizado (SÁ, 1997, p. 159)

Com o passar do tempo e resultados ineficientes na educação de surdos, começaram os primeiros debates sobre a Comunicação Total, filosofia que assumiu um papel transitório entre uma das três fases que estão presentes na educação de surdos, respectivamente Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo.

A proposta educacional conhecida como Comunicação Total pode ser definida como o uso de duas línguas concomitantemente (língua de sinais e português). Porém, a aplicação dessa proposta, com o objetivo de facilitar a comunicação, não valorizava a língua de sinais como primeira língua. A língua é considerada fator primordial na constituição da identidade e subjetividade das pessoas. A Comunicação Total, na verdade, utiliza a língua de sinais como mais um recurso para promover o aprendizado da língua oral (SHELP, 2008, p. 3039), no entanto, para Poker (2011, p. 7), seu objetivo maior não se restringe ao aprendizado de uma língua, pois valoriza a comunicação e a interação.

Mesmo que essa tenha sido uma proposta que corroborou para a educação de surdos, caracterizada pelo uso de duas línguas, a Comunicação Total ainda não oferecia ao sujeito surdo uma comunicação plena em sua língua.

A comunicação total, mesmo valorizando a comunicação e não a língua, não oferece à criança uma língua de fácil acesso, que possa lhe servir de ferramenta do pensamento e, portanto, não pode suprir todas as necessidades da criança surda. (RODRIGUERO, 2000, P.111)

Em 1960, estudos sobre a língua de sinais americana se iniciam através de Willian C. Stokoe, que a princípio buscou o reconhecimento das línguas de sinais com o *status* de “Língua”. Charles Michel de L’Épée foi um personagem de grande importância nos estudos sobre as línguas de sinais (1712-1789), fundador da

primeira escola para pessoas surdas, o Instituto Nacional para Surdos e Mudos em Paris. Oportunizou às pessoas surdas o reconhecimento como cidadão através da língua de sinais.

Em alguns países do mundo já havia instituições que se dedicavam à educação de surdos desde o século XVIII. Soares (1999) afirma que a educação brasileira sofreu durante muito tempo influência do cenário educacional francês, isso trouxe reflexos para educação dos surdos, que foi profundamente marcada por essa influência.

Somente na década de 1980, as línguas de sinais começaram a ser difundidas nos Estados Unidos e passaram a ser implementadas nos diversos segmentos da sociedade. Nessa mesma década, pesquisas sobre a Língua de Sinais impulsionaram o Bilinguismo no Brasil, filosofia de ensino defendida até os dias atuais.

Um dos conceitos de Bilinguismo, trabalhado e adotado neste contexto de pesquisa, refere-se ao uso de duas línguas (Libras e Português escrito) no processo de ensino-aprendizagem, de forma concomitante, pelos frequentadores de determinada instituição escolar (DORZIAT, 1999; QUADROS, 2005). Existe um esforço a implantação dessa metodologia de ensino no Brasil, mediante lutas da comunidade surda em busca de afirmação como grupo linguístico.

Para a garantia de direitos relativos à educação de surdos, é necessária a implementação de políticas públicas, muitas vezes, decorrentes de lutas que se inserem no bojo de outras lutas de grupos minoritários por seus direitos perante a sociedade. Uma das leis que viriam para começar a trajetória de afirmação desses direitos foi a Lei nº 10.098/2000 (BRASIL, 2000), que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade às pessoas “portadoras” (nomenclatura utilizada na ocasião da Lei) de deficiência ou com mobilidade reduzida, trazendo, no seu primeiro capítulo, as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade.

Mesmo com anos de buscas por uma filosofia que fosse eficiente para educação de pessoas surdas, vale ressaltar que muitas dificuldades dos surdos no desenvolvimento escolar devem ser atribuídas a várias questões que permeiam a vida social e acadêmica desses aprendizes, sendo, portanto, uma responsabilidade compartilhada entre os ambientes familiares e escolares.

Certamente, há famílias que não utilizam a língua natural do surdo, contribuindo também para o seu isolamento dentro de um local cercado por pessoas de suas relações próximas, devido à barreira linguística. Os surdos, muitas vezes, ficam sem ter com quem dialogar sobre assuntos aleatórios e informais, assuntos indispensáveis para a conhecimento de mundo, de contextualização dos fatos, da criação de sentidos e desenvolvimento crítico. A barreira linguística é um dos fatores que provocam atraso no desenvolvimento do indivíduo, gerando grande preocupação:

Muitas vezes os familiares têm vergonha de usar sinais. A língua de sinais não tem um status de importância na comunidade ouvinte em geral. É difundida a ideia de que são gestos, mímica, sinais icônicos com significado concreto, imediato, que não é uma língua que seja possível abstrair (QUADROS, 1997.p.41).

Muitos surdos relatam em conversas informais com pessoas ouvintes, ou quando em contato inicial com o intérprete, sobre dificuldades de compreensão da Libras. Alguns destacam sobre o contato tardio com a comunidade surda e que toda a família é ouvinte. Por falta de interação com pessoas surdas, muitos dos sinais aprendidos foram criados por sua família na tentativa de minimizar as dificuldades de comunicação. Segundo Skliar (1997), essas intervenções familiares não podem se comparar a uma língua podendo prejudicar crianças surdas em seu desenvolvimento.

Nesse sentido, a não aceitação da surdez por parte da família, que por vezes escolhe alternativas gestuais e caseiras para comunicação, ao invés de buscar auxílio especializado ou orientações sobre o melhor para o desenvolvimento da pessoa surda, pode ser responsável por problemas como *déficit* no desenvolvimento cognitivo, social e emocional.

Importante dizer que esse comportamento familiar muitas vezes não é feito de forma intencional objetivando prejudicar a pessoa surda. Machado (2017, p.23) aponta que pessoas pensavam que os surdos eram deficientes intelectuais, porque não tinham capacidade para aprender. Sobre essa questão, Sá (2010, p.68) esclarece que “na antiguidade, os surdos enquadrados como deficientes eram mortos, geralmente atirados de penhascos”.

A reflexão oportuna para o momento atual é se as escolas e o sistema educacional inclusivo se atualizaram, de fato, ou se os alunos surdos ainda são vistos, mesmo que pela minoria, como pessoas deficientes intelectuais ou sem

capacidade cognitiva para aprender. Ainda mais: Será que a deficiência é dos alunos ou será da sociedade?

Questionar a integração/inclusão pode parecer insensato, principalmente porque a opinião corrente é de que esta é uma estratégia “politicamente correta”, mas, tal questionamento é necessário para que seja pensada e viabilizada uma escola pautada numa política da diferença (ou para a diferença), de modo a que sejam concretizados processos de aprendizagem significativos e eficazes. Tal questão diz respeito à ampliação sobre o papel que cabe à escola no contexto da educação, e, refere-se a outra dimensão quanto à participação dos surdos no processo educacional. (SÁ, 2002, p.359).

No século IV, Santo Agostinho destacava que os surdos comunicavam suas ideias através de sinais. A dificuldade, no entanto, era a aceitação dos sinais. Esse é um problema que persiste até os dias atuais. A dificuldade de aceitação da língua de sinais é tão grande, que alguns pais criam códigos de comunicação com as crianças surdas. Essas invenções familiares, contudo, não podem se comparar a uma língua, porque não possuem estrutura gramatical e aspectos semânticos de uma língua. Consequentemente, dificultam as relações sociais do sujeito, uma vez que as pessoas que não possuem conhecimento ou fluência nas línguas de sinais não vão conseguir estabelecer um diálogo.

Vale ressaltar que a perspectiva bilingue de ensino-aprendizagem idealizada e implementada no contexto da educação de surdos é decorrente, como já dito, de lutas e avanços de muitos militantes, sempre em busca de um ensino de qualidade e baseado no bilinguismo efetivamente: Libras e Português escrito, baseado em estratégias de ensino e em formação de profissionais competentes para atuarem com esse público-alvo. Legalmente falando, a Lei de Libras, Lei nº 10.436/2002 (BRASIL, 2002), o Decreto de Libras, Decreto nº 5.626/2005 (BRASIL, 2005), foram marcos que impulsionaram outras políticas em busca de ações adequadas para essa comunidade. Em 2021, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, (BRASIL, 1996) foi contemplada por um adendo significativamente importante, com a inclusão da Educação Bilíngue na LDB, pela Lei 14.191/2021.

No Brasil, um dos cenários mais importantes para a educação de surdos é o Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, que, influenciado por seu criador, Professor Huet, já agregava a importância bilíngue em suas práticas. A próxima seção será dedicada ao berço da educação de surdos no Brasil.

1.3 O Instituto Nacional de Surdos – INES e sua importância na história da educação dos surdos brasileiros

Anteriormente foi apresentado um panorama histórico sobre a educação dos surdos, em que o Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES foi citado e será retomado para explicar sua relevância na história e na atualidade.

Em 1855, E. Huet, ex-aluno do Instituto de Jovens Surdos de Paris e diretor de uma escola de surdos em Bourges, na França, apresentou ao Imperador D. Pedro II uma proposta para criação da primeira escola de surdos no Brasil. Essa escola é o atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), única instituição brasileira federal bilíngue para surdos.

Figura 1 - Instituto Nacional de Educação de Surdos



Fonte: <https://academiadelibras.com/blog/primeira-escola-de-surdos-no-brasil-1857/> Acesso em: 15/01/2019.

Situado na Rua das Laranjeiras, 232, que dá nome ao bairro da zona sul do Rio de Janeiro, é muito procurado por pessoas interessadas em informações sobre a educação de surdos e assuntos relacionados à surdez. O INES enfrentou muitos obstáculos durante sua trajetória como instituição voltada para a educação de surdos, entre eles a imposição do método que deveria ser utilizado no ensino para surdos – o Oralismo, o que causou, no século XIX, a proibição oficial da comunicação e de instrução pela língua de sinais. No entanto, mesmo com a proibição, havia comunicação através da língua de sinais entre surdos do instituto.

Havia um funcionário que atuava como inspetor de alunos chamado Francisco Esteves que era respeitado por todos como sendo o mediador entre a comunidade surda e ouvinte. Porém não fazia traduções públicas, pois na época, a LIBRAS não era reconhecida e havia ainda forte influência do oralismo. (LEITE, 2005, p.37).

A missão do instituto é promover a produção, desenvolvimento e divulgação nacional de conhecimentos tecnológicos e científicos sobre a surdez. Um dos objetivos do instituto é garantir o completo desenvolvimento da pessoa surda, o respeito aos seus direitos e sua plena socialização.

O Colégio de Aplicação, sob responsabilidade do Departamento de Educação Básica (DEBASI), oferece atendimento a crianças, adolescentes e adultos surdos, nos seguintes segmentos: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Oferecendo aos alunos o ensino regular numa proposta bilíngue, sendo a Libras considerada a primeira língua e a língua de instrução no currículo da instituição e a Língua Portuguesa como segunda língua, nas modalidades de leitura e escrita. Além da oferta de ensino para alunos surdos da Educação Básica e mantendo a tradição na educação dos surdos, o INES ampliou suas atividades e, a partir de 2006, passou a oferecer o Ensino Superior, contemplando, também a oferta de cursos de pós-graduação lato e stricto sensu, no Departamento de Ensino Superior (DESU/INES), localizado dentro do Instituto e que forma Pedagogos, surdos e ouvintes, para trabalharem com crianças surdas.

Paralelamente às questões didático-pedagógicas, o INES oferece atendimento para alunos e para a comunidade externa, com enfoque em serviços de Audiologia - DIAU e Fonoaudiologia - DIFON, frequentemente procurados pelos surdos e que muitas vezes subsidiam suas demandas externas. Outro setor de assistência é a Divisão Socio-Psicopedagógica – DISOP, que presta atendimento aos alunos do Colégio de Aplicação e a seus familiares, assim como às pessoas surdas e ouvintes da comunidade necessitadas de informações sobre as questões sociais, psicológicas e pedagógicas que envolvem a surdez.

Os atendimentos aos alunos são realizados como rotina na divisão, envolvendo questões sociais, escolares e familiares. Também são atendidas as famílias dos alunos e os professores, estabelecendo-se, assim, um atendimento completo e que busca atender as necessidades das crianças e adolescentes.

Como se pode verificar, o INES é referência em muitos aspectos, promovendo, também, formações para o Brasil, por meio de Consultorias Técnicas, desenvolvidas pelo Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico (DDHCT), que envolve os profissionais da instituição em orientações

didáticas e psico-pedagógicas para variadas regiões do país sobre a escolarização dos surdos.

Vale ressaltar que o INES passou por momentos de lutas e resistências, tais como o que aconteceu em 2009, quando a Diretora Nacional de Políticas Educacionais Especiais do MEC, Martinha Claret, anunciou o fechamento, até o fim desse mesmo ano, do Colégio de Aplicação do INES, gerando grande mobilização dos surdos e dos especialistas e militantes que acreditavam nessa modalidade de ensino e na instituição como adequadas para o desenvolvimento educacional desses alunos.

As discussões sobre a política de inclusão na rede pública municipal e estadual ganharam força, tendo como argumentos principais para justificar a “ineficiência” dessa inclusão: A falta de TILSP nas escolas, a ausência das tecnologias necessárias e a falta de preparo para receber os alunos com necessidades especiais, tanto na questão de acessibilidade quanto pedagógica. Na ocasião, o fechamento foi desautorizado pelo MEC por entender a importância desse colégio de aplicação.

O argumento utilizado para evitar o fechamento do Instituto nos convida a refletir sobre esse cenário. Segundo Vygotsky (1996) o desenvolvimento cognitivo do aluno se dá por meio da interação social, ou seja, de sua interação com outros indivíduos e com o meio, o que imediatamente nos reporta à ideia de que a inclusão dos alunos surdos seja algo benéfico, pensamento que na prática pode ser contraditório. Crianças surdas assim como crianças ouvintes aprendem com o comportamento do outro, elas se reconhecem em seus pares.

Cogitou-se o fechamento do INES, com o discurso de que os alunos surdos apresentariam melhor desenvolvimento por estarem em contato com outras pessoas e não somente pessoas surdas. O argumento não foi suficiente e o instituto continuou com suas atividades.

Esta pesquisa é sobre a atuação do Tradutor Intérprete de Libras, profissional muito importante no cenário educacional do aluno surdo, por isso, tratar de sua atuação é um dos pontos principais do trabalho, o que será tratado na próxima seção.

1.40 Tradutor Intérprete de Libras e o Intérprete Educacional – importância e aspectos legais da profissão

O Tradutor intérprete de Libras atuou, mesmo que de forma voluntária, em vários espaços da sociedade. Os filhos ouvintes de pais surdos foram os “intérpretes de seus pais”, quando eram os únicos ouvintes, isso porque eram eles que interpretavam assuntos corriqueiros do dia a dia, como uma cena de novela ou alguma reportagem que passava na televisão. No contexto religioso, essa situação também era recorrente.

Rocha (2019) constatou que na História de Educação de Surdos a religião, a priori assistencialista e catequista, esteve amplamente envolvida no processo de formação educacional do surdo. Aprenderam a língua de sinais para se aproximar das pessoas surdas e assim levar a palavra e sua crença. No entanto, esse voluntariado não supria a necessidade de toda a comunidade. Os surdos queriam seus direitos respeitados, sobretudo o linguístico, e a luta por essa conquista foi grande.

A comunidade surda começou a se reunir com o intuito de lutar pelo desenvolvimento linguístico e cultural dos surdos, Ana Regina e Souza Campello e João Carlos Carreira Alves, surdos militantes na causa, eram acompanhados pela intérprete pernambucana Denise Coutinho, sendo esta reconhecida como a primeira intérprete do Rio de Janeiro e provavelmente a do Brasil a fazer trabalhos públicos de interpretação dando uma visão mais acentuada ao trabalho que já era feito, todavia sem reconhecimento. (CRUZ, 2016 p. 6).

Para as pessoas que estão familiarizadas com o “mundo surdo”, é comum ouvir que os primeiros intérpretes foram os CODA (Children of Deaf Adults). De acordo com Quadros (2017), CODA são crianças ou adultos filhos de pais surdos. Ronice Quadros é uma linguista e CODA, autora importante, sempre presente nas reflexões acerca da tradução e interpretação de Libras. Esse pensamento sobre os CODA possui uma explicação.

Estudos realizados por autores como Kelman, Aquino e a própria Quadros, apontam que os CODA compartilham as experiências únicas, que se dão pelo fato de crescerem em famílias que utilizam a Língua de sinais. Uma língua considerada herança, que é utilizada em todo tempo em casa, e que, muitas vezes, é diferente daquela utilizada fora do ambiente familiar e social. Belém (2010) e Rocha (2019), respectivamente, indicam que os CODA e os intérpretes religiosos foram os

pioneiros no sentido de levar às pessoas surdas as informações que até então lhes eram omitidas devido à barreira linguística.

Embora exista o mito de que os CODA são os melhores intérpretes, partindo da ideia de uma hereditariedade da língua, uma espécie de herança cultural, não há nada concreto sobre essa afirmação. Essa crença se dá por motivos como: imersão linguística que geralmente acontece, pois a criança não surda cresce em meio a duas culturas, ouvinte e surda; duas línguas e em contato com muitas experiências visuais.

Os mitos construídos em torno desses dão conta da existência de uma vocação supostamente herdada, da profissão de intérpretes, ainda que fortemente baseada na relação familiar e no grau de consanguinidade, e assim sendo, os descendentes ou filhos dos surdos são conclamados herdeiros por excelência no/do uso da língua. (BELÉM, 2014 p. 3).

Em meados de 2000, os documentos passaram a indicar em suas orientações que a atuação dos profissionais intérpretes deveria ocorrer também nos espaços educacionais, como agentes mediadores da comunicação, pois não eram vistos ainda como agentes importantes no processo de ensino-aprendizagem. Nesse ano, foi sancionada a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 18. O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação (BRASIL, 2000).

A Lei nº 10.436/2002 é uma política que possibilitou ao público surdo o que é previsto no Art. 5º da Constituição Federal/88, ao destacar que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988). Nesse sentido, a presença do intérprete, é uma conquista da comunidade surda, pois se faz cumprir o seu direito de igualdade, podendo assim escolher os locais por onde transitar na sociedade sem a preocupação de ser impedido de qualquer realização ou participação por falta de acessibilidade linguística.

Com o Decreto nº 5.626/2005, a necessidade de formalizar a contratação dos TILSP para atuarem nas escolas se tornou evidente. Entretanto, a maioria dos intérpretes não tinha como comprovar suas habilidades e conhecimentos para tal

trabalho, embora alegassem experiência prática. Então, a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), pioneira no Brasil, em cursos de formação e capacitação na área, esteve à frente, realizando avaliações dos intérpretes e os alocando nos mais diversos espaços. A fim de se cumprir o referido Decreto, foi criado o Exame de Proficiência em Libras (PROLIBRAS), como um meio de certificar profissionais intérpretes e instrutores de Libras que já estavam trabalhando, todavia, sem certificação.

É importante ressaltar que a Lei do Tradutor Intérprete de Libras/Língua Portuguesa demorou a ser criada e que, antes disso, já havia intérpretes atuando em repartições escolares. No Brasil, pesquisadores como Kelman (2008), Kelman e Tuxi (2011), Lacerda (2009), que estudam as relações escolares e a mediação da aprendizagem através dos intérpretes, adotam o termo intérprete educacional (IE), o qual também é utilizado nesta dissertação de mestrado.

A Lei 12.319/2010 (BRASIL, 2010), regulamentou a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais a partir da qual a atuação desses profissionais em diversos espaços passou a ser reconhecida. A consolidação da atuação do profissional Intérprete e sua importância no contexto educacional inclusivo configuram avanços para a comunidade surda, resguardados e previstos em amparos legais, citados nesta dissertação, como a Lei Brasileira de Acessibilidade - Lei nº 10.098/2000 (BRASIL, 2000), a Lei de Libras – Lei nº 10.436/2002 (BRASIL, 2002), o Decreto nº 5.626/2005 (BRASIL, 2005), a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - Lei nº 13.146/2015 (BRASIL, 2015).

Antes da Lei 12.319/2010, o Decreto nº 5.626/2005 já estabelecia, no capítulo V, Art. 17, a formação do TILSP, por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa, curso atualmente ofertado por instituições públicas e privadas. No Rio de Janeiro, o curso Bacharelado em Letras Libras é ofertado na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e em universidades privadas, na modalidade a distância.

Ainda nesse Decreto, mesmo capítulo, no Art. 18, o documento destaca que nos próximos dez anos, a partir da sua publicação, a formação do TILSP em nível médio, deveria ser realizada por meio de: I - cursos de educação profissional; II - cursos de extensão universitária; e III - cursos de formação continuada promovidos

por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação.

Como exemplo de iniciativa governamental do modelo proposto em nível superior, destaca-se o primeiro curso de Bacharelado em Letras-Libras, oferecido pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, em 2008, e o curso de Especialização em Libras: Ensino, Tradução e Interpretação, promovido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Essas formações possibilitam ao profissional intérprete trabalhar em diferentes espaços, promovendo acessibilidade às pessoas surdas, apesar de que, nem sempre, essa formação é exigida.

Até o ano de 2015, era possível a pessoa fluente em Libras, com Ensino Médio completo, realizar o exame de proficiência em Libras (PROLIBRAS) emitido pelo MEC. Com a finalização dessa certificação, que cumpriu o que prevê o Decreto nº 5.626/2005, a formação se dá através da formação em curso Superior no curso de Bacharelado em Letras Libras, em cursos de Pós-Graduação Lato Sensu ou em formação continuada em instituições credenciadas.

Ser um profissional intérprete de Libras requer muito estudo e dedicação, isso devido à responsabilidade que a profissão demanda. Segundo Góes (2000), a linguagem é a função reguladora das ações, além de propiciar a conduta intencional humana. Quando trazemos isso para o IE, as implicações da falta de formação adequada para a execução de uma boa tradução e interpretação podem ocasionar “prejuízos” à aquisição de conhecimentos do discente.

Seguindo esse pensamento, é necessário esclarecer sobre as atribuições desse profissional. Para Quadros (2004, p. 27), o intérprete de Libras é o profissional que domina a língua de sinais e a língua falada do país e que é qualificado para atuar como intérprete. Ele irá realizar a interpretação simultânea ou consecutiva do discurso, seja em Libras ou, no nosso caso, em língua portuguesa. É uma profissão em crescimento desde seu reconhecimento em 2010 e que está em evidência com o aumento da participação surda em diversos espaços sociais. Belém (2010) considera que

A necessidade desse profissional está atrelada à condição e possibilidade do surdo expressar sua vontade em juízo, no qual precise se comunicar com ouvintes, assim como tenha atendido seus direitos de cidadão (BELÉM, 2010, p. 17).

Refletir acerca da importância desse profissional é urgente, uma vez que é o responsável por dar voz ao surdo, dar voz no sentido “sonoro” mesmo, pois o

discurso será do surdo e não do intérprete, o que nos faz reiterar sobre sua formação adequada para atuação. Então, nas palavras de Gurgel (2010, p. 45), “Ao atribuir sentidos ao que é dito pelo outro, de uma língua para outra, pode se favorecer ou não autonomia e cidadania, e estes aspectos precisam ser observados na formação deste profissional.”

Com relação ao papel importante que o intérprete exerce, o baixo número de instituições com oferta de formação em nível superior dificulta ampla titulação desse profissional. Com apenas uma universidade pública na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, a oferta de vagas para esses profissionais em nível superior não é suficiente para atender a demanda da inclusão escolar. Nessa Universidade, o curso é ofertado na modalidade presencial, em um único turno, o noturno. Isso é um fator que inviabiliza muitos a organizarem as rotinas de trabalho, estudos e deslocamento para alcançar a formação que se espera.

Outro ponto que merece destaque é a forma de contratação, uma vez que o olhar, por vezes, distorcido em relação ao trabalho desenvolvido pelos TILSP, ocasiona desatenção com relação a sua formação e, conseqüentemente, a desvalorização para a realização do trabalho.

Práticas de interpretação que atendam a esses critérios são, no entanto, eventualmente dificultadas pela tradição caritativa e assistencialista, existente nesta área no Brasil, em que as interpretações são revestidas de caráter, muitas vezes, voluntário. Além de não primar pela qualidade, as atividades voluntárias, em seu desejo de ajudar os surdos, secundarizam as possibilidades de contratação dos serviços do TILS, contribuindo para o desconhecimento da sociedade sobre a necessidade e importância de profissionalização dos TILS. (DORZIAT e ARAÚJO, 2012, p. 21).

Embora seja uma problemática, algumas iniciativas foram adotadas. A Secretaria de Estado de Educação - SEEDUC, por exemplo, através do Centro de Formação de Profissionais da Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS), a partir de 2008, passou a contratar os TILSP que atuavam nas escolas do estado, promovendo avaliação de fluência. Alguns concursos preveem em edital que o candidato tenha o PROLIBRAS, mas, vale ressaltar, são estratégias paliativas para evitar ou minimizar os impactos da sua ausência nas escolas e salas de aula.

É importante destacar que garantir a presença do IE não necessariamente é garantir acessibilidade ao aluno surdo, uma vez que o surdo é um sujeito singular, que pode possuir inúmeras necessidades de acessibilidade e não exclusivamente a presença do IE. A necessidade da presença do intérprete está intimamente ligada à possibilidade do surdo de expressar suas vontades e emoções quando precisa

dialogar com pessoas não surdas, assim como forma de assegurar-lhe seus direitos de cidadão.

Quando o intérprete atribui sentidos ao que o outro diz, ele favorece a autonomia do sujeito, por isso, precisa dominar a língua de sinais e a língua portuguesa (QUADROS, 2004). Além disso, é essencial que o IE saiba adequar sua atitude no momento da interpretação, pois a faixa etária e o nível escolar do seu público-alvo influencia diretamente o desenvolvimento do trabalho.

Nos níveis mais iniciais, o intérprete estará diante de crianças. Há uma série de implicações geradas a partir disso. Crianças têm dificuldades em compreender a função do intérprete puramente como uma pessoa mediadora da relação entre o professor e o aluno. A criança surda tende a estabelecer o vínculo com quem lhe dirige o olhar. No caso, o intérprete é aquele que estabelece essa relação. Além disso, o intérprete deve ter afinidade para trabalhar com crianças. Por outro lado, o adolescente e o adulto lidam melhor com a presença do intérprete. Nos níveis posteriores, o intérprete passa a necessitar de conhecimentos cada vez mais específicos e mais aprofundados para poder realizar as interpretações compatíveis com o grau de exigência dos níveis cada vez mais adiantados da escolarização. (QUADROS, 2004, p. 62).

As qualificações para atuar como IE devem abranger: domínio dos processos, dos modelos, das estratégias e técnicas de tradução e interpretação. De acordo com o código de Conduta e Ética da profissão (FEBRAPILS, 2014, p. 3), “Os TILS não aceitarão uma prestação de serviços a que não se julguem qualificados, contudo, sua aceitação implica total responsabilidade moral pela seriedade da sua prestação”. As qualificações apontadas geralmente são ofertadas na formação acadêmica e aperfeiçoadas em cursos complementares e de formação continuada, aliando-se à prática.

Para Quadros (2004), o intérprete está diante de pessoas que apresentam intenções comunicativas específicas e que utilizam línguas diferentes, dessa forma, ele tem o poder para influenciar o objeto e o produto da interpretação. Esse poder, quando mal utilizado, seja por falta de conhecimento ou habilidades, pode provocar equívocos na mensagem e comprometer totalmente determinadas situações postas no discurso.

Como quase toda profissão, o TILSP possui o código de ética, onde há tópicos que devem ser seguidos, baseando-se nele como orientação primordial no cotidiano laboral. Cruz (2016) traz pontos sobre questões éticas a serem observadas pelo intérprete. Merecem destaque dois pontos, que não devem ser negligenciados, pois irão minimizar eventuais problemas.

1º O intérprete deve ser uma pessoa de alto caráter moral, honesto, consciente, confiante e de equilíbrio emocional. Ele guardará informações confidenciais e não poderá trair confidências, as quais foram confiadas a ele;

4º O intérprete deve reconhecer seu próprio nível de competência e ser prudente em aceitar tarefas, procurando assistência de outros intérpretes e/ou profissionais, quando necessário, especialmente em palestras técnicas.

O Código de Conduta e Ética (CCE) da FEBRAPILS apresenta os seguintes Artigos sobre a responsabilidade e o dever desse profissional.

Art. 3º - O TILS e o Guia Intérprete (GI) devem exercer sua atividade de forma digna e consciente, com o propósito de valorizar a sua categoria profissional.

Art. 5º - O CCE da FEBRAPILS tem como princípios definidores para a conduta profissional do TILS e GI: Confidencialidade. II. Competência Tradutória. III. Respeito aos envolvidos na profissão. IV. Compromisso pelo desenvolvimento profissional.

Art. 10º - É de responsabilidade do TILS e do GI: I. Manterem-se informados e atualizados sobre quaisquer assuntos concernentes à profissão. II. Buscar formação continuada e aperfeiçoamento profissional. III. Apresentar-se adequadamente com relação à postura e à aparência. IV. Utilizar todos os conhecimentos linguísticos, técnicos, científicos, ou outros a seu alcance, para o melhor desempenho de sua função; V. Solidarizar-se com as iniciativas em favor dos interesses de sua categoria, ainda que não lhe tragam benefício direto. (FEBRAPILS, 2014, p.2 e 3).

O Artigo 3º foi mencionado nesta dissertação para reforçar a existência de um texto que indica a obrigatoriedade de haver na categoria dignidade e consciência acerca do trabalho desenvolvido. Os Artigos 5º e 10º apontam a necessidade de formação, já mencionada neste trabalho.

Embora as competências exigidas para a atuação do TILSP sejam voltadas para questões dos processos tradutórios, quando se trata do IE, questões subjetivas podem demandar do profissional outras habilidades. Na proposta inclusiva, que abrange a atuação do IE, é importante que haja uma integração de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. No que tange à organização pedagógica, um trabalho cooperativo trará resultados importantes para o desenvolvimento daquele discente.

O professor precisa ser altamente participativo para aprender e tornar fluente a linguagem. Todavia, a fluência em língua de sinais sozinha pode não ser suficiente para aprendizagem do aluno surdo. Deve-se haver uma sensibilidade para conhecer o aluno, saber quanto de conhecimento de mundo ele tem, para que a partir disso, professor e intérprete possam juntos buscar estratégias para tornar os saberes acessíveis (POKER, 2002, p.9).

Devido ao fato de que a maioria das crianças surdas são oriundas de famílias de ouvintes e não usuárias da língua de sinais, é muito comum presenciarmos situações em que o profissional IE seja a única pessoa com quem o aluno surdo se

relaciona. Isso acontece, também, dentro da sala de aula, quando o professor, justamente por não conhecer as especificidades da surdez, transfere a responsabilidade do ensino para o intérprete. Em muitas situações, é possível perceber que o aluno surdo, se direciona diretamente ao intérprete para esclarecer suas dúvidas.

Uma situação muito frequente é quando o professor não é surdo e os alunos surdos costumam colocar ao intérprete suas indagações, objeções e colocações. Neste caso, o Intérprete de Língua de Sinais deve esclarecer antes das aulas que toda dúvida ou colocação deve ser dirigida ao professor, sob a pena de perder conteúdos importantes e adquirir informações equivocadas. Isso se deve ao fato das pessoas surdas se sentirem mais à vontade em dialogar com usuários de sua língua. (MARQUES, p.120)

Nesse sentido, conhecer as atribuições desse profissional é essencial para evitar que situações descritas acima ocorram. Algumas vezes, “assumir” o papel de ensinar pode dar-se pelo histórico da construção desse profissional. Segundo Marques (2008, p.120), o intérprete tem a opção de “servir à Comunidade Surda a qual está (ou esteve) inserido e deve a ela a construção de seu Ser Intérprete”. O sentimento de empatia muitas vezes, mesmo que de forma involuntária, pode levar o profissional a adotar determinadas posturas por acreditar que, de alguma forma, o aluno surdo esteja sendo “prejudicado” no aprendizado.

Na falta dos outros profissionais na escola, é o intérprete, por vezes, o único interlocutor proficiente em língua de sinais atuando como modelo linguístico, ensinando a língua de sinais e a língua portuguesa, ensinando modos de se comportar em sala de aula, ensinando como estudar e fazer as tarefas acadêmicas, um intérprete-educador em ação. (ALBRES, 2019, p.57).

O IE deve esclarecer, preferencialmente antes das aulas, que toda dúvida ou colocação deve ser dirigida ao professor. Por mais redundante que pareça ser, esse pode ser um exercício diário para que a condução da dinâmica das aulas ocorra sem possíveis inquietações por parte dos envolvidos no ambiente da sala de aula.

O ideal seria o intérprete e o professor estarem engajados no planejamento das aulas, a troca de experiências será muito produtiva, estarão criando estratégias pedagógicas que mais se aproximem do jeito da pessoa surda aprender e, conseqüentemente, a interpretação se apresentará mais qualificada (MARQUES, 2008, p. 121).

O IE deve estar envolvido no cotidiano da sala de aula e fora dela, não apenas interpretando, mas também somando com estratégias que deverão ser adotadas de acordo com a especificidade de cada aprendiz. Observando que há uma linha tênue a ser respeitada no decorrer desse processo, o IE não é o professor do aluno surdo, ele é um participante importante no processo de ensino e aprendizagem, porém, devemos nos atentar ao fato de que, mesmo quando há

participação mais abrangente do IE, como em situações de avaliação ou nas enunciações dos conceitos onde o IE se coloca em situação de explicar, esse não deve sobrepor seu real papel. O professor não deve se isentar da sua responsabilidade nesse contexto e o tratamento com os discentes surdos não deve ser assistencialista.

O IE que escolhe atuar com crianças e conhece seu papel como mediador do processo de ensino e aprendizagem precisa perceber, através do comportamento do aluno e de um diálogo prévio, situações que podem comprometer a eficiência do processo tradutório.

É preciso reconhecer que a presença do intérprete em sala de aula tem como objetivo tornar os conteúdos acadêmicos acessíveis ao aluno surdo. Entretanto, o objetivo último do trabalho escolar é a aprendizagem do aluno surdo e seu desenvolvimento em conteúdos acadêmicos, de linguagem, sociais, entre outros. A questão central não é traduzir conteúdos, mas torná-los compreensíveis, com sentido para o aluno. Deste modo, alguém que trabalhe em sala de aula, com alunos, tendo com eles uma relação estreita, cotidiana, não pode fazer sinais – interpretando – sem se importar se está sendo compreendido, ou se o aluno está aprendendo. Nessa experiência, o interpretar e o aprender estão indissoluvelmente unidos e o intérprete educacional assume, inerentemente ao seu papel, a função de também educar o aluno. Isso é premente no ensino fundamental, onde se atendem crianças que estão entrando em contato com conteúdos novos e, muitas vezes, com a língua de sinais (LACERDA, 2006, p. 174).

O IE, muitas vezes, se vê diante de várias atribuições, sendo necessário desempenhar vários outros papéis, pois, como dito anteriormente, a realidade vivenciada em escolas inclusivas é de professores que, por várias razões, transferem a esse profissional a responsabilidade de ensinar o aluno surdo.

Nossa preocupação se dá em razão da não aceitação/sensibilização do próprio professor titular em relação ao tradutor intérprete de Libras e suas funções na sala de aula, que em determinados momentos se confundem com o papel do professor titular. (FERREIRA, 2014, p.5).

No contexto escolar, o objetivo é levar o aluno à aprendizagem, dar sentido aos conteúdos, para que possa posteriormente prosseguir na etapa de aquisição de conhecimentos de forma contínua. Esses são pontos importantes, que, no cotidiano, e, devido à dinâmica de sala de aula, muitas vezes não são observados. Por isso, compartilhamos com a ideia de que “A função do intérprete educacional tem caráter essencialmente pedagógico e que esse profissional está diretamente implicado no processo de ensino-aprendizagem” (ALBRES, 2019, p. 35).

Para Cruz (2016, p. 9), “a atuação do intérprete de Libras vai além do gostar e conhecer a língua; requer um grande conhecimento cognitivo-linguístico para o exercício da mesma”. Torna-se, então, indispensável a presença e o

acompanhamento do IE no desenvolvimento da criança surda, incluída em turma regular de ensino. O profissional que tenha o perfil para exercer suas atividades na área da educação será o responsável por intermediar, possibilitar ao aluno as informações que circular em ambientes em que o uso da comunicação oral seja mais recorrente. Quadros (2002), ao tratar desse assunto, considera imprescindíveis como perfil do profissional a imparcialidade, discrição, distância profissional, confiabilidade e a fidelidade, que devem ser respeitadas no momento da interpretação.

Seguindo esse viés sobre o papel do IE, é importante conscientizar os professores e colegas de turma de que, em muitos momentos, em situações de prova ou qualquer outro tipo de avaliação, o intérprete não é a pessoa que “dar a resposta”, que “facilitará a resposta”, pois o aluno surdo que tem acesso aos conteúdos de forma clara, certamente, terá capacidade para fazer a avaliação de forma autônoma, sendo necessário e, na maioria das vezes, indispensável que a avaliação seja traduzida para Libras, já que é um direito que a Libras seja sua língua de instrução.

A partir das reflexões e das especificidades apontadas sobre o Intérprete Educacional e da compilação das legislações vigentes, consideramos importante elaborar um E-book, que chamamos de Mãos que Sentem, Informam e Formam, com o intuito de oferecer subsídios ou servir como recurso para a atuação do Tradutor Intérprete Educacional no segundo segmento do EF. Esse E-book será disponibilizado para o profissional e para o corpo gestor da instituição de ensino, pois a questão central é o profissional ter conhecimento sobre seu papel, de modo a exercê-lo adequadamente e ter o apoio e a conscientização da importância e de um trabalho valorizado, reconhecido e eficiente.

1.5 Reflexões sobre inclusão do aluno surdo no contexto escolar e o papel do intérprete

Um novo conceito que surgiu na década de 1990 sobre a Escola Inclusiva, que começou a fundamentar-se a partir da Conferência Mundial de Educação Especial em 1994, quando foi proclamada a Declaração de Salamanca, documento resultado da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, realizada entre 7 e 10 de junho de 1994, na cidade espanhola de Salamanca. A

Declaração de Salamanca trata de princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.

Segundo o documento, “o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter” (1994, p.7). Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96 (Brasil, 1996), no Capítulo III, art. 4º, inciso III, diz que é dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”.

A partir dessas previsões legais, iniciou-se a matrícula de pessoas com deficiência nas escolas regulares, pois, além de contar com o Apoio Educacional Especializado (AEE), muitos pais optavam em realizar a matrícula em escolas mais próximas a seu domicílio.

O debate sobre a presença do TILSP na educação começa a se fortalecer no final da década de 90, com o movimento da educação inclusiva. A Declaração de Salamanca (1994) foi um marco do movimento de inclusão, sendo datado do mesmo ano o primeiro documento que consta o intérprete de Língua de Sinais, ainda sem vínculo com a esfera educacional, conforme aponta Albres (2015, p. 30), de que “Quase no final da década de 1990, se fortalece, então, o movimento de educação inclusiva que demanda intérpretes em salas de aula em escolas comuns para mediar as relações entre alunos surdos, professores e colegas ouvintes”.

Durante anos, mesmo com a ampliação dos debates e matrículas de surdos nas escolas regulares, a oferta de intérpretes ainda era difícil. Essa pesquisa apontou as dificuldades para a contratação, falta de compreensão sobre a profissão, que até então não era reconhecida e dificuldade de delimitar seu papel e consequentemente, sua importância.

Podemos citar algumas leis que amparam a pessoa com deficiência. A Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, além de outras providências; o projeto de Lei nº 1.690/2015, que estabelece que o profissional deverá atuar também no apoio à acessibilidade nas atividades extra-escolares e em processos seletivos para cursos oferecidos na instituição de ensino e

a Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, assim estabelece:

V- comunicação: forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como, a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados, e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias de informação e comunicações (BRASIL, 2015).

Como já apresentado, a lei nº 10.436/2002 consiste em uma grande conquista para a comunidade surda, ao reconhecer a Língua Brasileira de Sinais e possibilitar aos sujeitos surdos a garantia de sua primeira língua nos âmbitos sociais, culturais e educacionais.

Em muitos eventos e espaços de interação social, a Língua Brasileira de Sinais passou a ser utilizada, embora seu uso ainda não atinja uma abrangência como deveria, e tem garantido maior visibilidade para a comunidade surda brasileira, amparada por lei que a reconhece como o status de língua oficializada no país. O reconhecimento da Libras tornou possível ações que corroboraram para uma ampliação dos direitos das pessoas surdas e a criação de novas Leis que puderam subsidiar as requisições posteriores.

O Decreto 5.626/2005, que regulamenta a Lei 10.436/2002 (BRASIL, 2002), determina que as escolas devem garantir ao aluno surdo a presença do TILSP. Antes disso, porém, outras legislações, como a Lei nº 9.394/1996, já traziam em seu texto a necessidade de atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência.

A legalização da profissão do Tradutor Intérprete de LIBRAS, no entanto, não se deu de forma rápida. Mesmo com o Decreto estabelecendo as diretrizes para o desenvolvimento do trabalho e indicando a presença do intérprete de Libras, essa se deu somente no ano de 2010, por meio da Lei nº 12.319/2010. Pode se dizer que aconteceu muito tardiamente, se levarmos em consideração sua importância nesse processo de ensino e aprendizagem e na mediação da comunicação entre pessoas usuárias da língua de sinais e língua oral, muitas vezes indispensáveis no cotidiano escolar ou de convívio em sociedade.

Após o Decreto nº 5.626/2005 e da Lei nº 12.319/2010 muitas Instituições de Ensino Superior Federais brasileiras promoveram concurso público para ocupação

de vagas destinadas a TILSP. As vagas em escolas das redes estaduais e municipais de ensino do Rio de Janeiro ainda realizam a contratação desses profissionais por intermédio de empresas terceirizadas ou diretamente pelas Coordenadorias Metropolitana (METRO) para escolas estaduais e a Coordenadoria Regional de Educação (CRE) faz o processo quando se trata de escolas da rede municipal.

Os sujeitos surdos conquistaram muitos avanços, regulamentados em documentos legais, como ocorreu, recentemente, a partir de muitas discussões políticas e educacionais, a inclusão de um capítulo referente à educação bilíngue na Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ¹. A Lei nº 14.191 de 03 de agosto de 2021. Que traz no seu Capítulo V-A

Art. 60-A. Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos. (BRASIL, 2021).

Essa conquista certamente é um marco histórico, pois consolida uma história de reivindicações, para que os surdos pudessem ter na prática seu direito de aprender na sua língua de instrução, assim como a Língua Portuguesa como segunda língua. O artigo 79-C indica que os sistemas de educação deverão:

§ 1º Os programas serão planejados com participação das comunidades surdas, de instituições de ensino superior e de entidades representativas das pessoas surdas.

§ 2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos no Plano Nacional de Educação, terão os seguintes objetivos:

I - fortalecer as práticas socioculturais dos surdos e a Língua Brasileira de Sinais;

II - manter programas de formação de pessoal especializado, destinados à educação bilíngue escolar dos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas;

III - desenvolver currículos, métodos, formação e programas específicos, neles incluídos os conteúdos culturais correspondentes aos surdos;

IV - elaborar e publicar sistematicamente material didático bilíngue, específico e diferenciado.

¹ Lei nº 14.191 de 03 de agosto de 2021, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos.

Elaborar e publicar material didático bilíngue é uma demanda urgente. Os profissionais IE capacitados para realizar as traduções terão muita contribuição nesse processo. Os materiais elaborados pelos professores deverão ser pensados conjuntamente com o IE que acompanha determinada turma, trazendo, assim, conteúdos importantes para aquele público-alvo. Nos casos de materiais mais abrangentes, com adesão ampla e não apenas para uma turma específica, as traduções deverão ser pautadas sempre no público alvo, levando em consideração as necessidades de cada público. Novamente a parceria e o trabalho em conjunto beneficiarão os alunos surdos.

V- comunicação: forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como, a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados, e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias de informação e comunicações (BRASIL, 2015).

Outro amparo legal importante para a inclusão das pessoas com deficiência é a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a qual entende “a inclusão como uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação” (BRASIL, 2008, p.1).

Com relação ao sujeito surdo, na prática educacional, existem ainda alguns entraves para sua execução, pois o pressuposto de que basta a presença do intérprete para que a inclusão aconteça é um equívoco.

É preciso que professores e demais comunidade escolar estejam aptos a receber os alunos surdos de modo a efetivar sua inclusão, ou seja, é necessário que além de contar com a presença de intérpretes a escola desenvolva um Projeto Político Pedagógico adequado a esta nova realidade inclusiva, adaptando seu currículo, repensando sua metodologia de ensino, seu sistema de avaliação e capacitando seus profissionais (ROSA, 2005, p. 131)

Importante observar que o processo de inclusão é responsabilidade de todos e que a precária produção e oferta de materiais didáticos específicos para o público surdo afeta diretamente o aprendiz, realidade que pretende ser alterada, a partir da recente Lei nº 14.191/2021 (BRASIL, 2021), já que as barreiras comunicacionais são significativas e para, além disso, as escolas devem contar com a presença do tradutor intérprete competente e capacitado para desempenhar suas funções.

[...] o trabalho de interpretação não pode ser visto, apenas, como um trabalho lingüístico. É necessário que se considere a esfera cultura e social na qual o discurso está sendo enunciado, sendo, portanto, fundamental, mais do que conhecer a gramática da língua, conhecer o funcionamento da mesma, nas diferentes esferas de atividade humana. Interpretar envolve conhecimento de mundo, que mobilizado pela cadeia enunciativa, contribui para a compreensão do que se foi dito e como dizer na língua alvo. (LACERDA, 2009, p. 21).

Não se pode deixar de destacar que, embora os surdos tenham conquistado o reconhecimento e a regulamentação da Libras, em 2002 e 2005, respectivamente, a realidade mostra que, na prática, muitos alunos surdos em escolas regulares ainda são submetidos ao arcaico e fracassado modelo do “copia e cola” por não ter a presença efetiva do TILSP. Nesse contexto, o aluno surdo, tentando entender o conteúdo transmitido pelo professor, recorre a um ou outro movimento ou gesto solto, que possa fazer sentido em determinadas explicações. Podemos considerar esse modelo cruel, que vai em direção contrária ao que as inúmeras legislações impõem, como oferecer educação igualitária para todos.

Ainda que documentos legais proponham a interação dos pares e o processo de ensino-aprendizagem coletivo (UNESCO, 1994; BRASIL, 1996; PCN/BRASIL, 1998), a trajetória profissional da autora desta pesquisa evidencia, por exemplo, a ocorrência de atividades em grupos em que o aluno surdo se une aos colegas e sua parte geralmente consiste em copiar a lição do quadro para que os outros, alunos ouvintes, respondam as questões. Esse fato mostra o preconceito ou estigma de que o surdo não tem condições de desenvolver a atividade se não for dessa forma, algo que deve ser reconsiderado e reconstruído e, para tal, a capacitação de todos os envolvidos nesse processo deve tornar-se prioridade.

Frente ao exemplo cotidiano citado, Marques (2008, p.121) aponta que “em muitas situações, os surdos procuram os intérpretes fora do horário escolar para aprimorar os conhecimentos”. Várias vezes alunos surdos me procuravam para pedir auxílio nas questões e atividades da aula, até mesmo em atividades que deveriam ser realizadas em casa. Pela experiência em salas de aula, esse comportamento ocorria pelo fato de o aluno enxergar esse profissional como o único da agente da escola capaz de compreendê-lo, aquele que conhece e domina sua língua e isso, muitas vezes, faz com que o aluno crie laços de confiança que ultrapassam os muros da escola.

Considerando-se a política de educação inclusiva, o Decreto nº 5.626/2005 determina que as escolas devem garantir ao aluno surdo a presença do TILSP e que “o intérprete deverá atuar nas salas de aula para viabilizar o acesso dos alunos aos conhecimentos e conteúdos curriculares, em todas as atividades didático-pedagógicas” (BRASIL, 2005). O mesmo documento traz orientações sobre as atribuições da função: atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino, nas salas de aula para viabilizar o acesso dos alunos aos conhecimentos e conteúdos curriculares, em todas as atividades didático-pedagógicas, e no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim da instituição de ensino.

Para Souza (2007b, p. 159), ao estabelecer que o intérprete deverá atuar “em todas as atividades didático-pedagógicas”, o documento propicia o entendimento de que esse profissional viabiliza acesso do surdo ao conhecimento na escola, atribuindo-lhe uma função instrumental. Lodi (2013) critica, pois, em sua opinião, o documento responsabiliza o TILSP pelo acesso ao conhecimento por meio da interpretação e identifica a articulação dessa função com a de outros profissionais de apoio educacional.

Lacerda (2010), por sua vez, destaca que essa ideia direciona ao equívoco de que o intérprete deve ter uma formação generalista. Para alguns, a ideia de que se uma pessoa sabe interpretar, ela é um intérprete, portanto, pode desempenhar o papel de intérprete educacional.

O Decreto é de 2005, entretanto, ainda é comum perceber a ausência de algumas ações muito importantes, como, por exemplo, a falta de profissionais habilitados para conduzir o processo pedagógico. Exemplo disso é o fato de as escolas inclusivas insistirem no uso de metodologias para o ensino de Língua Portuguesa para alunos surdos da mesma forma que usam as metodologias para o ensino aos alunos ouvintes, sem se aterem à diferença linguística entre os usuários dessas línguas, uma vez que para os ouvintes a LP é a primeira língua e para os surdos a LP é a segunda língua.

Deve-se, portanto, considerar que a Libras, por ser uma língua, possui estrutura gramatical própria, além de ser diferente da Língua Portuguesa em termos de configurações e estruturação. Ao se desconsiderar a questão linguística e a necessidade de metodologias de ensino e de estratégias voltadas para cada aprendiz, ocorre uma desobediência ao Decreto nº 5.626/2005, que afirma ser

necessário o professor regente de classe ter conhecimento da singularidade linguística manifestada pelos alunos surdos e que deverão ser adotados mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em Libras, desde que seja registrado em vídeos ou outros meios tecnológicos, além do uso de equipamentos e recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva.

Muitos docentes adotam essa postura por falta de conhecimento, por mais que tenhamos um documento legal que ampare os alunos surdos nesse sentido. Há muitos professores que não receberam subsídios adequados para trabalhar com a especificidade desse público, o que reforça a ideia de que no planejamento pedagógico a presença do IE é fundamental, pois ele conhece o aluno surdo, suas potencialidades e dificuldades e, junto com o professor, pode pensar em estratégias de ensino mais adequadas.

As reflexões tecidas na Fundamentação Teórica desta dissertação buscaram abordar sobre o Intérprete Educacional e o que permeia sua atuação para o trabalho eficaz de modo a atender as demandas educacionais do aprendiz surdo. No próximo capítulo, serão apresentados os Objetivos que nortearam este trabalho.

2. OBJETIVOS

2.1OBJETIVO GERAL

Elaborar um E-book intitulado: *Mãos que Sentem, Informam e Formam*, contendo informações e reflexões sobre a atuação profissional de Intérpretes Educacionais do Segundo Segmento do Ensino Fundamental.

2.2OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Fazer levantamento sobre cursos superiores de Letras/Libras na modalidade bacharelado que contemplam a formação do profissional Intérprete de Libras e Língua Portuguesa;
2. Identificar junto aos Tradutores Intérpretes Educacionais e Professores da Escola Municipal Santa Luzia suas concepções acerca das práticas e atuação do profissional IE;
3. Produzir o E-book *Mãos que Sentem, Informam e Formam* para ser disponibilizado na Escola Municipal Santa Luzia – Duque de Caxias, e em outras escolas inclusivas.

3. MATERIAL E MÉTODOS

3.1 A pesquisa

Para a realização da pesquisa, contamos com análise documental, de campo, qualitativa e quantitativa (GIL, 2002; 2008), com o objetivo de aprofundar sobre uma realidade específica. Além do levantamento bibliográfico, foi realizada uma busca de dados através do instrumento questionário, com o objetivo de captar informações do contexto educacional da Escola Santa Luzia, em Duque de Caxias, Rio de Janeiro, local onde a pesquisa foi realizada.

A escolha por esse tipo de pesquisa se justifica pelo fato de ela ir ao encontro do objetivo principal do projeto: Elaborar um E-book, que denominamos *Mãos que Sentem, Informam e Formam*, destinado, inicialmente, aos profissionais docentes e TILSP da Escola Municipal Santa Luzia, localizada no município de Duque de Caxias. Para isso, foram desenvolvidas duas ações em primeiro plano: (I) visita à escola, para conhecer o ambiente de atuação dos profissionais e (II) aplicação de Questionário aos profissionais intérpretes informantes, com 10 perguntas (APÊNDICE A), visando à coleta de dados.

Para complementar a busca de dados, um grupo de informantes/professores do segundo segmento do Ensino Fundamental, que atuam em sala de aula inclusiva com a presença de intérpretes nessa escola, foram convidados a responder o Questionário com 13 perguntas (APÊNDICE B), no formato impresso com o objetivo de verificar as expectativas e representações desses profissionais em relação à atuação e ao papel do TILSP.

A pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil e aprovada com o parecer nº 3.758.276, aprovada no dia 10 de dezembro de 2019, tendo em vista que recorreremos a informantes humanos, que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, autorizando sua participação e divulgação dos dados obtidos.

3.2 Campo Empírico

O campo de estudo é a Escola Municipal Santa Luzia, localizada na Rua Marquês Lafaiete, 70 - Parque Equitativa, Duque de Caxias - RJ, 25070-140, no município de Duque de Caxias, que concedeu autorização para o estudo.

Figura 2- Vista de frente da Escola Municipal Santa Luzia.



Fonte: (<https://pt-br.facebook.com/Emsantaluziadc/photos/pcb.1130251920664513/1130251867331185/?type=3&theater>)

Acesso em: 15 de abr de 2020.

A escolha por essa escola se deu pelo fato da mesma ser considerada escola polo do município e por indicação de uma professora da sala de recursos que descreveu ser uma escola de suma importância no desenvolvimento educacional do público surdo da região.

A escola² funciona em três turnos: manhã, tarde e noite/EJA, com um total de 33 turmas. No primeiro segmento do Ensino Fundamental, são 16 alunos surdos matriculados, que estudam com professores bilíngues sem a presença do intérprete em sala. O segundo segmento, foco desta pesquisa, contempla 17 surdos matriculados, sendo que a maioria dos professores não são fluentes em Libras e contam com a atuação de intérprete em sala de aula. Os discentes surdos estão divididos entre o 6º e 9º ano, além de contar com a Etapa IV e Etapa V, que se trata da junção de duas séries, concluídas em um ano letivo. Na época da realização da pesquisa, a escola contava com sete (7) intérpretes contratados diretamente pela Secretaria de Educação, através de concurso temporário, e duas professoras bilíngues, que atuam como professor – intérprete.

Os questionários foram aplicados pessoalmente para os profissionais Intérpretes Educacionais de Libras (IE) que já faziam parte do quadro de funcionários e para os professores que tinham alunos incluídos na escola participante. Ao todo, obtivemos um total de 11 respostas, sendo 7 de IE e 4 de professores. Como critérios de exclusão, foram descartados de responder ao

² No período da referida pesquisa, a escola funcionava normalmente, antes da pandemia. A declaração de pandemia ocorreu no mês de março de 2020, ficando suspensas as aulas presenciais por orientação da Organização Mundial de Saúde e secretárias municipais de ensino.

questionário os profissionais professores que não atuam em turmas de alunos incluídos, bem como professores e intérpretes que não atuavam no segundo segmento do ensino fundamental. (Tabela 1)

Tabela 1- Quantidade de Questionários Respondidos

Professores	Intérpretes
4	7

Fonte: Elaborado pela autora

3.3 Sujeitos da pesquisa

Este estudo estabeleceu como participantes da pesquisa os profissionais que responderam ao questionário e que estavam dentro dos critérios estabelecidos de inclusão. Ao longo da descrição dos dados utilizaremos a sigla PROF para denominar os professores e IE para os Intérpretes, conforme discriminado, de modo a garantir o anonimato de todos os indivíduos (Tabela 2).

Tabela 2- IDENTIFICAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA - PROFESSORES

IDENTIFICAÇÃO	ÁREA DE FORMAÇÃO	TEMPO DE FORMAÇÃO	NÍVEL DE ESCOLARIDADE QUE LECIONA	TEVE DISCIPLINA DE LIBRAS NA FACULDADE
PROF1	HISTÓRIA	MAIS 11 ANOS	6ª AO 9º ANO	NÃO
PROF2	ARTE	MAIS 11 ANOS	6º AO 8º ANO	NÃO
PROF3	GEOGRAFIA	MAIS 11 ANOS	6º ANO	NÃO
PROF4	EDUCAÇÃO FÍSICA	MAIS 11 ANOS	6º ANO	NÃO

Fonte: Elaborado pela autora

Para esta pesquisa, foram convidados a responder o questionário os Professores do segundo segmento do Ensino Fundamental, que atuam na Escola Municipal Santa Luzia, com salas inclusivas e que contam com a presença de Intérpretes Educacionais de Libras/Língua Portuguesa. É importante ressaltar que não houve resposta na disciplina de Língua Portuguesa. Se considerar que a língua portuguesa é a segunda língua do sujeito surdo, língua utilizada no cotidiano social,

ela poderia ser entendida como essencial nessa pesquisa. No entanto, não obtivemos respostas por parte de nenhum professor.

Também responderam a pesquisa os Intérpretes Educacionais (IE) que atuam com alunos surdos, no segundo segmento do EF, na Escola Municipal Santa Luzia, no município de Duque de Caxias.

Tabela 3- Identificação dos sujeitos da pesquisa - intérpretes

IDENTIFICAÇÃO	TEMPO DE PROFISSÃO	FORMAÇÃO
IE1	ENTRE 5 E 10 ANOS	PEDAGOGIA BILINGUE
IE2	ENTRE 10 E 20 ANOS	ENFERMAGEM
IE3	ENTRE 5 E 10 ANOS	SERVIÇO SOCIAL
IE4	ENTRE 10 E 20 ANOS	LETRAS LIBRAS (CURSANDO)
IE5	ENTRE 5 E 10 ANOS	ND
IE6	ENTRE 5 E 10 ANOS	ND
IE7	ENTRE 1 E 5 ANOS	PEDAGOGIA

Fonte: Elaborado pela autora

3.4 Instrumentos de coleta de dados

Visando levantar as necessidades de informações dos profissionais Tradutores Intérpretes da Escola Municipal Santa Luzia – Duque de Caxias e produzir um material que lhes ofereça informações adequadas sobre sua atuação e suas práticas profissionais. Foi aplicado um Questionário semiestruturado aos profissionais que atuam nessa escola do Município de Duque de Caxias (APÊNDICE A), constituído por 12 perguntas de múltipla escolha com opção de justificativa das respostas.

Para Gil (1999, p.128), o questionário pode ser definido da seguinte forma:

(...) técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc. (GIL, 1999, p. 128).

Assim, nas questões de cunho empírico o questionário é uma técnica que servirá para coletar as informações da realidade dos espaços que o cerca. O

questionário aplicado contém perguntas norteadoras, cuja finalidade é o levantamento de dados que apontem para os objetivos que se quer investigar relativos à atuação dos IE nesses espaços, em função da pesquisa em questão.

Assim sendo, as perguntas direcionadas aos IE foram:

- Onde aprendeu a Língua de Sinais?
- Quanto tempo atua profissionalmente como intérprete de Libras?
- Possui formação em Nível Superior?
- Os alunos surdos da turma em que você atua têm domínio da Libras?
- Qual é sua maior dificuldade para a realização do seu trabalho?
- Sua atuação se limita ao espaço da sala de aula?
- Durante a aula, qual é a sua atuação?
- Que disciplinas(s) é (são) mais desafiadora(s) para você?
- Tem experiência profissional como Intérprete de Libras em outros contextos?
- O Intérprete proficiente tem competência para atuar em todas as frentes de interpretação em Libras?
- Você se considera Intérprete Educacional?
- Você teria interesse em consultar uma coletânea sobre o papel do intérprete no segundo segmento do ensino fundamental?

Concomitantemente foi realizado um levantamento de dados através de um questionário, junto aos professores (ÂPENDICE B), da mesma escola, que ministram aulas nas turmas inclusivas, para obtenção de informações sobre suas expectativas e representações acerca do profissional Intérprete Educacional. O questionário dos professores contou com 14 perguntas:

- Tempo de formação
- Disciplina que ministra
- Indique o ano escolar em que ensina atualmente:
- Você teve a disciplina de Libras durante o curso na faculdade/universidade?
- Se sua resposta anterior foi sim, qual foi o tempo de estudo?
- A instituição de ensino em que você trabalha é:
- Você tem ou já teve aluno surdo?
- Como você se comunica ou se comunicava com o aluno surdo?

- A escola onde você trabalha tem intérprete de Libras?
- Que tipo de atividade(s) você realiza em suas aulas?
- Qual (is) é (são) a(s) sua(s) dificuldade(s) nas suas aulas com a presença de alunos surdos?
- Você conta com a presença do intérprete em suas aulas?
- Se sua resposta à pergunta anterior foi SIM, o que você espera do intérprete em suas aulas? Pode marcar mais de uma resposta.
- Você teria interesse em consultar uma coletânea sobre o papel do intérprete no segundo segmento do ensino fundamental? Por quê?

As respostas dos dois questionários foram analisadas e estão discutidas na seção dos Resultados. As informações obtidas serviram como fontes de dados para a elaboração do E-book. Os participantes discorreram sobre atuação profissional, tempo de atuação e experiência profissional na área educacional. O foco da pesquisa é o segundo segmento do EF, por isso, consideramos a necessidade de coletar dados sobre práticas educacionais com os alunos surdos.

3.5 Construção do Produto

O produto foi pensado para ser na modalidade bilíngue, Língua Portuguesa escrita e vídeo em Libras. A ideia inicial foi produzir um E-book intitulado *Reflexões sobre a atuação dos Tradutores Intérpretes de Libras/Língua Portuguesa no Ensino Fundamental: Concepções e Realidade*. No entanto, no decorrer do trabalho, foi observado que o título não estava de acordo com os desdobramentos da pesquisa e, por isso, fez-se necessária uma reformulação da proposta inicial, com o novo título: *Mãos que Sentem, Informam e Formam*. O período de pandemia causado pela COVID-19 comprometeu o processo de gravação e edição dos vídeos em Libras tornando inviável a produção bilíngue de todo o material.

Com essas mudanças, um novo formato foi pensado para o E-book e, na nova versão, o E-book será disponibilizado na modalidade escrita, com uma proposta que visa uma leitura mais objetiva sobre os tópicos essenciais para a realização de um bom trabalho pelo profissional IE, mantendo-se uma linguagem dialógica e interativa, abordando os dados apresentados na linha do tempo da Dissertação. O E-book aborda os seguintes títulos:

- O Tradutor Intérprete de Libras
- Intérprete educacional – reflexões sobre formação e atuação
- O código de Ética do Tradutor Intérprete de Libras
- Resultados da pesquisa: Expectativa e realidade da sala de aula
- A atuação do IE em tempos de pandemia

A ideia da produção mais interativa se deu a partir de uma necessidade pessoal de convidar o leitor para um diálogo, colocando as experiências da pesquisadora, no intuito de fazê-lo refletir sobre suas práticas. Além disso, mostrar que provavelmente situações vividas por ele durante sua trajetória profissional, seja ela positiva ou não, pode ser semelhante à dos seus pares.

A escolha pelos tópicos não foi simples. Decidir quais são mais importantes que outros é algo complexo, uma vez que, por ser uma profissão ainda em construção, tudo que permeia o assunto deve ser considerado relevante. A proposta buscou construir um E-book interativo, mas com conteúdos que possam auxiliar os IE em suas práticas, instigando-os a dar continuidade ao seu aperfeiçoamento e auxiliando na sua rotina diária.

Com a inviabilidade da tradução do material para Libras, foi elaborado um resumo em Libras, de cada capítulo abordado no E-book, com a inserção de *QR Code* para que os leitores surdos possam, na sua língua, ter acesso à síntese do conteúdo.

Figura 3-QR Code do resumo



Fonte: Retirado do Ebook da autora

Entendendo a importância dos surdos na construção desse produto, como parte significativa das reflexões apontadas, foi convidado um desenhista surdo para criar as imagens que compõe o e-book. Tivemos o cuidado de criar imagens que refletissem o que, de fato, estava sendo dito. Situações cotidianas de um aluno

surdo incluído, assim como o importante papel do IE, e sua presença no espaço escolar.

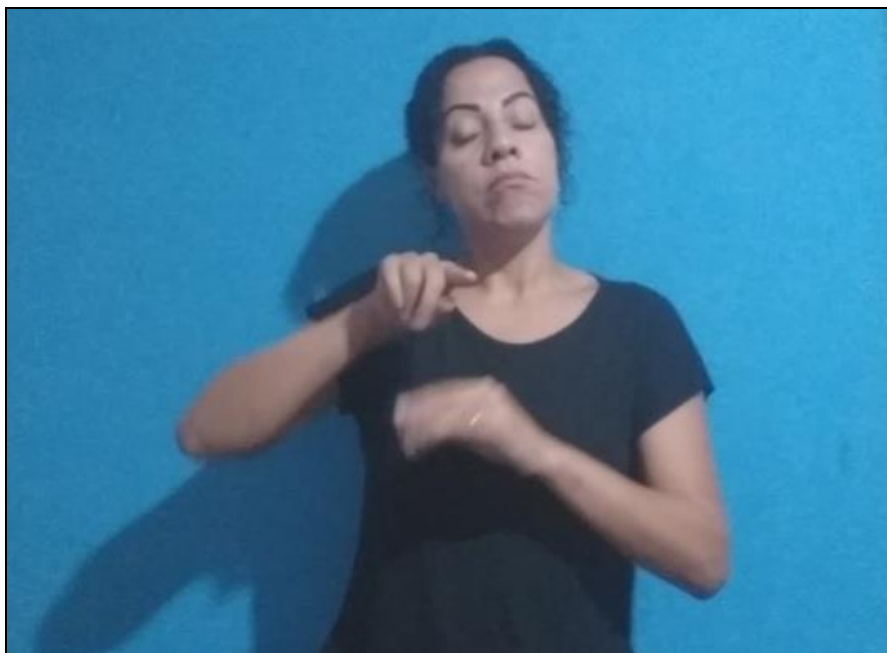
A capa do E-book foi uma escolha que possui muito significado, foi desenhada uma mulher, negra, com semblante mais sério, mas que, ao mesmo tempo, transmite leveza. O propósito dessa escolha foi dar destaque às muitas mulheres empoderadas que estão ocupando oportunidades e sendo cada vez mais reconhecidas nos variados espaços. Dessa forma, mostro que, de forma gradativa e crescente, elas exercem por anos diferentes papéis, como um dos personagens principais no desenvolvimento da nossa sociedade.

Após a escrita de cada capítulo, foram realizadas as gravações dos resumos. A tradução e a gravação do material apresentado foram realizadas pela autora, em estúdio próprio, e a edição foi realizada por um profissional contratado para esse fim.

3.6 Gravação do resumo em Libras

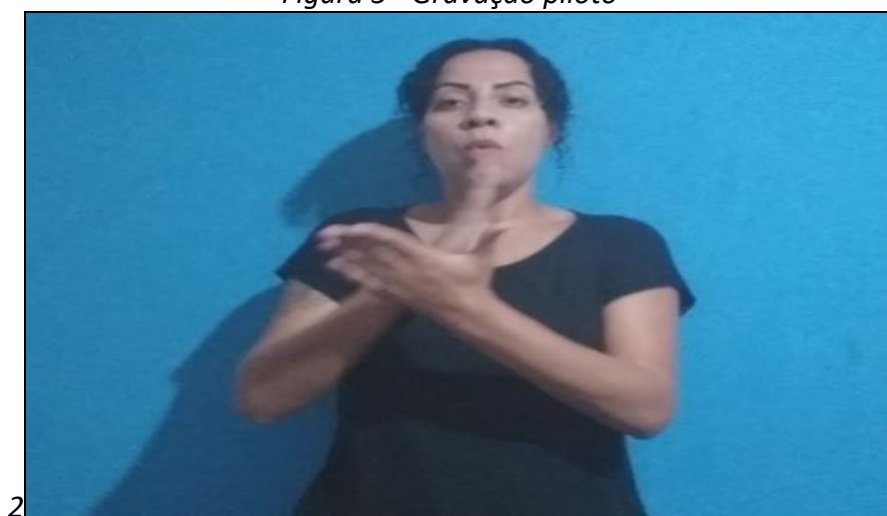
No processo de tradução dos resumos, foram realizadas gravações-piloto. Essas gravações antecedem o vídeo final. Nessa etapa, foram verificadas questões técnicas como iluminação, escolha do fundo (azul ou verde), escolha da blusa que deverá ser utilizada, se na cor preta ou cinza, objetivando o melhor contraste e destaque da mensagem produzida.

Figura 4 -Gravação piloto



Fonte: Foto retirada pela autora

Figura 5 - Gravação piloto

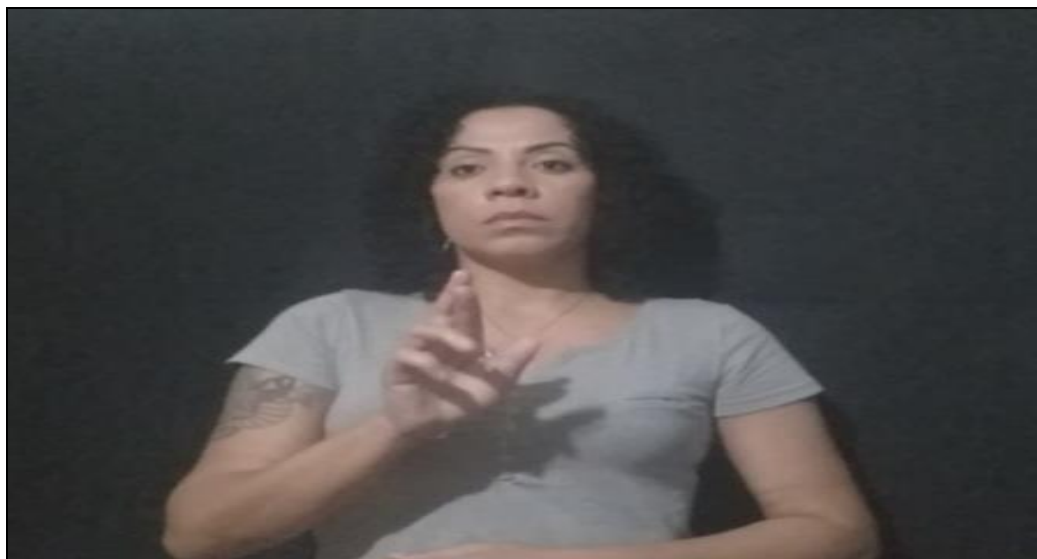


2

Fonte: Foto retirada pela autora

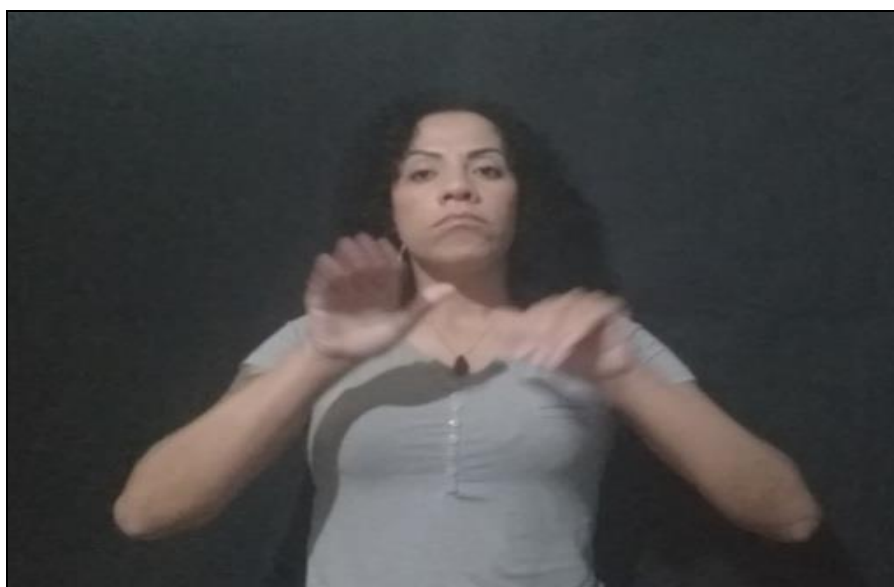
Nas figuras 4 e 5 é possível observar que o posicionamento próximo a parede estava criando sombra, algo que deve ser evitado pois dificulta o processo de edição, além de comprometer a compreensão pelos surdos.

Figura 6- Gravação piloto



Fonte: Foto retirada pela autora

Figura 7- gravação piloto



Fonte: Foto retirada pela autora

Nas figuras 6 e 7, o fundo foi alterado para preto, assim como a cor da blusa. No entanto, foi observado que o problema com sombras minimizou, mas não foi eliminado. A verificação de possíveis problemas com a iluminação e um distanciamento maior do intérprete com a parede trouxe resultado positivo. Na gravação final, foi utilizado o fundo azul e a intérprete utilizou a blusa na cor preta. Contudo, no momento da edição, foi constatado que, mesmo sendo positivas as alterações realizadas, essas não resolveram completamente com o problema das

sombras. O editor então sugeriu um recorte das imagens com a inserção de uma moldura para melhorar a estética dos vídeos.

Figura 8- Vídeo após a edição



Fonte: Foto do vídeo após edição. Foto retirada pela autora

A tradução aconteceu seguindo as seguintes etapas cronológicas.

- 1- Leitura geral, leitura detalhada;
- 2- Levantamento dos sinais existentes, possíveis variações linguísticas. O dicionário foi pouco utilizado como ferramenta de estudo, uma vez que o texto é da minha autoria;
- 3- Descrição em glosas;
- 4- Filmagem Piloto;
- 5- Revisão da filmagem (realizada por outro TILSP);
- 6- Validação do material traduzido (realizada por outro TILSP);
- 7- Na última etapa, foi feita a gravação final, utilizando o fundo azul para aplicação da chroma Key.

A gravação dos vídeos foi realizada conforme orientação da FEBRAPILS (2017), no que se refere à Norma Brasileira (NBR) 15.2901 – Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

7.1.1 Captação da imagem do tradutor ou do intérprete de Libras em estúdio:

- a) Espaço suficiente para que o intérprete não fique colado ao fundo, evitando desta forma o aparecimento de sombras;
- b) Iluminação suficiente e adequada para que a câmera de vídeo possa captar, com qualidade, o intérprete e o fundo;
- c) Câmera de vídeo apoiada ou fixada sobre tripé fixo;

d) Marcação no solo para delimitar o espaço de movimentação do intérprete.

7.1.2 - Ainda sobre a captação do tradutor ou do intérprete de Libras, a norma orienta:

- a) os contrastes devem ser nítidos, quer em cores, quer em preto e branco;
- b) deve haver contraste entre o pano de fundo e os elementos do intérprete;
- c) o foco deve abranger toda a movimentação e gesticulação do intérprete;
- d) a iluminação adequada deve evitar o aparecimento de sombras nos olhos e/ou seu ofuscamento.

7.1.4- Em relação à exibição, circulação e boa visualização de vídeos que contenham a janela de Libras, a norma descreve:

- a) a vestimenta, a pele e o cabelo do intérprete devem ser contrastantes entre si e entre o fundo;
- b) devem ser evitados fundo e vestimenta em tons próximos ao tom de pele do intérprete.

Figura 9 - Orientações técnicas



Fonte da imagem: <https://revistabrasileiravrilibras.paginas.ufsc.br> Acesso em: 15 de jan de 2020.

A Figura 13 aponta as questões que precisam ser observadas no momento da gravação do material em Libras. Problemas que ocorreram durante as gravações pilotos não são difíceis de acontecer. Aqui podemos constatar que iluminação, contraste e posicionamento do profissional fazem a diferença no vídeo final.

Na próxima seção, serão apresentados os resultados da pesquisa, contendo as discussões sobre os questionários e o produto (E-book) elaborado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apresentados nesta seção são frutos do levantamento bibliográfico e documental realizado ao longo do Curso de Mestrado e obtidos a partir da análise dos questionários que os IE e os professores responderam. Além disso, nesta pesquisa, foi realizada também uma busca sobre a oferta do curso de formação para TILSP em nível Superior.

Havia uma inquietação que me motivou a buscar respostas sobre a prática desses profissionais, isso porque ouvi durante minha trajetória profissional algumas falas que indicaram desconhecimento sobre a atuação dos Tradutores Intérpretes de Libras/Língua Portuguesa e, por vezes, até uma diminuição da sua importância em diferentes contextos sociais.

Após análise dos resultados dos questionários e do levantamento sobre a oferta de formação inicial, foi possível proceder a discussão. Vale ressaltar que a pesquisa não tem o objetivo de apontar erros ou acertos, mas sim identificar e sugerir caminhos possíveis, a partir dos resultados informados e relatados pelos profissionais da escola objeto da pesquisa.

A apresentação dos resultados seguirá a sequência dos objetivos específico, lembrados a seguir:

- Fazer levantamento sobre cursos superiores de Letras/Libras na modalidade bacharelado que contemplam a formação do profissional Intérprete de Libras e Língua Portuguesa;
- Identificar junto aos Tradutores Intérpretes Educacionais e de professores da escola municipal Santa Luzia suas concepções acerca das práticas e atuação do profissional IE;
- Produzir o E-book *Mãos que Sentem, Informam e Formam* que é o produto de conclusão do Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão. Essa criação se deu a partir de várias reflexões sobre a atuação dos Tradutores Intérpretes de Libras/Língua Portuguesa no Ensino Fundamental:

4.1 Levantamento sobre cursos superiores de Letras/Libras na modalidade Bacharelado que contemplam a formação do profissional Intérprete de Libras e Português.

O Decreto nº 5.626/2005 pode ser considerado um marco na educação de surdos, como um avanço em políticas públicas para o crescente acesso das pessoas surdas e TILSP nos espaços educacionais. Com um público cada vez mais presente, a qualificação e formação passam a ser exigidas em níveis cada vez maiores, o que reforça a necessidade de se pensar na formação profissional. Para tal, foi realizado um levantamento das Instituições com ofertas de cursos de Letras - Libras. Esses dados foram obtidos através do e-MEC (<http://emec.mec.gov.br/>)⁴, sendo a consulta realizada em 01/08/2019.

Abaixo será apresentado um quadro com os cursos encontrados. Para auxiliar a leitura do quadro, segue uma tabela com legenda das cores que diferenciam cada um dos que se apresentam.

Tabela 4- Legenda de cores referente o quadro de cursos

Legenda de cores	
Azul	Bacharelado.
Vermelho	Cursos que não estão mais ativos.
Preto	Licenciatura

Fonte: Elaborado pela autora

Tabela 5- Oferta de cursos Letras Libras: Bacharelado e Licenciatura.

	INSTITUIÇÃO	MODALIDADE	GRAU	CURSO	MUNICÍPIO/UF
1	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCAR	Presencial	Bacharelado	TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS/LÍNGUA PORTUGUESA.	SP São Carlos.

³ Levantamento realizado para identificar a oferta de cursos de Bacharelado em Letras-Libras no Brasil, curso que visa a formação de Tradutores Intérpretes de Libras/Língua Portuguesa – TILSP.

⁴ Levantamento realizado para identificar a oferta de cursos de Bacharelado em Letras-Libras no Brasil, curso que visa a formação de Tradutores Intérpretes de Libras/Língua Portuguesa – TILSP.

2	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – UFG	Presencial	Bacharelado	LETRAS: TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO EM LIBRAS/PORTU-GUESA	GO GOIÂNIA
3	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI	Presencial	Licenciatura	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA E LIBRAS	PI Parnaíba
4	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI	Presencial	Licenciatura	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA E LIBRAS	PI PICOS
5	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI	Presencial	Licenciatura	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA E LIBRAS	PI PICOS
6	CENTRO UNIVERSITÁRIO FACVEST – UNIFACVEST	A Distância	Licenciatura	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA E LIBRAS	Vários Municípios
7	CENTRO UNIVERSITÁRIO FACVEST – UNIFACVEST	Presencial	Licenciatura	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA E LIBRAS	SC Lages
8	CENTRO UNIVERSITÁRIO TERESA D'ÁVILA - FATEA	Presencial	Licenciatura	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA E LIBRAS	S.P Lorena
9	CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA - NEWTON PAIVA	Presencial	Licenciatura	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA E LIBRAS	MG Belo Horizonte
10	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN	Presencial	Licenciatura	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA E LIBRAS	RN Natal
11	CENTRO UNIVERSITÁRIO	A Distância	Licenciatura	LETRAS - LÍNGUA	Vários municípios

	FACVEST- UNIFACVEST			PORTUGUESA E LIBRAS	
12	CENTRO UNIVERSITÁRIO- FACVEST	Presencial	Licenciatura	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA E LIBRAS	SC Lages
13	FACULDADE DO EDUCADOR – FEDUC	Presencial	Licenciatura	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA E LIBRAS	SP São Paulo
14	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD	A Distância	Licenciatura	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA E LIBRAS	Vários Municípios
15	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB	A Distância	Licenciatura	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA E LIBRAS	Vários municípios
16	FACULDADE ASSIS GURGACZ- FAG TOLEDO	Presencial	Licenciatura	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA E LIBRAS	PR Toledo
17	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO SANT'ANA – ISESA	Presencial	Licenciatura	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA E LIBRAS	PR Ponta Grossa
18	UNIVERSIDADE BRASIL	Presencial	Bacharelado	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA E LIBRAS	SP São Paulo
19	UNIVERSIDADE BRASIL	Presencial	Licenciatura	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA E LIBRAS	SP São Paulo
20	FACULDADE SÃO BRAZ-FSB	Presencial	Licenciatura	LETRAS- LÍNGUA PORTUGUESA E LIBRAS	PR Curitiba
21	CENTRO UNIVERSITÁRIO CIDADE VERDE- - NIFCV	A Distância	Licenciatura	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA E LIBRAS	Vários municípios

22	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MINEIROS	Presencial	Licenciatura	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA E LIBRAS	GO Mineiros
23	FACULDADE FACCAT – FACCAT	Presencial	Licenciatura	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA E LIBRAS	SP Tupã
24	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU	Presencial	Licenciatura	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA COM DOMÍNIO DE LIBRAS	MG Uberlândia
25	CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA	Presencial	Licenciatura	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA	SP Franca
26	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD	A Distância	Bacharelado	LETRAS LIBRAS - TRADUTOR/INTÉRPRETE EM LIBRAS	Vários municípios
27	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – UNIFAP	Presencial	Licenciatura	LETRAS - LIBRAS - PORTUGUÊS	AP Macapá
28	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ – UNESA	À Distância	Licenciatura	LETRAS - LIBRAS - LÍNGUA PORTUGUESA	Vários municípios
29	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA-UFRB	Presencial	Licenciatura	LETRAS - LIBRAS - LÍNGUA PORTUGUESA	Vários municípios
30	CENTRO UNIVERSITÁRIO CIDADE VERDE	À distância	Licenciatura	LETRAS: LIBRAS	Vários municípios
31	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – UFG	Presencial	Licenciatura	LETRAS: LIBRAS	GO Goiânia
32	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA-UFSC	Presencial	Licenciatura	LETRAS - LIBRAS	SC Florianópolis

33	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC	Presencial	Bacharelado	LETRAS - LIBRAS	SC Florianópolis
34	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC	À distância	Bacharelado	LETRAS- LIBRAS	SC Vários municípios
35	FACULDADE PARQUE - FAP	Presencial	Licenciatura	LETRAS - LIBRAS	AM Manaus
36	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE- UFAC	Presencial	Licenciatura	LETRAS - LIBRAS	AC Rio Branco
37	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO-UFERSA	Presencial	Licenciatura	LETRAS - LIBRAS	RN Caraúbas
38	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ- UFPI	Presencial	Licenciatura	LETRAS - LIBRAS	PI Teresina
39	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE-UFS	Presencial	Licenciatura	LETRAS - LIBRAS	SE São Cristóvão
40	FACULDADE SÃO BRAZ-FSB	A Distância	Licenciatura	LETRAS - LIBRAS	Vários municípios
41	FACULDADE EFICAZ	Presencial	Licenciatura	LETRAS - LIBRAS	PR Maringá
42	UNIVERSIDADE FEDERAL DE	Presencial	Bacharelado	LETRAS - LIBRAS	RR

	RORAIMA – UFRR				Boa Vista
43	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO-UFPE	Presencial	Licenciatura	LETRAS - LIBRAS	PE Recife
44	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA-UNIR	Presencial	Licenciatura	LETRAS - LIBRAS	RO Porto Velho
45	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS- UFMG	Presencial	Licenciatura	LETRAS - LIBRAS	MG Belo Horizonte
46	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO UFES	Presencial	Bacharelado	LETRAS - LIBRAS	ES Vitória
47	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIRB	A Distância	Licenciatura	LETRAS - LIBRAS	Vários municípios
48	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS-UFAL	Presencial	Licenciatura	LETRAS - LIBRAS	AL Maceió
49	NIVERSIDADE DA AMAZÔNIA-UNAMA	A Distância	Licenciatura	LETRAS - LIBRAS	Vários municípios
50	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS-UFT	Presencial	Licenciatura	LETRAS - LIBRAS	TO Porto Nacional
51	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ- UEPA	Presencial	Licenciatura	LETRAS - LIBRAS	PA Belém
52	CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURÍCIO DE NASSAU- UNINASSAU	A Distância	Licenciatura	LETRAS - LIBRAS	Vários municípios

53	CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI-UNIASSELVI	A Distância	Licenciatura	LETRAS - LIBRAS	Vários municípios
54	CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI-UNIASSELVI	A Distância	Bacharelado	LETRAS - LIBRAS	Vários municípios
55	FACULDADE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE PERNAMBUCO-FAESPE	Presencial	Licenciatura	LETRAS - LIBRAS	PE Petrolina
56	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JAGUARIÚNA-UNIFAJ	A Distância	Licenciatura	LETRAS - LIBRAS	Vários Municípios
57	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ-UFC	Presencial	Licenciatura	LETRAS - LIBRAS	CE Fortaleza
58	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA-UFJF	Presencial	Licenciatura	LETRAS - LIBRAS	MG Juiz de Fora
59	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PARANÁ-UNIFAPESP	A Distância	Licenciatura	LETRAS - LIBRAS	Vários municípios
60	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO-UFRJ	Presencial	Bacharelado	LETRAS - LIBRAS	RJ Rio de Janeiro
61	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO-UFRJ	Presencial	Licenciatura	LETRAS - LIBRAS	RJ Rio de Janeiro
62	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE-UFCG	Presencial	Licenciatura	LETRAS - LIBRAS	PB Campina Grande
63	UNIVERSIDADE FEDERAL DO	Presencial	Licenciatura	LETRAS - LIBRAS	PR

	PARANÁ-UFPR				Curitiba
64	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO-UFMA	Presencial	Licenciatura	LETRAS - LIBRAS	MA São Luís
65	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS-IFNMG	A Distância	Licenciatura	LETRAS - LIBRAS	Vários municípios
66	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO-UFMT	Presencial	Licenciatura	LETRAS - LIBRAS	MT Cuiabá
67	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ-UFPA	Presencial	Licenciatura	LETRAS - LIBRAS	PA Belém
68	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA-UFRA	Presencial	Licenciatura	LETRAS - LIBRAS	PA Belém
69	CENTRO UNIVERSITÁRIO – ATENAS	A Distância	Licenciatura	LETRAS - LIBRAS	Vários municípios
70	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI-UFCA	Presencial	Licenciatura	LETRAS - LIBRAS	CE Juazeiro do Norte
71	UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ-UNOCHAPECÓ	Presencial	Licenciatura	LETRAS - LIBRAS	Em Desativação/Extinção voluntária: SEI nº 23000.043580/2013-52
72	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO-UFMT	Presencial Alterar a cor da fonte	Bacharelado	LETRAS - LIBRAS	Em Desativação/Extinção voluntária: Processo nº 23000.016507/2016-56

Fonte: Elaborado pela autora

Esse quadro nos indica que em todo Brasil existem um total de 75 cursos cadastrados, sendo 64 de Licenciatura e 11 de Bacharelado. Apenas 11 cursos cadastrados são de Bacharelado em Letras – Libras, curso voltado para a formação de intérpretes de Libras. Esses dados são importantes e preocupantes, pois, se a tendência é ter cada vez mais alunos surdos incluídos, em breve, teremos um colapso na balança oferta x procura.

Na verdade, considerando-se que cada vez mais os surdos se inserem em espaços na sociedade que antes não frequentavam, como espaços culturais, religiosos, entre muitos outros. A oferta de cursos de formação Superior em nível de graduação poderá não ser suficiente para cobrir a demanda desses profissionais. É preciso que as lutas e as buscas para implementação de novas ofertas de cursos se façam presente e que essa seja uma demanda de toda a categoria de TILSP, independente do seu espaço de atuação. Uma formação de qualidade resulta em uma prática de qualidade, que futuramente possa ser também, e porque não, uma luta pela valorização e reconhecimento da importância dessa profissão para toda sociedade.

De acordo com esse levantamento, poucos são os cursos de formação em nível de graduação. É preciso que as lutas para implementação de novas ofertas de cursos se façam presentes e constantes e que essa seja uma demanda de toda a categoria de TILSP independente do seu espaço de atuação. Uma formação de qualidade resulta em uma prática de qualidade, que futuramente possa ser também uma luta pela valorização e reconhecimento da importância dessa profissão para toda sociedade.

O quadro nos aponta que há uma oferta desproporcional das modalidades. O entendimento sobre a inserção da disciplina de Libras como disciplina obrigatória nas escolas vem se intensificando nos últimos tempos, essa é uma justificativa importante e, talvez, a principal para o quantitativo elevado de cursos de Licenciatura, mas a oferta na modalidade Bacharelado não se faz menos importante. Números do Censo Escolar de 2016 registram que o Brasil possui, na Educação Básica, 21.987 estudantes surdos e 32.121 com deficiência auditiva. A realidade apresentada até o momento nas escolas inclusivas demonstra a carência de IE nas salas de aula, afetando diretamente na qualidade do ensino que os discentes surdos recebem.

Seguindo o pressuposto de que sem comunicação não há aprendizado, formar professores para atuarem futuramente nas escolas deve ser tão importante e urgente quanto formar profissionais intérpretes para atenderem uma demanda já existente, embora também seja urgente o aumento de profissionais ouvintes capacitados para atender as especificidades dessas pessoas.

O Decreto nº5.626/2005 estabelece que para atuação no EF é permitido que o profissional tenha formação em Nível Médio, desde que tenha habilitação comprovada das suas competências. Esse trecho do documento deixa a possibilidade de contratações equivocadas, isso porque, como já foi discutido neste trabalho, a contratação de pessoas que sabem Libras não significa que esse seja um profissional intérprete de Libras. O Decreto também trata da formação em nível superior, sendo o curso de Letras Libras.

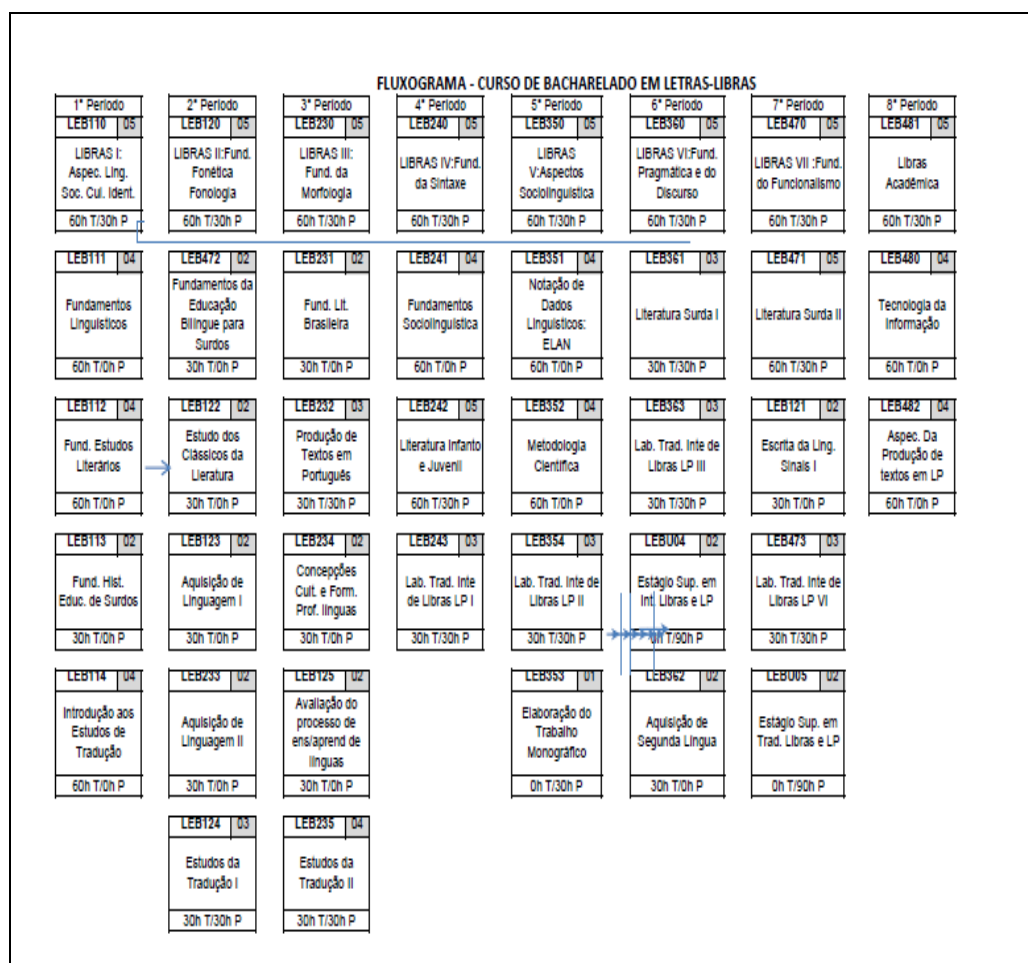
Algumas pessoas aprenderam Libras para conversação e interação com surdos no cotidiano, e não para atuação profissional. Consequentemente, inserir essa pessoa na sala de aula atuando como “profissional” IE pode ser prejudicial para os alunos que dependem daquela interpretação.

Foi realizado um levantamento das disciplinas que são ofertadas no curso superior de Letras Libras, para entender o que está sendo disponibilizado e entendido como uma formação adequada para a qualidade da atuação do IE.

A Universidade escolhida para essa análise foi a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a escolha se deu pelo fato de ser situada na cidade do Rio de Janeiro, mesma cidade onde a pesquisa está sendo realizada e ser uma instituição de ensino renomada no cenário educacional brasileiro. Esse levantamento foi realizado através de acesso ao site da Universidade.⁵

⁵ A consulta realizada ao site da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ocorreu no dia 02 de março de 2020. Essa consulta foi realizada para identificar as disciplinas que compõe o curso de Bacharelado em Letras Libras. Site consultado foi <https://www.portal.letras.ufrj.br/graduacao/cursos-de-graduacao/letras-libras.html>

Figura 10 -- Fluxograma



Fonte: <http://www.portal.letras.ufri.br/images/Graduacao/Fluxogramas/Libras/fluxograma-bacharelado-letras-libras.pdf> Acesso em: 15 de fev. de 2019.

As disciplinas disponibilizadas no curso de Letras/Libras estão organizadas de modo a oferecer subsídios sobre Estudos da Tradução, Linguística, Literatura e Tecnologias. Esses conhecimentos são essenciais para uma boa atuação profissional, possibilitando ao IE escolhas que resultem em uma melhor compreensão dos conteúdos propostos. São conhecimentos não disponibilizados no Ensino médio (requisito possível para atuação no EF) e nos cursos de Libras, reforçando o entendimento de que a formação em nível superior é a mais apropriada.

No entanto, a formação ofertada no curso de Letras Libras é uma formação generalista, que visa à formação do tradutor e intérprete para todas as áreas possíveis, tendo como objetivo as questões que envolvem as línguas (Libras e Língua Portuguesa).

Nessa pesquisa esse assunto relacionado à formação do TILSP foi abordado, justamente para reforçar a discussão sobre a formação desse profissional e levar o leitor a refletir sobre que formação de fato o torna um profissional Tradutor Intérprete de Libras. Para ser tradutor intérprete de Libras/Língua Portuguesa basta cursar Letras Libras? Esse curso forma os intérpretes para atuarem em todas as áreas? Uma formação pautada apenas nas questões linguísticas e tradutórias basta? Mesmo sendo uma questão de “tornar possível” a comunicação entre pessoas usuárias de línguas em modalidades distintas, a formação generalista pode provocar conflitos de compreensão, uma vez que, o TILSP poderá atuar em áreas diversas como, por exemplo, no contexto jurídico, médico, entre outros.

Quando trazido para o EF, essa formação generalista pode ser uma lacuna. Isso porque, dependendo da faixa etária, série em que está matriculado e conhecimento do aluno, só as questões pertinentes à língua e ao processo tradutório podem não contemplar a necessidade do mesmo e é nesse sentido que me refiro a possíveis lacunas na formação.

Anteriormente foram apresentadas expertises que o IE precisa ter para uma atuação satisfatória, isso com base nas pesquisas apontadas por alguns autores como Lacerda (2011) e Belém (2008). Uma reformulação no currículo do referido curso, incluindo questões referentes à infância, como é nos cursos de Pedagogia, por exemplo, daria um suporte maior ao profissional nas questões que envolvam o desenvolvimento daquele aprendiz. Sempre lembrando que o IE embora não seja o professor, é um profissional que participa diretamente no processo de ensino e aprendizagem.

Os IE que atuam nas escolas regulares com turmas inclusivas, no segundo segmento do EF, podem ter na prática uma experiência diferente do que aprendeu na graduação, isso porque na sala de aula poderá se deparar com inúmeras identidades surdas, com níveis diferentes de fluência dos discentes, com diferentes tipos de recepção tendo em vista que alguns que alguns adolescentes surdos não aceitam bem a presença do IE), e é nesse momento que a teoria e a prática se confrontam. Certamente, isso é algo que ocorre em muitas outras profissões e não é um problema exclusivo da formação do intérprete de Libras, mas a questão central aqui é se a formação voltada exclusivamente para questões linguísticas e de processos tradutórios são suficientes para uma boa prática educacional.

Entendemos ao longo da pesquisa que o IE não é responsável pelo aprendizado do aluno surdo. Entendemos que o professor é o responsável por elaborar uma metodologia que possibilite a aquisição do conhecimento por aquele sujeito, mas e o intérprete? Adiantamos que precisa ter coerência na sua interpretação, consciência das escolhas que fará no processo tradutório, precisa também conhecer os surdos para quem está interpretando. Uma interpretação mecânica não é funcional e exitosa para um aluno que tem pouco domínio da Libras. Uma interpretação literal pode não fazer sentido para o surdo em determinados conteúdos ou área de conhecimento. Essas nuances geralmente estão nas entrelinhas, mas expressadas pela linguagem corporal do sujeito e precisam ser percebidas pelo IE.

O IE que opta por atuar com crianças e adolescentes não deve se limitar ao que o conhecimento teórico proporciona. Não tenho a intenção de desqualificar o conhecimento teórico científico, pelo contrário, a intenção é justamente instigar o leitor desse trabalho a buscar formação e conhecimento para além do que é ensinado na sua formação superior. Quem já atua como IE certamente já se percebeu em vários momentos como um Pedagogo, Inspetor escolar, Assistente de aluno, Psicólogo, mediador de conflitos... Isso porque, no contexto escolar, não podemos nos limitar a fazer somente “nossa função”.

A subjetividade é presente nessa área de atuação. O IE muitas vezes é a única pessoa que sabe se comunicar com o aluno surdo. Estabelecer uma relação de afeto e ao mesmo tempo profissional não é tarefa fácil, mas é necessária. É muito difícil perceber um desenvolvimento escolar satisfatório de um aluno surdo que não tem afinidade com o IE que atua em sua turma. Ouço colegas afirmarem que não precisa ter afinidade com o surdo e isso é um equívoco. Entenda aqui que afinidade não está relacionada à amizade, e sim a uma relação de trocas, em que ambos se sintam confortáveis em encontrar uma maneira de ser mais bem compreendidos.

Essa afinidade estabelecida proporciona uma interação que beneficia a todos os atores envolvidos. O IE e o professor poderão elaborar de forma conjunta estratégias que favoreçam o aprendizado do aluno. Nas reuniões de Conselho de Classe, e em outras em que o objetivo seja a organização pedagógica, o IE poderá contribuir, com suas percepções no que tange à compreensão do aluno para a

metodologia escolhida pelo professor. Essas trocas são importantíssimas para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos surdos, reforçando a teoria de que outros conhecimentos, não apenas questões linguísticas, são necessárias para uma boa atuação do IE.

De acordo com Saviane (2003), o trabalho educativo visa à apropriação de conhecimentos pelos alunos e supõe organização, nos casos de escolas que trabalham com alunos surdos incluídos, essa organização implica o envolvimento das atividades desenvolvidas pelo intérprete de Libras, por essa razão o mesmo deve participar do planejamento e sistematização das atividades que serão desenvolvidas.

Estabelecer essas relações demonstra a preocupação da comunidade pela valorização das diferenças existentes naquele espaço. O trabalho colaborativo se faz necessário a todo o momento. O IE deve estar receptivo ao aprendizado diário, ultrapassar as barreiras existentes, permitir-se a afetividade, respeitando os limites da profissão. Entendendo que sua formação inicial não deve ser a única e sequer exclusiva para uma atuação qualificada. Toda formação deve ser entendida como essencial, mas jamais como algo limitador. O curso de Letras Libras oferece o necessário para o desenvolvimento do trabalho, porém, discussões sobre a formação generalista oferecida atualmente para o intérprete deveriam ser urgentes, uma vez que ser intérprete educacional, por exemplo, requer conhecimentos mais específicos.

A formação deve ser o alicerce para construções infinitas de conhecimento e possibilidades. O IE, assim como todos os outros atores presentes nesse processo, deve estar comprometido e em busca de um objetivo comum, de criar um ambiente escolar inclusivo, equitativo e que, de fato, promova o acesso ao aprendizado e conhecimento.

O ambiente escolar acolhedor e inclusivo diz respeito à postura da comunidade escolar que acolhe todos os seus membros, estabelecendo entre si relações de aceitação, co-responsabilidade, colaboração, respeito interpessoal e valorização das diversidades. A cultura inclusiva da escola incentiva a cidadania democrática, as relações interpessoais, comunitárias, sociais e planetárias, com vistas ao bem comum (PNEE, 2020, p. 49 e 50).

A Política Nacional de Educação Especial Equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida (PNEE, 2020) está suspensa, porém traz em seu texto algumas reflexões importantes como essa apresentada na citação acima. A

educação especial é um campo fértil para pesquisas, pesquisas essas que são de extrema importância para o desenvolvimento profissional de todos os atores envolvidos no processo de escolarização do aprendiz surdo.

Todos que estão inseridos no ambiente escolar são coautores do desenvolvimento satisfatório das crianças que ali estão. Estar sempre em busca de atualização e aprimoramento dos conhecimentos que se baseiam em pesquisas é indispensável para encontrar meios de promover um ensino inclusivo e equitativo.

Outra questão importante a considerar é quanto à necessidade de se repensar essa formação do IE, que, além da abordagem linguística, também deveria contemplar questões pedagógicas. Embora a formação em Pedagogia preveja a atuação somente no primeiro segmento do Ensino Fundamental, e o IE não atue como professor, seu currículo certamente tem muito a agregar na formação do IE. Isso porque a disciplina Concepção da infância na USP, por exemplo, se compromete em: analisar ao longo da história das sociedades, a presença da criança e os sentimentos do adulto em relação à infância; apresentar os marcos históricos que revelam o processo de constituição da educação infantil como campo de investigação e prática, focalizando o surgimento das instituições de educação infantil, no mundo e no Brasil; identificar os pressupostos filosóficos e científicos que subjazem aos preceitos da educação infantil; discutir o conceito de qualidade e como se aplica ao campo da educação e da educação infantil, em particular.

Esse conhecimento certamente proporcionaria a esse profissional uma maior clareza de como se dá o desenvolvimento da criança. Esse entendimento influencia diretamente na sua prática, uma vez que, conforme dito anteriormente, conhecer a criança com a qual está lidando é fundamental para que se crie uma relação de afinidade e em alguns casos de aceitação da presença daquela pessoa, por parte da criança.

Nos níveis mais iniciais, o intérprete estará diante de crianças. Há uma série de implicações geradas a partir disso. Crianças têm dificuldades em compreender a função do intérprete puramente como uma pessoa mediadora da relação entre o professor e o aluno. A criança surda tende a estabelecer o vínculo com quem lhe dirige o olhar. No caso, o intérprete é aquele que estabelece essa relação. (QUADROS, 2004, p. 62).

Ainda que o público abordado nessa pesquisa seja as crianças matriculadas no segundo segmento do EF, quando se trata de crianças surdas, o tempo de desenvolvimento pode ser diferente das demais crianças, isso devido a questões

que envolvem língua e relacionamento interpessoal. Se no meio que está inserida, não encontra pares linguísticos, seu desenvolvimento pode se dar em tempo distinto. Conforme Vygotsky (1996), o desenvolvimento do indivíduo a aquisição de conhecimentos pela interação do sujeito com o meio, interação essa que pode ser prejudicada pela aquisição tardia da língua.

4.2 Resultados dos questionários dos intérpretes

Os questionários respondidos pelos Intérpretes Educacionais apresentaram as seguintes perguntas norteadoras, conforme Tabela 6

Tabela 6 - Perguntas norteadoras do Questionário para os IE

1	Onde aprendeu a Língua de Sinais?
2	Quanto tempo atua profissionalmente como intérprete de Libras?
3	Possui formação em Nível Superior?
4	Os alunos surdos da turma em que você atua têm domínio da Libras?
5	Qual é sua maior dificuldade para a realização do seu trabalho?
6	Sua atuação se limita ao espaço da sala de aula?
7	Durante a aula, qual é a sua atuação?
8	Que disciplinas(s) é (são) mais desafiadora(s) para você?
9	Tem experiência profissional como Intérprete de Libras em outros contextos?
10	O Intérprete proficiente tem competência para atuar em todas as frentes de interpretação em Libras?
11	Você se considera Intérprete Educacional?
12	Você teria interesse em consultar uma coletânea sobre o papel do intérprete no segundo segmento do ensino fundamental?

Fonte: Elaborado pela autora

Em relação à formação profissional do intérprete, esse ainda é um assunto muito discutido nas formações em geral (LACERDA, 2009; QUADROS, 2007). Quando se trata de Intérprete Educacional, o assunto requer especial atenção, como bem apresentado por Lacerda (2009, p.85), que “não é possível permitir que os alunos surdos, frente às dificuldades de acesso aos conhecimentos que já enfrentam

por sua condição linguística singular, sejam acompanhados por pessoas sem formação”.

Quando perguntados sobre a formação, aprendizagem e tempo de atuação profissional na área de interpretação obtivemos as seguintes respostas:

Tabela 7- Quanto à formação, Aprendizagem e Tempo de Atuação do IE

ID	ONDE APRENDEU LIBRAS	FORMAÇÃO ACADÊMICA	TEMPO PROFISSIONALMENTE
IE1	CURSO DE LIBRAS / CURSO SUPERIOR/CONTATO COM SURDOS OU FAMILIARES	PEDAGOGIA BILINGUE	ENTRE 5 E 10 ANOS
IE2	CURSO DE LIBRAS	ENFERMAGEM	ENTRE 10 E 20 ANOS
IE3	CURSO DE LIBRAS / AMBIENTE RELIGIOSO	SERVIÇO SOCIAL	ENTRE 5 E 10 ANOS
IE4	AMBIENTE RELIGIOSO	LETRAS LIBRAS (CURSANDO)	ENTRE 10 E 20 ANOS
IE5	CONTATO COM SURDOS OU FAMILIARES	ND	ENTRE 5 E 10 ANOS
IE6	CONTATO COM SURDOS OU FAMILIARES	ND	ENTRE 5 E 10 ANOS
IE7	CURSO DE LIBRAS/CONTATO COM SURDOS	PEDAGOGIA	ENTRE 1 E 5 ANOS

Fonte: Elaborado pela autora

Dos IE que responderam ao questionário, 57% informaram que aprenderam Libras com o contato com surdos ou familiares, sendo que 28% deles nem fizeram algum curso de formação para atuação na área. Cabe refletir se apenas o contato com os surdos e familiares seria o suficiente para garantir todas as atribuições que tal função exige. Ao entrar em contato com os surdos e sua comunidade, o ouvinte viabiliza interações que enriquecem a compreensão dos processos sócio-histórico e cultural dos surdos, porém não se abrangem as competências linguísticas e discursivas que a formação inicial irá proporcionar.

A formação inicial por si só não é o bastante e não deve ser algo único e estático, pois a formação deve ser atualizada de forma continuada com abordagens sobre “questões imprescindíveis para a formação do intérprete como ética, prática de interpretação e tradução, estratégias de interpretação, entre outros” (AMPESSAM; GUIMARÃES; LUCHI, 2013, p. 14). De fato, é perceptível que, para atuar no ambiente educacional, os Intérpretes Educacionais (IE) necessitem de uma formação específica que abranja conhecimentos que os preparem para a realidade peculiar de sala de aula. A formação inicial e continuada desse profissional deve estar associada à interação do IE na comunidade surda, que irá influenciar em sua habilidade na língua, porém esses processos não devem ser isolados

(FIGUEIREDO, 2015). A questão central é entender se essa falta de critério favorece ou prejudica de alguma forma o processo de ensino e aprendizagem da criança surda.

Embora a Lei nº 10.436/2002 não apresente a obrigatoriedade de formação em licenciatura para a atuação do profissional intérprete, há a justificativa da importância e necessidade desse profissional ter formação acadêmica voltada para a área educacional, visto que os conhecimentos de didática e metodologias podem interferir consideravelmente no processo de aprendizagem do aluno surdo (BRASIL, 2002). Seria o curso de bacharelado realmente o mais apropriado para sua formação? Se não, essa poderia ser uma justificativa para o baixo número de ofertas do curso no Brasil (conforme tabela 1), tornando, assim, a Licenciatura um curso de destaque?

Entre os IE entrevistados, apenas 28% apresentam formação em licenciatura; 16% estão cursando; 28% com formação em outras áreas e 28% sem formação em nível superior. O intérprete enfrenta desafios para atuar na inclusão, mas é através dele que ela acontece. Um bom trabalho irá depender da capacitação desse profissional para atuar em sala de aula; ele deverá estar atento às dificuldades, mediando e favorecendo a construção dos conhecimentos.

Apenas uma participante com curso em Letras/Libras, curso que é considerado formador para atuação como profissional TILSP, isso significa dizer então que os demais não estariam aptos para o exercício da função? Certamente, tal afirmativa seria considerada precoce, uma vez que temos também como resultado 2 participantes com formação em Pedagogia. Um Pedagogo inserido no quadro de profissionais da escola fonte é algo que, sem dúvidas, engrandece toda elaboração do trabalho, no entanto, esses estão lá na condição de Intérpretes e não de Pedagogos. Será que a formação nessa lógica apresentada favorece de alguma forma o aluno surdo? Certamente os conhecimentos sobre como ensinar são riquíssimos, a preocupação é de não permitir que os papéis se confundam, o que pode ser algo muito sensível de administrar. Podemos concluir com essas três perguntas iniciais que não há critério quanto à formação específica para a contratação dos TILSP.

Fazendo um breve histórico, no mundo todo, a partir da década de 1990, difundiu-se com força a defesa de uma política educacional de inclusão dos sujeitos com necessidades educativas especiais, propondo maior respeito e socialização efetiva desses grupos e contemplando, assim, também a comunidade surda. Na educação brasileira, em defesa pela inclusão, algumas leis e decretos foram criados apoiando e regulamentando o ensino de qualidade acessível para todos. O Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a lei nº 10436/2002, dispõe sobre o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais e assegura o direito do surdo de comunicar-se em sua língua - de modalidade gestual visual, nos diferentes níveis de escolaridade. Com as políticas da inclusão educacional, a presença do intérprete da língua de sinais nas salas de aula foi se multiplicando e se direcionando a fim de atender às necessidades dos alunos surdos. Para Rebelo (2016, p. 851),

Durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), o movimento de inclusão escolar toma expressiva proporção no Brasil, cujo marco inicial fora o lançamento do programa “Educação Inclusiva: Direito à Diversidade” em 2003. A partir de então ocorre uma intensa mobilização do Poder Executivo com a criação de programas governamentais em prol da inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais articulados pela extinta Secretaria de Educação Especial (SEESP/Ministério da Educação), sobretudo voltados à Educação Básica.

Analisando os dados, cabe uma reflexão sobre uma ampla organização das escolas para atender os alunos surdos em classes regulares dos últimos 10 a 20 anos, favorecendo uma maior inserção desses Profissionais nos espaços escolares, o que nos remete ao tempo de atuação apresentado pelos IE na tabela 7. Um dos marcos neste período também para os IE foi a publicação da LEI Nº 12.319/ 2010, que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

Com relação as dificuldades encontradas pelo profissional TILSP, a tabela a seguir mostra que as questões sobre vocabulário podem ser um problema. Essa dificuldade pode se dar por parte do aluno, do IE ou até mesmo pela ausência de sinais específicos para algum conceito ou conteúdo das disciplinas.

Tabela 8 - Quanto às dificuldades encontradas pelos IE frente a sua atuação em sala de aula

ID	ALUNOS SURDOS DOMINIO LIBRAS	MAIOR DIFICULDADE
IE1	SIM	FALTA DE ACESSO AO MATERIAL COM ANTECEDENCIA / FALTA DE

		DOMINIO DA LS POR ALUNO SURDO
IE2	PARCIALMENTE	FALTA DE DOMINIO DA LS POR ALUNO SURDO
IE3	SIM	FALTA DE DOMINIO DE SINAIS ESPECIFICOS DAS DISCIPLINAS
IE4	SIM	FALTA DE ACESSO AO MATERIAL COM ANTECEDENCIA
IE5	SIM	FALTA DE ACESSO AO MATERIAL COM ANTECEDENCIA / FALTA DE DOMINIO DA LS POR ALUNO SURDO
IE6	SIM	FALTA DE ACESSO AO MATERIAL COM ANTECEDENCIA
IE7	PARCIALMENTE	FALTA DE ACESSO AO MATERIAL COM ANTECEDENCIA / FALTA DE DOMINIO DA LS POR ALUNO SURDO

Fonte: Elaborado pela autora

Entre as perguntas apresentadas no questionário, foi perguntado se os alunos atendidos na escola inclusiva possuem domínio de Libras, a fim de conseguirem compreender os conteúdos que são traduzidos pelo IE em sala de aula. A intenção da pergunta foi identificar se a língua pode ser um fator que dificulte o desenvolvimento do trabalho na sala de aula e as respostas indicam que não.

A linguagem é adquirida na vida social e é com ela que o sujeito se constitui como tal, com suas características humanas, diferenciando-se dos demais animais. É no contato com a linguagem, integrando uma sociedade que faz uso dela, que o sujeito a adquire (VIGOTSKI, 2001). Já para as pessoas surdas, esse contato revela-se prejudicado, pois a língua oral é percebida por meio do canal auditivo, alterado nessas pessoas. Desse modo, as crianças surdas enfrentam dificuldades pela defasagem auditiva para entrar em contato com a língua do grupo social no qual estão inseridas (GÓES, 1996). Esse atraso de linguagem e de aprendizado da Língua de Sinais pode trazer consequências emocionais, sociais e cognitivas, influenciando diretamente na compreensão dos conteúdos, mesmo que na presença de Intérprete de Libras, o que pôde ser constatado como uma grande dificuldade na resposta dos IE1, IE2, IE5 e IE7.

Outro desafio é a falta de sinais específicos para os conteúdos, conforme também foi apontado pelo IE3. Por exemplo, nas disciplinas de ciências (42%); matemática (43%); filosofia, sociologia, inglês e português (14%), os IE alegam enfrentar os maiores problemas pela falta de acesso aos conteúdos específicos em Libras, dificultando a criação de sinais para serem usados nas aulas. Isso se reflete no aprendizado e faz com que os surdos tenham mais dificuldade nessas disciplinas e, em alguns casos, continuem defasados, se comparados aos alunos ouvintes. Dessa forma, sugere-se a importância da presença de um grupo de pesquisa em

Libras para desenvolver sinais específicos para o uso em sala de aula. Dessa forma, auxiliaria que os IE tivessem habilidades linguísticas compatíveis para conseguirem adequar a explicação desses conteúdos, o que, muitas vezes, acontece sem o apoio do professor regente e pode deixar o aluno surdo um passo atrás da turma.

Para 71% dos IE entrevistados, a grande dificuldade encontrada na realização de seu trabalho em sala de aula está na falta de acesso aos materiais com antecedência. Os intérpretes não têm formação em todas as disciplinas, por isso, é imprescindível que o professor regente repasse com antecedência seu planejamento para o intérprete, bem como se coloque à disposição para eventuais dúvidas sobre os conteúdos ministrados. Para melhor andamento da interpretação, é aconselhável que o IE tenha acesso aos materiais, aos textos, às apresentações, bem como uma conversa com o professor antes da atuação para que o mesmo (o intérprete) possa se apropriar do assunto (SANTA CATARINA, 2013).

De fato, é algo que compromete, conforme já indicado no início deste trabalho, corroborado pela teoria de Lacerda (2009), ao indicar que, conhecendo o conteúdo antecipadamente, no momento da aula, o IE terá feito suas escolhas lexicais com base na pesquisa prévia, quando necessário, sobre a intenção do discurso, favorecendo, no momento da interpretação, o conhecimento do aluno surdo.

A dificuldade talvez se apresente devido ao tempo, tempo do professor e tempo do próprio IE. Com a dinâmica diária de sala de aula e por vezes com quantidades grandes de turma, o professor dispõe de tempo curto para preparar a aula e conseguir disponibilizar ao IE com antecedência adequada para apreciação e estudo. Por outro lado, o IE geralmente exerce suas funções dentro da carga horária estabelecida na contratação e, atuando em sala de aula, essa carga horária é consumida sem deixar espaço para momento de estudo, exigindo dele que o faça fora do horário de trabalho, o que não é o ideal e nem sempre possível.

Para que a atuação profissional seja adequada, é necessária mais informação a respeito das atribuições dos intérpretes educacionais. Tanto os IE como todos os profissionais da escola precisam conhecer o seu verdadeiro papel na instituição para que não se confundam e se percam em sua essência. Assim, podemos constatar essa falta de informação que pode acarretar algumas divergências nas atribuições dos profissionais, conforme dados apresentados na .

Tabela 9 - Quanto à atuação do Intérprete Educacional

ID	ATUAÇÃO FORA DA SALA DE AULA?	ATUAÇÃO DENTRO DE SALA DE AULA?
IE1	ACOMPANHA RECREIO / MINISTRA DISCIPLINAS / ENSINA LIBRAS AOS ALUNOS SURDOS	EXPLICA CONTEUDO / ESCLARECE DUVIDAS / ENSINA LIBRAS AOS SURDOS /AUXILIA PROF COM SURDOS E OUVINTES /ACOMPANHA TODAS AS ATIV COM PROF REGENTE
IE2	ENSINO LIBRAS AOS SURDOS	EXPLICA CONTEUDO / ESCLARECE DUVIDAS / ENSINA LIBRAS AOS SURDOS /AUXILIA PROF COM SURDOS E OUVINTES /ACOMPANHA TODAS AS ATIV COM PROF REGENTE
IE3	ND	EXPLICA CONTEUDOACOMPANHA TODAS AS ATIV COM PROF REGENTE
IE4	ND	EXPLICA CONTEUDO / ESCLARECE DUVIDAS /AUXILIA PROF COM SURDOS E OUVINTES /INTERPRETA SEM INTERFERIR NAS PALAVRAS DO PROFESSOR
IE5	ND	EXPLICA CONTEUDO / ESCLARECE DUVIDAS / AUXILIA PROF COM SURDOS E OUVINTES /INTERPRETA O CONTEUDO SEM INTERFERIR NAS PALAVRAS DO PROF
IE6	ACOMPANHA RECREIO / MINISTRA DISCIPLINAS	EXPLICA CONTEUDO / ESCLARECE DUVIDAS / AUXILIA PROF COM SURDOS E OUVINTES /ACOMPANHA TODAS AS ATIV COM PROF REGENTE / INTERPRETA O CONTEUDO SEM INTERFERIR NAS PALAVRAS DO PROF
IE7	ACOMPANHA RECREIO/ ENSINA LIBRAS AOS SURDOS / ENSINA LIBRAS (PROF, GESTOR, FAMILIAO	INTERPRETA O CONTEUDO SEM INTERFERIR NAS PALVRAS DO PROFESSOR

Fonte: Elaborado pela autora

O IE deve conhecer e entender a diferença entre uma interpretação automática: na qual o professor fala e ele interpreta; e uma significativa: em que o ensino-aprendizagem é levado em consideração, envolvendo muito mais do que a sua atuação dentro de sala (SANTOS, GRILLO e DUTRA, 2010). Porém, até onde é o limite dessa atuação? O que compete ao IE ou ao professor? São inúmeros os desafios que essa atuação nos aponta e precisam ser mais estudados e divulgados para acesso e conhecimento, evitando distorções de suas atribuições.

“Eventualmente filmamos a prova para que o aluno surdo possa fazer sem a presença física do intérprete. (Resposta do IE7).

As estratégias apresentadas pelo entrevistado IE7 demonstra a preocupação do professor regente em fazer com que o conteúdo da prova seja acessível ao aluno surdo através da Libras. Nessa fala, cabe salientar que a ação de elaborar

atividades deve ser responsabilidade do professor, tendo o intérprete como facilitador no momento de sua tradução para que possa garantir o direito linguístico dos alunos surdos. Porém, somente a tradução da prova seria suficiente para a compreensão deste aluno surdo? Sem a presença “física” do IE para acompanhar a prova, como o aluno surdo tiraria suas dúvidas? Teria ele vocabulário suficiente em Língua Portuguesa para responder todas as questões da prova? Se a resposta do aluno surdo seguir a estrutura gramatical da Língua Portuguesa, o professor irá compreender a ideia do aluno?

Muitos surdos chegam às escolas com grande defasagem de vocabulários, conceitos, recaindo sobre o intérprete a responsabilidade do resgate desse atraso. A falta de conceitos e de contato com as informações nos períodos adequados de sua aprendizagem faz com que os surdos percam muitas informações. A falta de conhecimento e de domínio da Libras também é fator relevante para que isso aconteça (SANTOS, GRILO e DUTRA, 2010). Os IE, muitas vezes, precisam, além de suas atribuições, ensinar para os alunos surdos a própria Libras, como já apontava Lacerda (2004):

Em relação ao papel do intérprete em sala de aula, se verifica que ele assume uma série de funções (ensinar língua de sinais, atender a demandas pessoais do aluno, cuidados com o aparelho auditivo, atuar frente ao comportamento do aluno, estabelecer uma posição adequada em sala de aula, atuar como EDUCADOR frente a dificuldades de aprendizagem do aluno) que o aproximam muito de um educador. [...] ele deva integrar a equipe educacional, todavia isso o distancia de seu papel tradicional de intérprete gerando polêmicas. (LACERDA, 2004, p. 3)

O IE não deve ter a atribuição de ensinar Libras para os alunos surdos, conforme 43% dos entrevistados apresentaram. Essa função compete a um professor habilitado para isso, preferencialmente surdo, para o ensino de Libras nas séries finais do Ensino Fundamental, no Ensino Médio e na Educação Superior com formação em nível superior, “em curso de graduação de licenciatura plena em Letras/Libras ou Letras: Libras/Língua Portuguesa com segunda língua” (BRASIL, 2005, p. 2).

Notamos que muitas vezes, o IE, desenvolve diversas atividades, que vão além do simples ato de Interpretação, em um movimento que o aproxima do trabalho de um codocente (KELMAN, 2005). A abordagem das questões pedagógicas de atuação dos IE não está prevista nos programas de formação desses profissionais. O Decreto nº 5.626/2005 apresenta a formação desse profissional, porém, numa

perspectiva generalista, destacando principalmente as questões linguísticas da tradução/interpretação. Mesmo que o intérprete tenha um papel fundamental em relação ao aprendizado do aluno surdo e sua atuação em alguns momentos se equipare à do professor, cabe a reflexão de que ele não é o professor do aluno e, apesar de ter uma parcela de responsabilidade nos processos de ensino e de aprendizagem, é ao professor regente que cabe conduzir o ensino.

Tentando encontrar os melhores caminhos para a atuação do profissional IE, no próximo item analisaremos as questões pelo ponto de vistas dos professores regentes de turma.

Outas questões importantes que foram abordadas no questionário, perguntas como: A disciplina (s) mais desafiadora(s); experiência profissional como Intérprete de Libras em outros contextos; se o Intérprete proficiente tem competência para atuar em todas as frentes de interpretação em Libras; se considera Intérprete Educacional; e teria interesse em consultar uma coletânea sobre o papel do intérprete no segundo segmento do ensino fundamental, foram respondidas. No entanto, foram analisadas aquelas que trariam as respostas sobre as inquietações que motivaram a pesquisa.

4.3 Resultados dos questionários dos Professores

Com o objetivo de analisar como se dá a atuação dos Profissionais Intérpretes Educacionais do ponto de vista dos professores regentes de turmas com alunos surdos, foram analisadas as respostas para as seguintes perguntas:

Tabela 10-Perguntas norteadoras do Questionário aos Professores

1. Tempo de formação
2. Disciplina que ministra
3. Indique o ano escolar em que ensina atualmente:
4. Você teve a disciplina de LIBRAS durante o curso na faculdade/universidade?
5. Se sua resposta anterior foi sim, qual foi o tempo de estudo?

6. A instituição de ensino em que você trabalha é:
7. Você tem ou já teve aluno surdo?
8. Como você se comunica ou se comunicava com o aluno surdo?
9. A escola onde você trabalha tem intérprete de LIBRAS?
10. Que tipo de atividade(s) você realiza em suas aulas?
11. Qual (is) é (são) a(s) sua(s) dificuldade(s) nas suas aulas com a presença de alunos surdos?
12. Você conta com a presença do intérprete em suas aulas?
13. Se sua resposta à pergunta anterior foi SIM, o que você espera do intérprete em suas aulas? Pode marcar mais de uma resposta.
14. Você teria interesse em consultar uma coletânea sobre o papel do intérprete no segundo segmento do ensino fundamental? Por quê?

Fonte: Elaborado pela autora

Os professores que responderam a esta pesquisa foram nomeados como PROF1, PROF2, PROF3 e PROF4, para manter o sigilo da identidade, e estão discriminados na Tabela 2. Apresentam áreas de formação distintas, sendo: História, Artes, Geografia e Educação Física, respectivamente. Algo que chamou a atenção no retorno do questionário dos professores foi a ausência de resposta de professor da disciplina de língua portuguesa.

Vale ressaltar a existência de dificuldades por parte de alguns surdos usuários de Libras com relação ao aprendizado da Língua Portuguesa escrita, o que pode ser explicado pelo fato de não ser ensinada como segunda língua. A Lei nº10.436/2002 reconheceu a Libras como meio legal de comunicação e expressão, mas deixa claro que ela não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa. Sendo assim, os surdos não estão dispensados de aprendê-las. Por sua vez, o Decreto nº 5.626/2005 garante o direito do surdo de aprendê-la como segunda língua, indicando no Capítulo III, que deve ser incluído como disciplina curricular.

Art. 13. O ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas, deve ser incluído como disciplina curricular nos cursos de formação de professores para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental, de nível médio e superior, bem como nos cursos de licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa (BRASIL, 2005).

Todos os professores respondentes atuam lecionando em classe regular no segundo segmento do Ensino Fundamental e com mais de 11 anos de formação. Quando perguntados se tiveram disciplina de Libras na faculdade, a resposta de todos foi negativa. Cabe-se estimar que essa formação em nível superior deva ter acontecido antes de dia 22 de dezembro de 2005, quando a Libras passou a ser disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores e nos cursos de Fonoaudiologia, segundo o Art. 3º do decreto nº 5.626. (BRASIL, 2005)

Tabela 11- Como acontecia a comunicação com os alunos surdos incluídos na sala de aula

ID	TEM ALUNO SURDO?	COMO SE COMUNICAVA COM ALUNO SURDO?	ESCOLA TEM INTÉRPRETE?
PROF1	SIM	ALGUNS CONHECIMENTOS / INTÉRPRETE	SIM
PROF2	SIM	INTÉRPRETE/ POR ESCRITO	SIM
PROF3	SIM	ALGUNS CONHECIMENTOS / INTÉRPRETE	SIM
PROF4	SIM	ALGUNS CONHECIMENTOS / INTÉRPRETE / GESTOS	SIM

Fonte: Elaborado pela autora

Em relação a como se dava a comunicação com os alunos surdos inseridos em sala de aula, todos os professores participantes da pesquisa informaram recorrer ao intérprete para essa mediação. O total de 75% dos participantes informou que possuía algum conhecimento em Libras, capaz de estabelecer uma comunicação, mas que a presença do Intérprete era indispensável.

O PROF2 informou que, além do auxílio do intérprete, recorria à Língua Portuguesa escrita para conseguir estabelecer alguma comunicação com seus alunos surdos nas aulas de Artes, o que nos leva a refletir se essa comunicação era realmente eficaz, haja vista que a maioria dos surdos têm dificuldade de compreender a Língua Portuguesa escrita, pois nem sempre a aprendem como segunda língua (AVELAR e FREITAS, 2016).

Corroborando com esta afirmação, os autores Fernandes (1990), Góes (2002), Midená (2004) e Silva (1999) atestam que a principal dificuldade do surdo em relação à escrita está relacionada à falta de domínio lexical, levando a apresentar alterações sintáticas, morfológicas e semânticas, prejudicando a estrutura textual e dificultando a compreensão textual. Cabe ressaltar que existe uma tentativa da parte do professor em tentar estabelecer uma comunicação com

seus alunos surdos, mas, talvez, essa forma empregada não traga resultados positivos de compreensão por parte dos surdos.

Para que se obtenha uma atuação docente com resultado significativo no processo de ensino e aprendizagem de alunos surdos, vale ressaltar que a “Libras deve ser priorizada em todo e qualquer espaço educativo, pois a Libras deve servir de base à apreensão de conhecimentos” (MIRANDA, FIGUEIREDO e LOBATO, 2016, p. 29). Assim, cada vez mais, é necessário que profissionais da educação, em especial os professores, conheçam, estimulem o uso e utilizem a Libras no ensino para surdos. Ferrão e Lobato (2016) afirmam ainda que:

As escolas precisam se organizar para ter um ambiente com um contexto linguístico adequado para os Surdos, buscando um êxito na sua educação, para isso as escolas devem perceber que a língua de sinais, sendo a língua oficial da comunidade surda, seja uma garantia de direito do Surdo usar sua língua natural. (FERRÃO, LOBATO, 2016, p.35)

A comunidade escolar deve sempre se atentar para as questões que se referem à inclusão, evitando que qualquer aluno tenha algum tipo de *déficit* no seu desenvolvimento, como consequência de falta de estrutura ou de organização institucional.

Estar incluído numa sala comum inclusiva sem ter as condições de acompanhar o currículo pode representar uma forma de exclusão, seja no próprio contexto de escolarização, seja mais tarde, ao longo da existência (PNEE, 2020, p.17)

A falta de qualificação de professores, muitas vezes, o faz se sentir despreparado para o trabalho com os alunos surdos, transferindo, em alguns momentos, a responsabilidade para os IEs.

Com certeza, a prática dos educadores seria aperfeiçoada se tivessem mais conhecimento a respeito de resultados de pesquisas científicas em suas áreas de atuação. É extremamente importante que pesquisas científicas iluminem a prática pedagógica e direcionem as políticas públicas na área da educação. (PNEE, 2020, p. 38).

O diálogo entre os profissionais da educação com pesquisadores é necessário. O diálogo entre professor e IE é indispensável. Através desse diálogo é que os papéis serão demarcados. O respeito na condução do diálogo e das práticas de sala de aula deve ser sempre priorizado e preservado, buscando encontrar dentro da responsabilidade e atribuições de cada um, a melhor condução das aulas e transmissão do conhecimento.

A busca por aperfeiçoamento contínuo só trará benefícios para o desenvolvimento das escolas, dos profissionais e dos alunos surdos.

A tabela a seguir, ilustra as dificuldades que os professores apontaram no cotidiano da sala de aula.

Tabela 12- Atividades em sala de aula, dificuldades e Atuação dos IE

ID	QUAL TIPO DE ATIVIDADES REALIZA EM AULA?	QUAL DIFICULDADE NA AULA COM ALUNOS SURDOS?	O QUE ESPERA DA ATUAÇÃO DO INTÉRPRETE EM SALA DE AULA ?
PROF1	EXPOSIÇÃO ORAL CONTEÚDO, LEITURA DE PEQUENOS TEXTOS OU RESUMOS, LEITURA DE IMAGENS, QUESTIONÁRIOS, FILMES	AUSENCIA DE INTÉRPRETE	APRESENTE AS DIFICULDADES / TRADUZA DE FORMA IMPARCIAL/TER POSTURA E NÃO SE DISTRAIR COM OUTRAS ATIVIDADES /NÃO MEXER CELULAR / POSTURA HORÁRIOS
PROF2	Aulas práticas em artes plásticas, que envolvem a produção com complexidade gradual	DIFICULDADE DE COMUNICAÇÃO EM LIBRAS /AULAS COM SURDOS E OUVINTES JUNTOS / MATERIAIS DIDATICOS INADEQUADOS / FALTA DE INFORMAÇÃO DE COMO LIDAR COM ALUNOS INCLUIDOS	APRESENTE AS DIFICULDADES / TRADUZA DE FORMA IMPARCIAL/TER POSTURA E NÃO SE DISTRAIR COM OUTRAS ATIVIDADES
PROF3	Para os surdos, atividades normais, pois eles têm um bom intelecto	AUSENCIA DE INTÉRPRETE	APRESENTE AS DIFICULDADES / TRADUZA DE FORMA IMPARCIAL/TER POSTURA E NÃO SE DISTRAIR COM OUTRAS ATIVIDADES / POSTURA HORÁRIOS
PROF4	Atividades práticas, teóricas, trabalhos em grupo, dentre outras estratégias	DIFICULDADE DE COMUNICAÇÃO EM LIBRAS / FALTA DE INFORMAÇÃO DE COMO LIDAR COM ALUNOS INCLUÍDOS	EXPLIQUE O CONTEÚDO AO ALUNO/ APRESENTE AS DIFICULDADES / TRADUZA OS CONCEITOS

Fonte: Elaborado pela Autora

Sobre as perguntas iniciais, que tratam questões sobre tipo de atividade que realiza nas aulas e dificuldades nas aulas com alunos surdos, a resposta do PROF 3 chama a atenção. A afirmação de que “Para os surdos, atividades normais, pois eles têm um bom intelecto”, nos leva a refletir se ainda há uma compreensão equivocada de que devido a surdez, haja um comprometimento cognitivo, acarretando possível dificuldade de aprendizado.

Sobre a dificuldade de aula com alunos surdos, 50% indicaram que é a ausência de intérpretes. Será que essa ausência é devido à carência de oferta de cursos de formação, conforme visto no levantamento realizado, ou será que é por falta de investimento para a contratação desses profissionais, uma vez que, muitos ainda encaram a inclusão como algo relativo a espaço compartilhado, onde todos devem estar matriculados na mesma escola, sem as devidas adaptações e adequações para promover além de um espaço inclusivo, um espaço equitativo.

Quando perguntados sobre o que os professores esperam da atuação dos profissionais intérpretes em sala de aula, as respostas foram as seguintes: Que os intérpretes apresentem aos professores as dificuldades do aluno (100%); Que traduzam os conteúdos de forma imparcial (100%); Que tenham postura e não se distraiam com outras atividades (75%); Que não mexam no celular enquanto estiverem em sala de aula (25%); Que sejam pontuais em relação ao horário (50%); Que expliquem o conteúdo aos alunos (25%).

Ao analisar as respostas dadas nesse item pelos professores entrevistados, pudemos identificar que, em alguns momentos, o intérprete educacional passa por confusões de papéis em sala de aula, tanto pelos alunos surdos quanto pelos professores ouvintes. Para essa função, não se trata de:

ocupar o lugar do professor ou de ter a tarefa de ensinar, mas sua atuação em sala de aula, envolvendo tarefas educativas certamente o levará a práticas diferenciadas, já que o objetivo nesse espaço não é apenas o de traduzir, mas também o de favorecer a aprendizagem por parte do aluno surdo. (LACERDA, 2008, p.17).

Quando o resultado aponta que 100% dos professores entrevistados afirmam que esperam que o intérprete passe informações acerca das dificuldades dos alunos surdos, parece que a responsabilidade de acompanhar o desenvolvimento desse grupo cai sobre os Intérpretes. O PROF4, em sua resposta ao questionário, afirma que espera que o Intérprete explique o conteúdo para os alunos surdos. Nesse caso, o professor não deve deixar toda a responsabilidade para o intérprete, pois ele está ali para mediar as relações, interpretar o conteúdo e facilitar a aprendizagem através de recursos pensados em conjunto (professor/intérprete) (LACERDA, 2011), sendo a responsabilidade de ensinar exclusivamente do professor.

Essas falas vão ao encontro da resposta dos Intérpretes ao questionário, ao afirmarem que, além de atuarem na interpretação em sala de aula, em alguns

momentos, precisam ministrar o conteúdo das disciplinas para os alunos surdos (TILSP1; TILSP6). O intérprete estará lá para atuar, mas espera-se que, durante as dúvidas, seja o professor (mesmo que com pouco domínio), que se aproxime do aluno e esclareça sobre seus questionamentos e, se necessário, solicite a ajuda do intérprete (ARAÚJO e SOUZA, 2015)

O PROF1 ainda ressalta a importância de que o intérprete “planeje as aulas em conjunto com o professor regente e participe das reuniões...” (PROF1), o que vai ao encontro do que pensam os autores Antônio, Mota e Kelman (2015), que concordam com a importância do Intérprete Educacional participar não apenas na construção do significado pelo aluno, traduzindo o conteúdo, mas também no planejamento educacional, indicando quais os melhores recursos didáticos que venham a facilitar a formação de conceitos pelos alunos surdos.

Essa talvez seja uma das atribuições mais complicadas na relação de parceria do professor e intérprete, pois, pensando em turmas do segundo segmento do Ensino Fundamental, que contam com uma gama maior de disciplinas, o encontro com os professores para planejamento de cada uma das disciplinas demandaria um tempo de estudo e diálogo, que deveria ser voltado para os alunos surdos da turma em questão, o que nem sempre é viável.

Também foram apresentadas pelos professores outras dificuldades encontradas com os alunos surdos, como: ausência de materiais didáticos e falta de informações sobre como lidar com alunos incluídos. Infelizmente, essa é uma realidade que muitos professores regentes de turmas com alunos incluídos têm enfrentado. A Constituição Federal garante aos alunos surdos o direito à educação de qualidade no ensino regular em instituições públicas de ensino. Entretanto, não há como incluir essas crianças sem apoio especializado que ofereça aos professores orientação e assistência (BUENO, 2009).

Assim, a educação inclusiva é aquela que oferece um ensino adequado às diferenças e às necessidades de cada aluno e não deve ser vista lateralmente ou isolada, mas como parte do sistema regular. Para tanto, o quesito indispensável para a efetivação desse conceito é a formação adequada e contínua do professor (SANT’ANA, 2005; GLAT e FERNANDES, 2005).

A presente dissertação apontou que o trabalho do intérprete nos anos finais do Ensino Fundamental necessita ser analisado, observando as especificidades

dessa etapa da Educação Básica. É importante mencionar que as condições de atuação desse profissional ainda são muito precárias, tendo em vista a grande demanda, a escassez de profissionais e de formação específica, bem como a falta de uma organização na escola que considere a atuação do IE e sua efetiva inserção na dinâmica educacional em curso.

Os IE são fundamentais dentro das escolas, são eles que muitas vezes detêm o conhecimento sobre os surdos. Não é uma regra, importante deixar isso claro. Os IE precisam de tempo de estudo, tempo de troca com os professores, tempo para refletir sobre cada aluno, tempo para avaliar e reavaliar suas práticas. Em contrapartida, as escolas precisam se permitir adquirir conhecimentos, se aceitar as sugestões e colocações do IE e dialogar sobre elas.

Os IE não devem ser vistos como *“intrusos”*, mas sim, um sujeito que irá agregar o cotidiano escolar com o perfil colaborativo. Os professores e toda a escola precisam estar dispostos ao diálogo, à busca pela melhor oferta de educação de qualidade. Toda a teoria aprendida na formação de cada profissional deve ser compartilhada, para que as práticas desenvolvidas naquele ambiente sejam coerentes com os objetivos que foi apresentado aqui; o objetivo central de proporcionar o processo de ensino e aprendizagem igualitário, para que haja uma paridade entre todos os alunos ali matriculados.

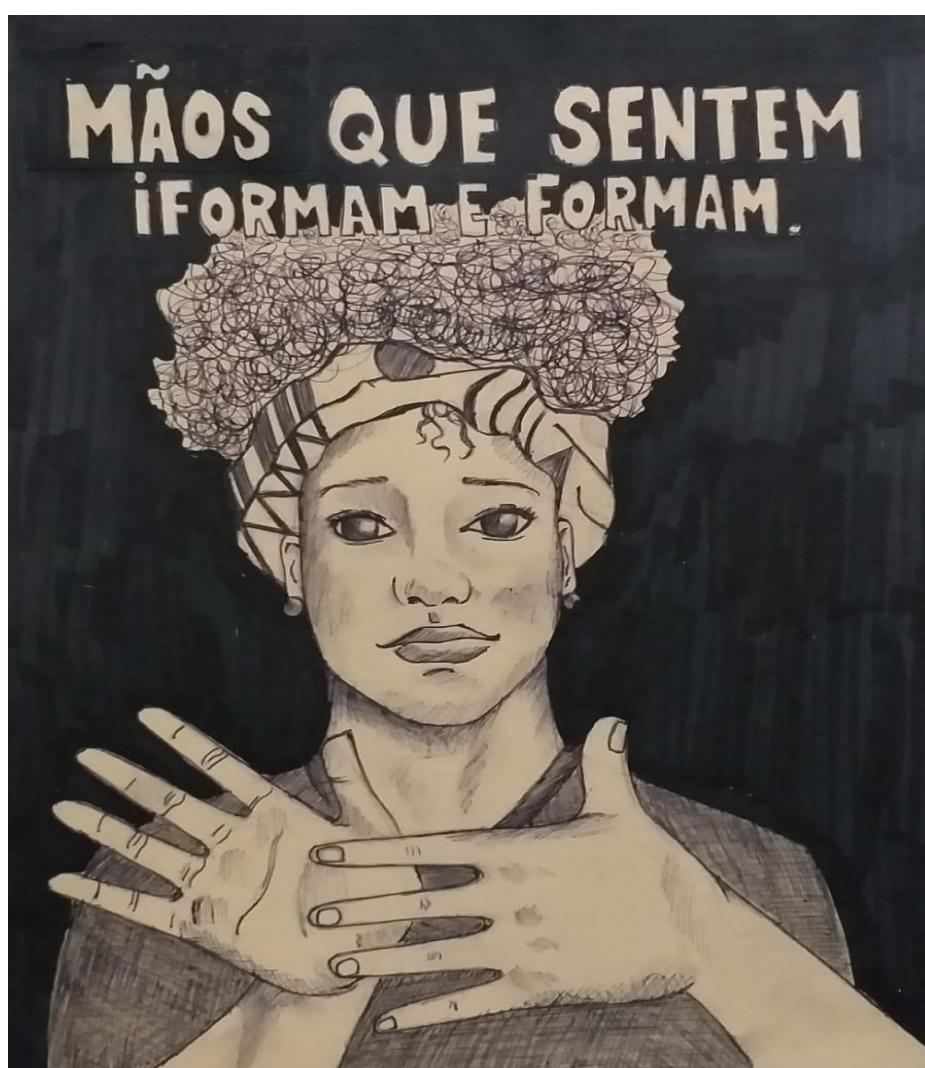
4.4O E-book

Ao final da pesquisa, um E-book foi produzido, cujo título foi escolhido após a escrita final desta dissertação, após entender que ser IE vai muito além de apenas transpor de uma língua para outra.

O IE não é apenas um tradutor intérprete, ele é também, mas não somente. O profissional TILSP que escolher essa área de atuação, deverá sempre ter consciência de que seu papel vai além de traduzir para outra língua. Ele está presente naquele ambiente como uma ponte para a comunicação, como uma pessoa que vai precisar entender a individualidade de cada aluno surdo com quem irá lidar. Ele será um agente de transformação, o elo que tornará possível a interação do surdo com os ouvintes. Será através dele que os alunos surdos terão acesso ao conhecimento em sua língua, quando essa for Libras.

A sua função e presença deve ser vista como agregadora ao processo de aprendizagem dos alunos surdos. O intérprete de Libras/Língua Portuguesa não deve ser encarado como um instrumento de comunicação, ele é mais do que isso. Alguns aplicativos foram desenvolvidos com a intenção de facilitar a conversação com pessoas surdas, mas certamente esses aplicativos seriam inviáveis dentro de uma sala de aula. A presença de ser humano consciente do seu papel, importância e função, certamente não deve ser vista como algo mecânico. Por esse motivo, o título escolhido foi: *Mãos que Sentem, Informam e Formam*.

Figura 11- Capa do Ebook



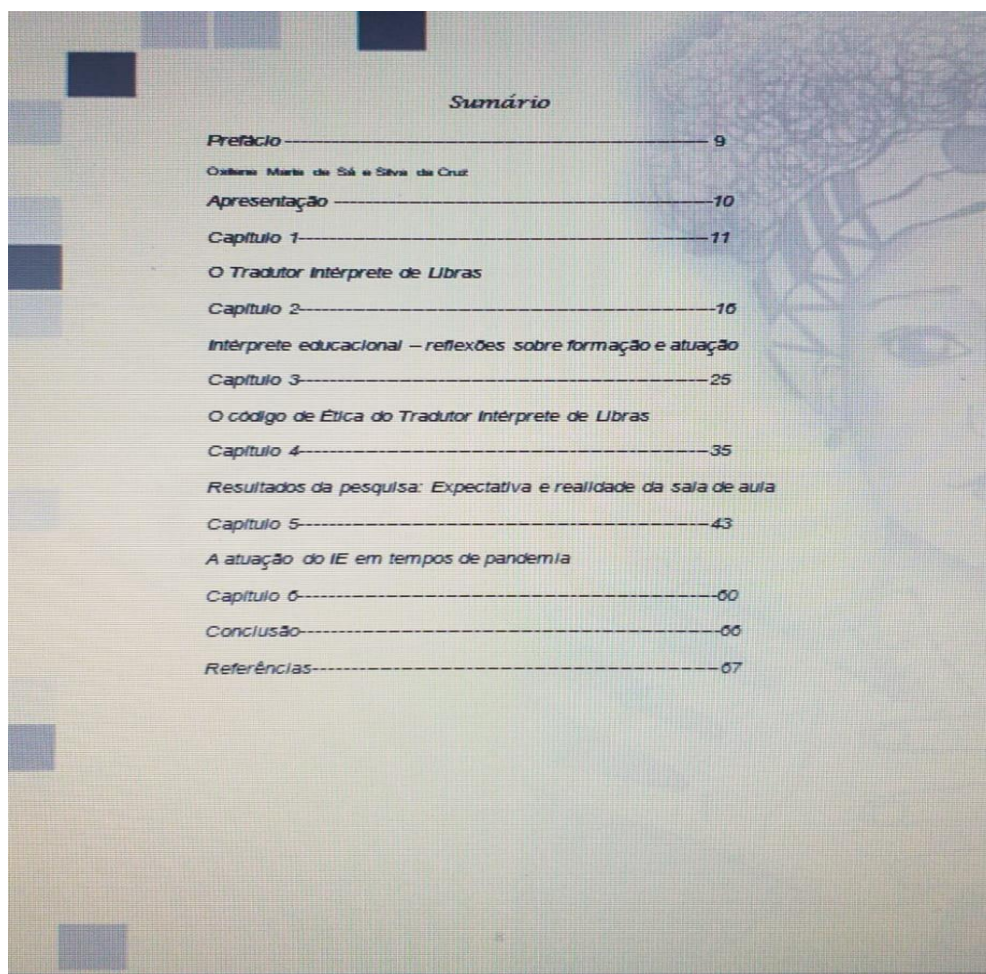
Fonte: Ebook da autora

Esse E-book foi produzido com textos extraídos da própria dissertação, por entender que aqui foram abordados assuntos de relevância, a partir de resultados de

pesquisa, que nos permitiram refletir o cotidiano da escola e dos envolvidos nesse processo de inclusão dos alunos surdos.

O E-book traz, além da capa, desenhos que foram feitos por um profissional surdo. Na ocasião do pedido pelos desenhos, foi solicitado algo simples, mas que pudesse retratar partes dos assuntos que foram abordados na pesquisa. Os assuntos abordados foram:

Figura 12- Sumário do E-book

A imagem mostra a capa do e-book com o título 'Sumário' no topo. O conteúdo é apresentado em uma lista com linhas decorativas e números de página. O fundo da capa tem uma textura abstrata com tons de azul e verde.

<i>Prefácio</i>	9
<i>Oxleya Maria da Sá e Silva da Cruz</i>	
<i>Apresentação</i>	10
<i>Capítulo 1</i>	11
<i>O Tradutor Intérprete de Libras</i>	
<i>Capítulo 2</i>	16
<i>Intérprete educacional – reflexões sobre formação e atuação</i>	
<i>Capítulo 3</i>	25
<i>O código de Ética do Tradutor Intérprete de Libras</i>	
<i>Capítulo 4</i>	35
<i>Resultados da pesquisa: Expectativa e realidade da sala de aula</i>	
<i>Capítulo 5</i>	43
<i>A atuação do IE em tempos de pandemia</i>	
<i>Capítulo 6</i>	60
<i>Conclusão</i>	66
<i>Referências</i>	67

Fonte: Retirado do Ebook da autora

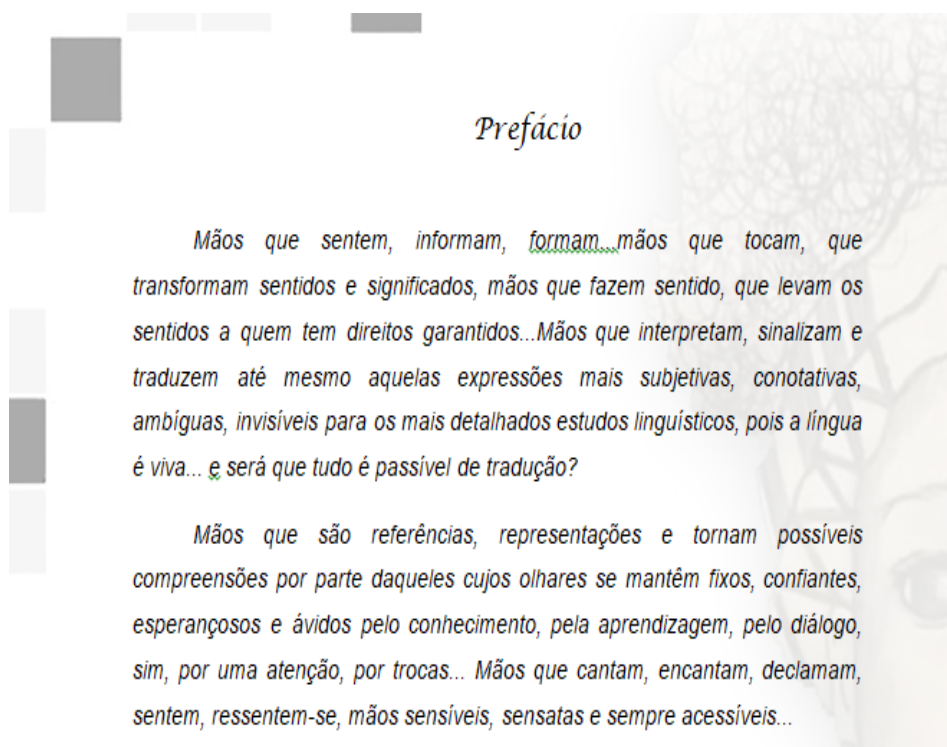
Esse é o sumário do E-book. Os tópicos foram divididos de forma que pudessem dialogar com estudos teóricos realizados e a prática dos TILSP e IE, principal público alvo, porém não o único.

Na Apresentação, consta o interesse antigo da pesquisadora autora de escrever um livro e a importância da realização desse desejo na vida pessoal, ou

seja, a possibilidade de colocar em palavras experiências, sentimentos e situações vividas pela autora e que possivelmente se assemelham a outros profissionais Tradutores Intérpretes.

No Prefácio, é possível se encantar com as palavras da professora Doutora Osilene Cruz, orientadora e convidada a escrevê-lo. Com palavras sábias e que acalentam, a mesma consegue mostrar a importância do IE e desse produto para todos que são envolvidos com as questões que permeiam a educação inclusiva do sujeito surdo.

Figura 13- Prefácio do E-Book



Fonte: Retirado do Ebook da autora

Muitas das reflexões contidas no E-book, como dito, foram extraídas desta dissertação. As respostas encontradas a partir da pesquisa realizada subsidiaram os assuntos escolhidos que foram abordados, com uma proposta de desenvolver uma linguagem menos acadêmica, porém mais interativa, com o intuito de aproximar o leitor, tornando possível sua identificação com o produto, a partir das experiências da pesquisadora autora e as reflexões provenientes das teorias apresentadas.

O E-book traz ilustrações ao longo dos seus textos. As ilustrações ajudam a sensibilizar, às vezes, complementam as palavras e, outras vezes, falam por si só. No contexto do E-book, complementam a mensagem escrita, aproximando a realidade dos nossos olhos. Algumas situações acontecem diariamente diante dos nossos olhos, mas, por estarmos atentos a outras coisas, deixamos situações aparentemente inofensivas passarem sem serem percebidas. No E-book, a intenção é justamente chamar atenção para essas situações.

A figura 14 trata de uma imagem onde há a presença de um aluno brincando sozinho no balanço, enquanto outras crianças jogam bola. Aqui chamo a atenção para que nós, como profissionais da educação, estejamos sempre atentos ao aprendiz, evitando uma possível exclusão dentro da escola, mesmo que essa não seja de forma intencional.

Figura 14- Inclusão excludente⁶



Fonte: Retirado do Ebook da autora

A Figura 15 se refere ao possível constrangimento que o aluno surdo pode sentir diante da turma com a presença do IE. Belém (2010) explica que algumas crianças podem se sentir desconfortável diante do intérprete. Quando ela é a única a precisar do profissional especializado, a receptividade pode ser uma dificuldade, um

⁶ O título utilizado na figura 15 e nas demais, foi escolhido pela autora do E-book *Mãos que Sentem, Informam e Formam* por considerar apropriada para a imagem. Não foi utilizado com base em outro autor ou teoria sobre o termo.

dos motivos é o fato dela não saber como os demais alunos irão pensar e lidar com a atuação do mesmo.

Figura 15- Presença do IE e constrangimento do aluno surdo



Fonte: Retirado do Ebook da autora

A Figura 16 ilustra a atuação do IE durante a aula. Além de realizar a interpretação dos conteúdos, o intérprete deve também realizar a interpretação de todas as falas que ocorrer na sala de aula.

Figura 16- Atuação do IE



Fonte: Retirado do Ebook da autora

trata da mediação entre a comunicação/interação entre os alunos.

Figura 17 - Mediação entre comunicação/interação entre

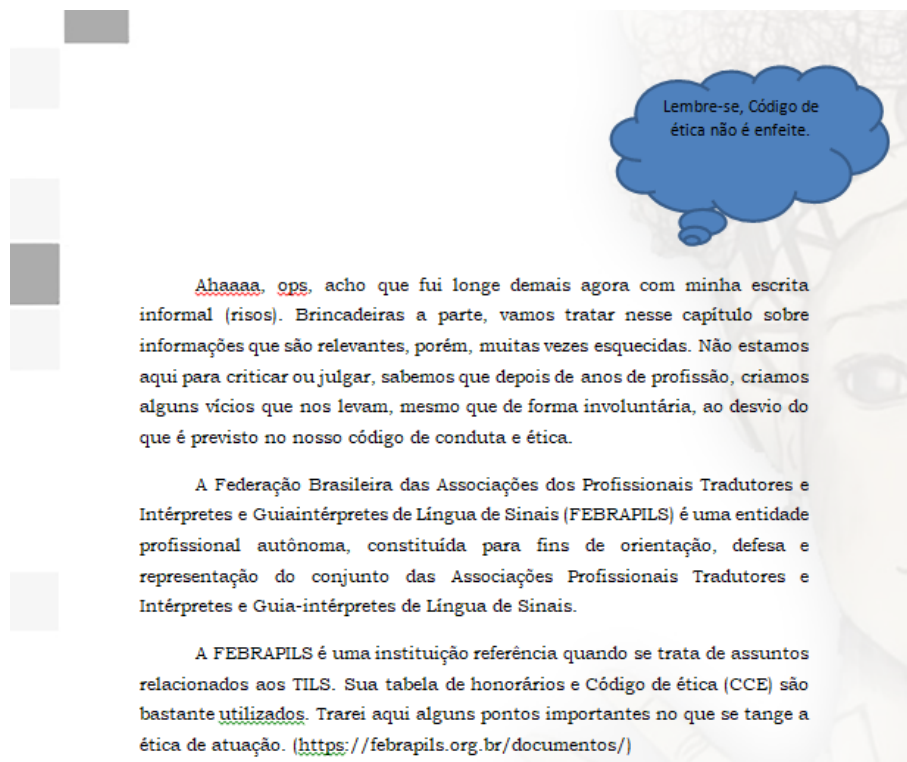


Fonte: Retirado do Ebook da autora

Esse e-book tem a intenção de explicar sobre o profissional Tradutor Intérprete de Libras/Língua Portuguesa e o que é necessário para ser um Intérprete Educacional. Nele, a pesquisadora autora trouxe considerações que entende serem reflexões urgentes, reflexões essas que podem melhorar a prática no cotidiano da sala de aula e as relações pessoais que acontecem no ambiente escolar.

O Código de ética do TILSP é uma reflexão urgente. Isso porque ele muitas vezes é deixado de lado, negligenciado, geralmente pelo hábito da prática. Quando realizamos a mesma atividade diariamente, tendemos a nos colocar no “piloto automático”, o que pode nos induzir ao “erro” ou ao “descuido”. Informações como a forma ideal de se vestir no momento da atuação e a justificativa são exemplos do que foi abordado nesse tópico. Ele foi trazido como forma de enfatizar a importância de seguir o que determina ou sugere o código de ética para o melhor desenvolvimento do trabalho.

Figura 18- Código de Ética não é enfeite



Fonte: Retirado do Ebook da autora

Figura 19 - Apresentação Pessoal

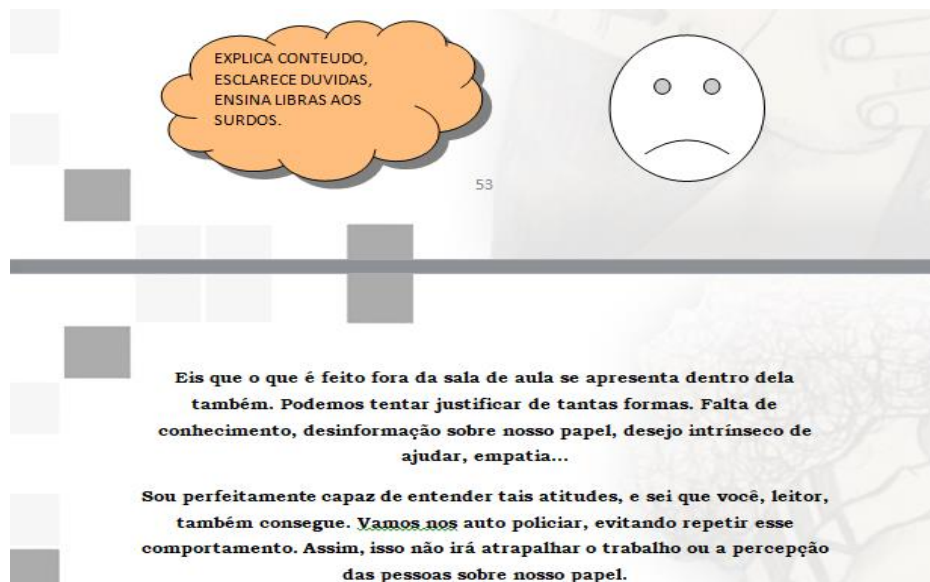


Fonte: Retirado do Ebook da autora

Algumas críticas sobre a formação que pode ser considerada generalista também fazem parte do livro e são um ponto forte nesse convite à reflexão. A

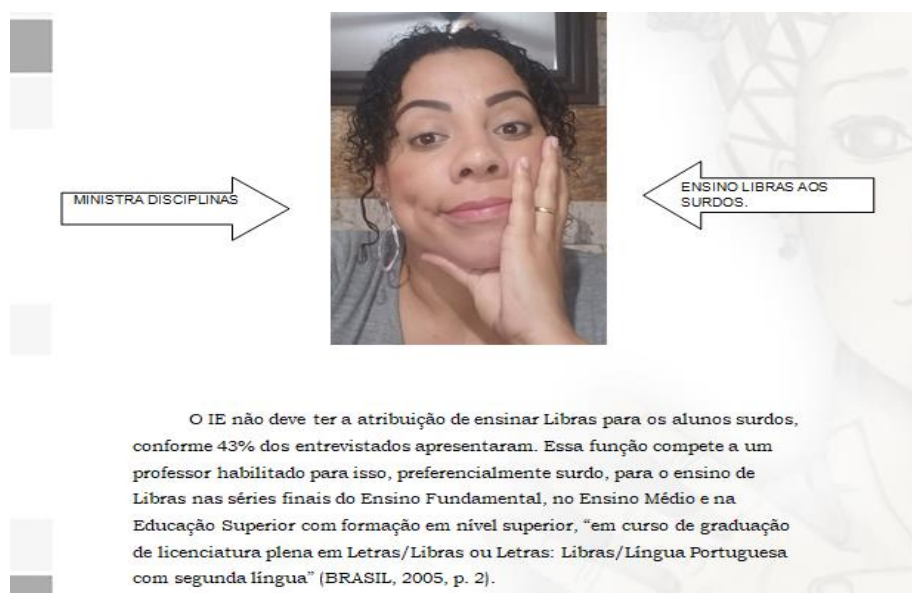
pesquisa apontou que o desconhecimento acerca das atribuições do IE ainda é uma realidade nas escolas. Esse desconhecimento é percebido também entre os IE.

Figura 20- O que o IE tem feito fora da sala de aula



Fonte: Retirado do Ebook da autora

Figura 21- O que o IE tem feito na sala de aula



Fonte: Retirado do Ebook da autora

Desmotivação e desvalorização são questões que interferem diretamente no desempenho profissional, isso em qualquer profissão. Buscar alternativas para reverter essa realidade não é algo simples ou fácil e é preciso, além de lutas em prol

de melhorias. Reformulação nos pontos que pode indicar fragilidade na profissão, também se faz necessária, mas, para que haja mudanças, o assunto precisa ser abordado. Trazer a pauta da formação que é ofertada e os critérios que determinam se a pessoa fluente em Libras é ou não um profissional TILSP precisa ser discutida. É delicado imaginar que uma pessoa que tem boa fluência é capaz de atuar em qualquer área.

O usuário de Língua Portuguesa não é automaticamente considerado apto a atuar como professor de português, ele sabe que precisa cursar uma licenciatura para atuar na sala de aula. E quanto aos TILSP? O Decreto nº 5.626/2005 traz que os formados em nível médio poderão atuar no Ensino Fundamental e aqueles com Ensino Superior poderão atuar no Ensino Médio e Ensino Superior. Mas é suficiente? A pesquisa mostrou que é possível encontrar nas escolas intérpretes com as mais variadas formações, entre elas: Serviço Social e Enfermagem, formações não diretamente ligadas à educação e ao ensino.

Não tenho o objetivo de desqualificar ou menosprezar a formação desses profissionais, mas de refletir se, de fato, essa é ideal para que atue na sala de aula, com crianças do Ensino Fundamental. Sim, o Decreto diz que ele pode, mas inúmeras questões que abordamos aqui, tais como subjetividade, conhecimento sobre a criança e seu desenvolvimento, não são ensinadas no curso de Enfermagem. No entanto, são esses profissionais que estão inseridos nas escolas, nas salas de aula, pelo exclusivo fato de conhecerem a língua.

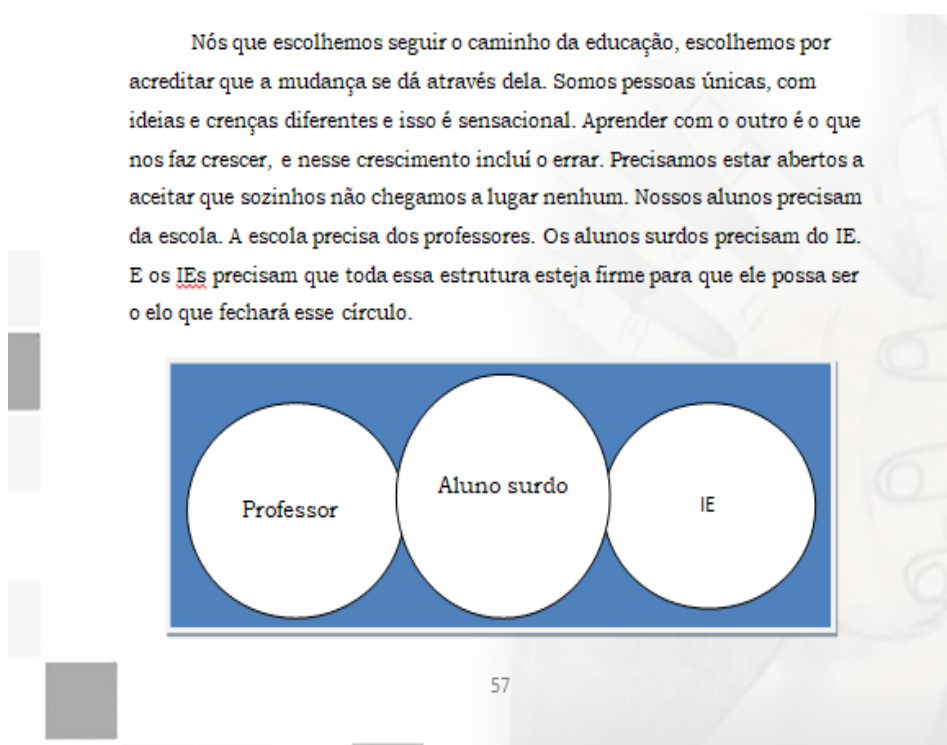
No curso de Direito, os alunos estudam as disciplinas de forma geral, que perpassam todas as áreas, mas, após a aprovação na prova da OAB, prova que vai autorizá-lo a exercer a profissão, esse faz especialização na sua área de interesse. Seja na esfera familiar, civil, criminalista, tributária... o mesmo acontece com o curso de Medicina, talvez essa seja uma possibilidade para os TILSP. Uma formação nos moldes do que já é ofertado, porém com especializações por áreas, seja ela empresarial, jurídica, hospitalar, educacional...

Certamente vai observar que ênfase nesse aspecto da formação e nas comparações. Isso se justifica pelo fato de ser uma das questões que me intrigam e que acredito ser o caminho principal para a mudança na carreira dos Tradutores Intérpretes de Libras, sobretudo os IE, pois a formação dele envolve outras

questões, assuntos como o desenvolvimento escolar de uma outra pessoa, da criança surda.

Enfrentamos uma realidade invertida, uma realidade em que estudo e pesquisa não estão sendo valorizados como deveriam. Cada dia mais caminhamos para uma sociedade que valoriza o instantâneo, onde ter é mais importante que o ser. Profissionais da educação, todos os agentes que participam do cotidiano escolar, seja o diretor, professor ou o IE precisam continuar buscando mudar esse cenário, por mais difícil que seja.

Figura 22- Tríplice do sucesso



Fonte: Retirado do Ebook da autora

Professores e IE devem sempre buscar um trabalho colaborativo visando o desenvolvimento dos alunos. Buscando juntos o reconhecimento e valorização, pois como disse Paulo Freire “Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas, pessoas transformam o mundo”.

Ao final dessa pesquisa foi possível elaborar o E-book, com a perspectiva dos dois profissionais que atuam com os alunos surdos. Os resultados obtidos reforçaram a necessidade de maior reflexão e discussão sobre questões que

permeiam o fazer do intérprete. São reflexões que visam auxiliar a compreensão do papel que esse deve exercer dentro e fora da sala de aula.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1 Conclusões

O primeiro objetivo foi realizar um levantamento sobre a oferta do curso de Bacharelado em Letras Libras, curso de graduação que é, de acordo com o Decreto nº 5.626/2005, o curso que forma os profissionais TILSP. Foi constatado através de consulta ao site do e-MEC que do total de 75 cursos cadastrados, apenas 11 é de Bacharelado, sendo o restante de Licenciatura. Número considerado baixo frente a crescente demanda de matrículas de alunos surdos nas escolas inclusivas.

Durante a análise dos questionários aplicados a professores e IE com o objetivo de identificar suas concepções acerca das práticas e atuação do profissional IE, os resultados obtidos evidenciaram que ainda há uma lacuna entre o que se faz e o que se espera desse profissional. Ainda permeia uma lacuna sobre a identidade desses no contexto educacional, onde professores desconhecem o que de fato o IE faz e qual a sua importância e em contrapartida, alguns dos IE entrevistados atuam ainda com viés assistencialista, tomando para si algumas responsabilidades que não lhe cabe.

A partir desses resultados, o E-book *Mãos que Sentem, Informam e Formam* para ser disponibilizado primeiramente na Escola Municipal Santa Luzia – Duque de Caxias, e posteriormente em outras escolas inclusivas. O E-book conta com 70 páginas, ilustrações feitas exclusivamente para ele e por um artista surdo, aluno do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES.

Figura 23- Paulo Freire



Fonte: <https://www.pensador.com/frase/Mzg0NDk5/> Acesso em:17/03/2019

6 PERSPECTIVAS

Todos nós devemos nos preocupar com a educação, seja ela de surdos ou não, pois a educação é um direito de todos. Não devemos esquecer de que somos todos seres humanos e, por esse motivo, a deficiência é uma das experiências mais orgânicas do planeta.

Como disse Paulo Freire (1979, p.86), “Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”. Sendo a educação a porta para a transformação, sejamos nós os agentes facilitadores desse processo. Não vamos transferir as responsabilidades, não vamos fechar os olhos para os erros que ocorrem na atual educação de surdos. Muitas crianças surdas possivelmente estão fora das escolas, muitas famílias possivelmente não têm apoio e esclarecimento acerca da especificidade da sua criança. E nós devemos ser o canal de informação, pois a família e a escola caminham juntas no processo formativo do indivíduo.

O estudo para a escrita desta dissertação foi pautado e conduzido pelo viés da atuação do Intérprete Educacional de Libras que atua no segundo segmento do Ensino Fundamental, tendo como atores centrais as crianças surdas. No entanto, pode ser um momento oportuno trazer uma reflexão acerca do IE atuante no segundo segmento do Ensino Fundamental, porém com professores surdos.

O Decreto nº 5.626/2005 preconiza que as escolas devem ter em seu quadro profissional professores surdos e, considerando-se que esse surdo será professor regente de alguma disciplina específica, o IE deve ser “sua voz”? A resposta é sim. Não se pode imaginar que o IE está presente somente para os alunos surdos. Havendo professores surdos lecionando para crianças ouvintes, ele deverá realizar sua função com toda dedicação e responsabilidade que dele é esperada, pois, mesmo sendo para crianças ouvintes, o processo de ensino e aprendizagem deve acontecer, sendo a única diferença que nesse cenário o professor será surdo.

Pesquisas e avanços ainda são necessários, a profissão foi regulamentada há pouco tempo, se considerarmos o tempo de atuação voluntária. Estamos nos consolidando na perspectiva da inclusão de surdos nas escolas regulares. Os agentes inseridos nesse campo devem priorizar o objetivo final da sua profissão. Os IE devem priorizar a qualidade da aprendizagem do discente surdo.

Responsabilidade que deve ser realizada pelo professor em parceria com o IE. Professor e intérpretes são peças fundamentais para o sucesso dessa criança, cada um entendendo qual o seu papel, buscando estratégias de ensino, de adequação de vocabulário e formas de interpretação, respeitando a faixa etária, conhecimento de mundo e domínio de língua de cada indivíduo.

Apesar de todos os amparos legais, com mais possibilidades e recursos para fazer acontecer uma verdadeira inclusão, a mudança nem sempre é entendida como necessária por todos os envolvidos. Mudar algo historicamente enraizado nos obriga a sair da zona de conforto, sendo que o uso do termo “nos obriga” é no sentido de convidá-los a refletir todo o sistema educacional inclusivo que está posto. Será que realmente incluímos o aluno surdo quando somente o intérprete é a pessoa que se comunica com ele durante o seu período de permanência na escola?

Essa seria uma inclusão ineficaz, certamente não é ideal pensar que inclusão se dá através da interação de apenas duas pessoas. Se estamos falando de inclusão, de acolhimento, um ambiente bilíngue, seria o mais apropriado. Na ausência inicial dele, estimular o aprendizado da Libras por todos os ocupantes daquele espaço é uma iniciativa importante, para que haja maior interação linguística no ambiente. Isso é essencial para que a inclusão das pessoas surdas seja uma realidade nos espaços escolares e para além deles.

Pensar nisso, é também uma forma de minimizar as barreiras que atrapalham, mesmo que inicialmente, o desenvolvimento da criança. Se mantivermos a ideia de que a escola é o espaço de maior interação, onde é estimulado o desenvolvimento afetivo, cognitivo e social, “satisfazer-se” em exclusivamente interpretar, sem se ater a outras questões subjetivas, parece não contemplar o sentido mais amplo do termo inclusão.

Se o desenvolvimento cognitivo da criança se dá através da interação social, não podemos esperar um desenvolvimento satisfatório em um local que geralmente a criança é “isolada” por motivos linguísticos. Não podemos esperar o desenvolvimento cognitivo de uma criança que na maioria das vezes chega à escola sem língua definida e esperar que tenha aproveitamento satisfatório quando sua realidade não é igualitária no ambiente escolar. Nosso papel, como agentes da educação, deve ser promover a disseminação da Libras nos espaços onde há a

presença da pessoa surda. Na ausência do professor surdo, é importante que outros que estão presentes naquele espaço se disponibilizem em buscar o aprendizado da Libras para que possa se comunicar com essas crianças. Alguns aspectos importantes devem ser levados em consideração, a partir de toda essa incursão teórica alcançada nesta dissertação. É importante considerar que no espaço escolar, a interpretação se entrelaça com os processos de ensino e de aprendizagem, fornecendo à atuação do intérprete particularidades que necessitam de maior discussão e atenção por parte dos sistemas de ensino e de pesquisadores, de maneira a garantir a possibilidade de realização de novos estudos acerca de seu trabalho.

Outra questão importante a considerar é quanto à necessidade de se repensar a formação do IE, que, além da abordagem linguística, também deveria contemplar questões pedagógicas. Embora a formação em Pedagogia preveja a atuação somente no primeiro segmento do Ensino Fundamental, seu currículo certamente tem muito a agregar na formação do IE.

O IE deve no contexto de sala de aula, ser a voz e os ouvidos do professor surdo, assim como deve ser a voz e os ouvidos dos alunos surdos. Não foi encontrado em nenhuma literatura durante minhas pesquisas, algo que isente o IE de tal postura. O IE está no ambiente escolar como agente mediador das duas línguas presentes no ambiente, sem distinção de faixa etária, se é discente ou docente.

Pesquisas e avanços ainda são necessários, a profissão foi regulamentada a pouco tempo, se considerarmos o tempo de atuação voluntária. Estamos nos consolidando na perspectiva da inclusão de surdos nas escolas regulares. Os agentes inseridos nesse campo devem priorizar o objetivo final da sua profissão. Os IE devem priorizar a qualidade da aprendizagem do discente surdo.

Professor e intérpretes são personagens fundamentais para o sucesso da criança surda, cada um entendendo qual o seu papel, buscando estratégias de ensino, de adequação de vocabulário e formas de interpretação, respeitando a faixa etária, conhecimento de mundo, e domínio de língua de cada indivíduo.

Um comportamento habitual, porém, equivocado do ser humano, é achar que já sabe de tudo. Esse é um pensamento que precisa ser desconstruído. Por sermos seres humanos estamos em constante aprendizado, ensinamos e aprendemos todos

os dias. Todo intérprete, principalmente o IE precisa ter a clareza que sua meta dentro da escola é com o processo construtivo de significação naquele indivíduo surdo, e que esse sendo criança, é necessário colocar comprometimento, empatia e responsabilidade no seu trabalho.

As crianças precisam se sentir acolhidas e em segurança. O IE talvez seja o primeiro personagem, dessa história de desenvolvimento e aprendizado que saberá se comunicar com o aluno, no entanto, ele não deve ser o único. A escola precisa se sensibilizar para tal tarefa.

São inúmeros amparos legais para a criança surda incluída, já foi dito, mas por mais repetitivo que pareça é necessário reforçar a ideia de que o IE é sim aquele que irá mediar à comunicação das pessoas surdas com as pessoas ouvintes, mas essa missão não é exclusivamente dele. Sejam a mudança, façamos a inclusão, e que nossos discursos sejam constantemente a nossa prática.

A partir de novas pesquisas ainda centradas no tema TILSP e IE, pretendo junto com minha orientadora me aprofundar nessas questões na tentativa de preencher as lacunas existentes, porém, já partindo do entendimento de que sempre haverá uma pergunta a ser respondida e que uma resposta pode não ser a única correta para determinados questionamentos. O intuito será buscar elucidar e promover um maior esclarecimento sobre a atuação dos profissionais TILSP e IE.

O material produzido será traduzido para Libras, com audiodescrição para que possa também ser utilizado pelos TILSP surdos e pessoas surdocegas.

Após a aprovação do mesmo pela banca, o E-book será publicado em forma de livro. Ainda não foi decidido por qual editora ou sua forma de comercialização, essa é uma etapa prevista e urgente, já que o mais importante é levar as informações disponíveis nesse material. Os primeiros exemplares serão entregues na Escola Municipal Santa Luzia, escola participante da pesquisa e para o Centro de Pesquisa e Formação Continuada Paulo Freire – CPFPPF que autorizou a pesquisa nessa escola.

A ideia é continuar com outras publicações seguindo esse viés. Conforme dito, não são todas as dúvidas que poderemos esclarecer, sempre haverá uma nova pergunta precisando de respostas. Contudo, inquietações como essas trazidas na pesquisa merecem ser melhor entendidas e aprofundadas, para encontrar ou indicar possíveis novos caminhos.

Entender os papéis de cada profissional, conhecer e reconhecer os limites de cada um, se debruçar na busca pela melhor formação e melhor atuação, são coisas que parecem simples, mas que podem facilmente se perder com a rotina diária. Quando começamos em um novo emprego, geralmente chegamos com todas as descrições prontas na nossa cabeça. Sabemos o que podemos ou não fazer, o que devemos ou não fazer. Conforme a rotina se estabelece, as relações também se estabelecem, com isso tendemos a nos desviar daquele objetivo inicial e nos acomodar no caminho que se apresenta como o mais fácil. Esse E-book tenta resgatar exatamente esse inicial. Apontar essas delimitações, fazer lembrar algo que possa ter sido esquecido...

A publicação desse E-book não finaliza o trabalho iniciado, existe a perspectiva de continuação. Artigos serão publicados com foco teórico sobre a formação e atuação do IE. Pretendo realizar um Workshop para profissionais da educação com o objetivo de possibilitar a troca de saberes, técnicas e habilidades, algo que foi demonstrado ser relevante e está entre as metas de continuidade dessa pesquisa. Inicialmente a ideia é realiza-lo na escola onde a pesquisa foi realizada (caso seja autorizado) e posteriormente estender para outras escolas.

Todo e qualquer conhecimento adquirido na academia precisa voltar para a sociedade. Nessa pesquisa busquei algumas respostas e as compartilho no E-book Mãos que Sentem, Formam e Informam, acredito que esse seja mais uma forma de mostrar que precisamos de mais publicações acerca do cotidiano do TILSP, sobretudo do IE. Publicações que abordem a realidade, mas sem julgamentos. Que sejam convidativas ao leitor, que tenha uma linguagem que possa alcançar toda a sociedade de fato, para que cada vez mais pessoas saibam que existe esse profissional.

Que venham publicações para que sejam discutidas, que possam contribuir com o desenvolvimento do profissional intérprete e de todos que de uma forma ou de outra entendem qual a sua importância nos espaços. Estamos em 2021 e ainda existem muitas dúvidas sobre essa profissão, não somente por aqueles que não lidam com as pessoas surdas ou com os TILSP/IE. Muitas vezes, são dúvidas de quem já está imerso na realidade da inclusão ou do próprio intérprete.

Todos nós devemos nos preocupar com a educação, seja ela de surdos ou não, pois a educação é um direito de todos. O conhecimento sempre será o melhor

caminho para as mudanças que são necessárias. Conhecer mais sobre o outro é muito importante, reconhecer que somos todos seres humanos e que, por esse motivo, a deficiência é uma das experiências mais orgânicas do planeta, pode ser um motivador na busca de informações que tragam transformações positivas para a sociedade de forma geral.

7 REFERÊNCIAS

- AQUINO, N. DE A. ALBRES, N. DE A.; SANTIAGO, V. A. A Atuação do Intérprete Educacional: Reflexões e Discurso Sobre as Duas Modalidades de Interpretação: simultânea e consecutiva. *Revista Espaço*, Rio de Janeiro, nº 38, p. 50 – 59, jul/dez. 2012.
- ARAUJO, C. K; SOUZA. D.M. Dificuldades do intérprete em sala de aula: responsabilidades influências. **Revista Científica UNAR**, v.11, n.2, 2015.
- AMPESSAN, J.P.; GUIMARÃES, J.S.; LUCHI, M. Intérpretes educacionais de Libras: orientações para a prática profissional. Secretaria de Estado da Educação. Fundação Catarinense de Educação Especial - Florianópolis: DIOESC, 2013
- ANTÔNIO, L. C. O; MOTA, P. R.; KELMAN, C. A. A Formação do Intérprete educacional e sua atuação em sala de aula. **Revista Ibero Americana de Estudos em Educação**. São Paulo, v. 10, p. 1032-1051, 2005.
- ATAS: CONGRESSO DE MILÃO [DE]. - Rio de Janeiro: INES, 2011. (Série Histórica do Instituto Nacional de Educação de Surdos: Volume 2), 1880.
- AVELAR, T.F.; FREITAS, K.P.S. a importância do português como segunda língua na formação do aluno surdo. *Revista Sinalizar*, v.1, n.1, p. 12-24, jan./jun 2016
- BARBOSA, H. G. Procedimentos Técnicos da tradução: uma nova proposta.2 ed. Campinas: Pontes, 2004.
- BELÉM, L. J. M. A Atuação do Intérprete Educacional de Língua Brasileira de Sinais no Ensino Médio. Dissertação de (Mestrado) - UNIMEP, Piracicaba - São Paulo. 2010.
- BUENO J.G.S. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? **Revista Brasileira de Educação Especial**. 2009
- FARIA & GALÁN-MANÃS. Um estudo sobre a formação de tradutores e intérpretes de línguas de sinais. *Trab. Ling. Aplic. Campinas*, nº (57.1): 265-286, jan./abr. 2018.
- FEBRAPILS. Nota técnica Nº 01/2017 - FEBRAPILS. A atuação do Tradutor, Intérprete e Guia-Intérprete de Libras e Língua Portuguesa em Materiais Audiovisuais Televisivos e Virtuais. 2017.
- FERREIRA, G. E. O perfil pedagógico do intérprete de língua de sinais no contexto educacional. Dissertação (Mestrado) – UNIPAC, Bom Despacho - Minas Gerais. 2002.
- FERNANDES, E. Problemas linguísticos e cognitivos do surdo. Rio de Janeiro: Agir, 1990.
- _____. Linguagem e surdez. Porto Alegre: Artmed, 2003
- FERRÃO, C. P; LOBATO, H.K.G. A Inclusão Do Aluno Surdo No Ensino Regular Na Perspectiva De Professores Do Ensino Fundamental. **In: diálogos sobre inclusão escolar e ensino-aprendizagem da Libras e Língua portuguesa como segunda língua para surdos**. 2016

GLAT, R. F. EF. Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma Breve Reflexão sobre os Paradigmas Educacionais no Contexto da Educação Especial Brasileira. **Revista Inclusão**: MEC/SEESP. 2005; 1(1).

GIL, A. C., 1946- Como elaborar projetos de pesquisa. 4. Ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

GÓES, M.C.R. *Linguagem, surdez e educação*. Campinas: Autores Associados, 1996.

_____. *Linguagem, surdez e educação*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

LACERDA, C. B. F. de. A criança surda e a língua de sinais no contexto de uma sala de aula de alunos ouvintes. São Paulo: FAPESP, (Relatório final FAPESP; proc. nº 98/02861-1). 2000.

LACERDA, C. B. F, Intérprete de libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Porto Alegre, Editora Mediação, 5º edição, 2013.

LEITE, E. M. C. Os papéis do Intérprete de LIBRAS em sala de aula inclusiva. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2005.

LIMA, C. M. de. Educação de Surdos (Desafios Para a Prática e Formação de Professores). Editora: Wak. Rio de Janeiro, 2015.

LODI, A. C. B. Educação Bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05. Educação e Pesquisa, v. 39, n.1, 2013.

MACHADO, N. C. L. S. B. História da Educação de Surdos para o Público Infantojuvenil. Dissertação (Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão do Instituto de Biologia Universidade Federal Fluminense). Niterói, 2015.

MIRANDA, A.P.S.; FIGUEIREDO, D.P.; LOBATO, H. K. G. A Tecnologia Da Informação E Comunicação E Ensino aprendizagem De Alunos Surdos: relato sobre a experiência de uma professora da sala de informática. In: diálogos sobre inclusão escolar e ensino-aprendizagem da libras e língua portuguesa como segunda língua para surdos. 2016

MIDENA, M.C.M. O surdo e a escrita na clínica fonoaudiológica: estudo de caso. 2004. Tese (Doutorado) – Departamento de estudos de linguística do instituto de estudos da linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

QUADROS, R. M. de. Aquisição da linguagem. Educação de surdos: Aquisição da linguagem. Artmed. P. 41. Porto Alegre, 1997.

QUADROS, R. M. O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. 2.ed.Brasília: MEC, V.1. 2004.

SÁ, N. R. L. Cultura, poder e educação de Surdos. 2. ed. São Paulo. Editora: Paulinas, 2010.

SANTOS, I.L, GRILO, J.P, DUTRA, P.A.A. Intérprete educacional: teoria versus prática. In: **Revista da Feneis**, nº 41, set-nov, 2010. p. 26-30.

SKLIAR, C. La educación de los sordos. Una reconstrucción histórica, cognitiva y

pedagógica. Mendoza: Editora Universal de Cuyo, Serie Manuales, 1997.

SANT'ANA IM. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicologia em Estudo**. 2005; 10(2): 227-234.

SAVIANI, D. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 2003.

SILVA, M. da P. M. A construção do sentido da escrita do sujeito surdo. 1999.

SOBRAL, A. P. In: BENEDETTI, Ivone; SOBRAL, Adail (Orgs.). Conversas com Tradutores: Balanços e perspectivas da tradução. **Parábola**, p. 201-214, São Paulo, 2005.

SOUZA, M. da C. T. de. O bilinguismo (libras - português) na tenra infância: produção de uma série de livros infantis interativos para aproximação de pais ouvintes e filhos surdos: Dissertação (Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão do Instituto de Biologia Universidade Federal Fluminense). Niterói, 2015.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996.

1.1. Sites

BRASIL. LEI Nº 10.436 de 24 de abril de 2001. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm Acesso em: 18.06.2019

_____. Lei nº 12.319, de 1º de Setembro de 2010, que regulamenta a profissão de Tradutor Intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1025011/lei-1231910>. Acesso em: 26.07.2019

_____. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, e o art.18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, República Federativa do Brasil, Atos do Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. nº246, ano CXLII, Seção 1, p.28-30. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>Acesso em 20 de Fevereiro de 2018 Acesso em: 20 de Fevereiro de 2018.

_____. LEI 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm Acesso em: em 20.02.2018

_____. POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA UNESCO, 1994; BRASIL, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducaspecial.pdf> Acesso em: 18.07.2019

CRUZ, R. M. H. Conflitos Éticos na atuação DO Tradutor Intérprete de Libras. Rio de

Janeiro: Editora Arara Azul, Edição nº17, 2016. Disponível em: <https://editora-araraazul.com.br/site/admin/ckfinder/userfiles/files/4%C2%BA%20Artigo%20REVISTA%2017%20Raquete%20Mota%20Hon%C3%B3rio%20Cruz.pdf> Acesso em: 20.02.2018

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: 23 de outubro de 2018.

DORZIAT, A. Bilinguismo e Surdez: para além de uma visão linguística e metodológica. In: SKLIAR, Carlos (Org.). Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos. Processos e projetos pedagógicos. Vol. 1. Porto Alegre: Mediação, 1999, p. 27-40.

FEBRAPILS. Nota Técnica Nº 01/2017 – FEBRAPILS. A Atuação do Tradutor, Intérprete e Guia-Intérprete de Libras e Língua Portuguesa em Materiais Audiovisuais Televisivos e Virtuais. 2017

POKER, R. B. Abordagens de Ensino na Educação da Pessoa com Surdez. LIBRAS a Distância, Unesp, módulo 2. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/Libras/mec_texto2.pdf Acesso em: 23.10.2018

QUADROS, R. M. O 'bi' em bilinguismo na educação de surdos. In: Surdez e bilinguismo. 1ed. Porto Alegre: Editora Mediação, v.1, p. 26-36. disponível em: <https://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=7&idart=197>. Acesso em 25 mar 2020.

SOUZA, V. R. M. A Educação dos Surdos no Século XIX. Revista Tempos e Espaços em Educação, UFS, v. 1, p. 49 jul./dez. 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/2193-6034-1-SM.pdf> Acesso em: 24.07.2019

VIEIRA, C. R. e MOLINA, K. S. Prática pedagógica na educação de surdos: o entrelaçamento das abordagens no contexto escolar. Educação e Pesquisa. v.44. São Paulo, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022018000100503

VIGOTSKI, L.S. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001 Acesso em: 19.01.2019. <https://revistabrasileiravrlibras.paginas.ufsc.br> Acesso em: 15.01.2020

8 APÊNDICES

8.1 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Título do Projeto: Parâmetros para atuação do intérprete educacional no segundo segmento do Ensino Fundamental.

Pesquisadora responsável: Jaqueline Luna de Oliveira da Rocha.

Instituição a que pertence a Pesquisadora Responsável: CMPDI/UFF

Telefones de contato: (21) 96571-5417 **E-mail:** jlunadeoliveira@yahoo.com

Nome do (a) voluntário (a): _____

O (a) Sr (a) está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa intitulado: Parâmetros para atuação do Intérprete Educacional no segundo segmento do Ensino Fundamental.

De acordo com o Decreto nº 5.626/2005, para garantir o atendimento educacional aos aprendizes surdos, as instituições de ensino devem oferecer-lhes acesso ao conhecimento por meio de professores bilíngues e Tradutores e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras), cuja profissão foi regulamentada pela Lei nº 12.319 de 1º de setembro de 2010. Antes disso, porém, algumas escolas já contratavam esses profissionais de maneira autônoma, para promover o aprendizado dos alunos surdos matriculados. Esta pesquisa busca levantar dados sobre a atuação do Profissional Intérprete em contexto escolar do segundo segmento do Ensino Fundamental. Para tal, será disponibilizado aos profissionais Intérpretes de Libras um questionário com 10 perguntas, e para os professores que atuam com a presença dos profissionais Intérpretes em sala de aula responderão um questionário com 13 perguntas, cujas respostas darão subsídios para a elaboração de uma Coletânea com módulos informativos, disponível em versão impressa e em Libras (vídeo), abordando temas e conteúdos associados à atuação desse profissional no contexto escolar. Essa coletânea busca apoiar as práticas diárias dos intérpretes e contribuir com toda comunidade escolar acerca do seu papel.

Não será exposto o nome do(a) voluntário(a), sendo-lhe garantido total sigilo. Em qualquer momento, o(a) voluntário(a) poderá desistir da pesquisa, mas os dados coletados até o momento da desistência serão usados pela pesquisadora.

Os Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) são compostos por pessoas que trabalham para que todos os projetos de pesquisa envolvendo seres humanos sejam aprovados de acordo com as normas éticas elaboradas pelo Ministério da Saúde. A avaliação dos CEPs leva em consideração os benefícios e riscos, procurando minimizá-los e busca garantir que os participantes tenham acesso a todos os direitos assegurados pelas agências regulatórias. Assim, os CEPs procuram defender a dignidade e os interesses dos participantes, incentivando sua autonomia e participação voluntária. Procure saber se este projeto foi aprovado pelo CEP desta instituição. Em caso de dúvidas, ou querendo outras informações, entre em contato com o Comitê de Ética da Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fluminense (CEPFM/UFF), por e-mail ou telefone, de segunda à sexta, das 08:00 às 17:00 horas. E-mail: etica@vm.uff.br Tel/fax: (21) 26299189

Eu, _____, declaro ter sido informado sobre a pesquisa e concordo em participar, como voluntário (a), no projeto de pesquisa acima descrito.

Voluntário (a): _____

Assinatura do Pesquisador: _____

8.1.1 Apêndice A – Questionário para os Tradutores Intérpretes de Libras/Língua Portuguesa.



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE



Universidade Federal Fluminense

INSTITUTO DE BIOLOGIA

CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM DIVERSIDADE E INCLUSÃO - CMPDI-UFF

Este questionário foi desenvolvido como instrumento de coleta de dados para pesquisa de mestrado intitulada: Proposta de Parâmetros para a atuação do Intérprete Educacional no Segundo Segmento do Ensino Fundamental, com o objetivo de identificar o perfil profissional do Tradutor Intérprete e saber sobre o seu olhar frente a sua atuação profissional.

Os dados do participante não serão divulgados.

Nome do Intérprete (resposta opcinal): _____

Nome da Escola: _____

Contato por e-mail: _____

- 1- Onde aprendeu a Língua de Sinais?
 - a. ☐ em cursos de Libras.
 - b. ☐ em ambiente religioso (igreja, por exemplo).
 - c. ☐ em Associação (ões) de Surdos.
 - d. ☐ em curso Superior (Letras/ Libras; Pedagogia – modalidade Bilíngue...).
 - e. ☐ em contato com pares surdos ou familiares.
 - f. ☐ Outro: Especifique _____
- 2- Quanto tempo atua **profissionalmente** como intérprete de Libras?
 - a. ☐ menos de 1 ano.
 - b. ☐ entre 1 ano e 5 anos.
 - c. ☐ entre 5 anos e 10 anos.
 - d. ☐ entre 10 anos e 20 anos.
 - e. ☐ mais de 20 anos.
- 3- Possui formação em Nível Superior?
 - a. ☐ Sim. Especifique o curso: _____
 - b. ☐ Não
- 4- Os alunos surdos da turma em que você atua têm domínio da Libras?
 - a. ☐ Sim

- b. ☐ Não
- c. ☐ Parcialmente

5- Qual é sua maior dificuldade para a realização do seu trabalho? (pode marcar mais de uma opção)

- a. ☐ Falta de domínio de sinais específicos das disciplinas.
- b. ☐ Falta de comunicação com o professor regente da turma.
- c. ☐ Falta de acesso ao material didático com antecedência.
- d. ☐ Falta de domínio da língua de sinais pelo aluno surdo.
- e. ☐ outro(s). Especifique:

6- Sua atuação se limita ao espaço da sala de aula?

- a. ☐ Sim.
- b. ☐ Não. Marque outro(s) espaço em que atua: (pode marcar mais de uma opção)
 - c. ☐ Acompanhamento do aluno no recreio também.
 - d. ☐ Ministrar conteúdos da disciplina.
 - e. ☐ Atender o aluno em sala de recursos.
 - f. ☐ Acompanhamento do aluno no Atendimento Educacional Especializado.
 - g. ☐ Elaborar material didático para o aluno surdo.
 - h. ☐ Ensino Libras aos alunos surdos.
 - i. ☐ Ensino Libras para outras pessoas na escola (professores, gestores, familiares...)
 - j. ☐ Outro(s). Especifique:

7- Durante a aula, qual é a sua atuação?

- a. ☐ Explico o conteúdo aos alunos.
- b. ☐ Esclareço dúvidas dos alunos surdos.
- c. ☐ Ensino Libras a alunos surdos.
- d. ☐ Auxílio o professor com os alunos surdos e ouvintes.
- e. ☐ Interpreto o conteúdo sem interferir nas palavras do professor.
- f. ☐ Sou totalmente responsável pelo aluno surdo durante as aulas.
- g. ☐ Acompanho todas as atividades em parceria com o professor regente.
- h. ☐ Outros. Especifique:

8- Que disciplinas(s) é (são) mais desafiadora(s) para você?

- a. ☐ Português
- b. ☐ Matemática

c. () Ciências

d. () Geografia

e. () História

f. () Inglês

g. () Filosofia

h. () Sociologia

i. () Artes

j. () Outra(s). Especifique:

9- Tem experiência profissional como Intérprete de Libras em outros contextos?

a. () Sim. Especifique: _____

b. () Não.

10- Você se considera Intérprete Educacional?

a. () Sim. Justifique: _____

b. () Não

8.1.2 Apêndice B – Questionário para os Professores com alunos surdos incluídos.

	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE INSTITUTO DE BIOLOGIA CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM DIVERSIDADE E INCLUSÃO	
---	---	---

Pesquisadora: Jaqueline Luna de Oliveira da Rocha

Contato: telefone (21) 96571-5417 E – email: jlunadeoliveira@yahoo.com

Mestranda em Diversidade e Inclusão pela Universidade Federal Fluminense

Orientador(a): Prof. Dra. Osilene Maria de Sá e Silva da Cruz

Pesquisa intitulada: PARÂMETROS DE ATUAÇÃO DOS TRADUTORES
INTÉRPRETES DE LIBRAS/LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO
FUNDAMENTAL

Questionário para professores do Segundo Segmento do Ensino Fundamental

Prezado voluntário(a),

Você está sendo convidado (a) a responder algumas perguntas que nortearão a produção de uma coletânea, denominada Parâmetros de Atuação dos Tradutores Intérpretes de LIBRAS/Língua Portuguesa no Ensino Fundamental, com o objetivo de auxiliar a atuação do TILSP em seu contexto profissional. Sua participação é muito importante porque vai nos oferecer dados importantes para os conteúdos a serem inseridos no referido produto.

Sua identidade não será revelada e suas respostas serão resguardadas. – Informamos que a pesquisa é de cunho acadêmico e tem a intenção de subsidiar a construção de um produto que apoiará os esclarecimentos sobre a profissão do Intérprete de LIBRAS no ambiente escolar. Muito obrigada!

1. Tempo de formação

- a. ☐ até 5 anos b. ☐ entre 6 e 10 anos c. ☐ acima de 11 anos

2. Disciplina que ministra

- a. ☐ português b. ☐ matemática c. ☐ história
d. ☐ geografia e. ☐ ciências f. ☐ outro _____

3. Indique ano escolar em que ensina atualmente:

- a. ☐ 6º ano b. ☐ 7º ano c. ☐ 8º ano d. ☐ 9º ano

4. Você teve a disciplina de Libras durante o curso na faculdade/universidade?

a. ☐ sim

b. ☐ não

5. Se sua resposta anterior foi sim, qual foi o tempo de estudo no curso de Educação Física?

a. ☐ 1 semestre

b. ☐ 2 semestres

c. ☐ 3 semestres

d. ☐ 4 semestres

e. ☐ outro: _____

6. A instituição de ensino em que você trabalha é:

a. ☐ pública b. ☐ privada

7. Você tem ou já teve aluno surdo?

a. ☐ sim b. ☐ não

8. Como você se comunica ou se comunicava com o aluno surdo?

a. ☐ sou bilíngue, comunicação em Libras e em LP escrita

b. ☐ tenho alguns conhecimentos de Libras e consigo me comunicar

c. ☐ por meio de intérprete educacional

d. ☐ por meio de gestos

e. ☐ não me comunico com o aluno surdo

f. ☐ outra resposta: _____

9. A escola onde você trabalha tem intérprete de Libras?

a. ☐ sim

b. ☐ não

10. Que tipo de atividade(s) você realiza em suas aulas?

11. Qual(is) é(são) a(s) sua(s) dificuldade(s) nas suas aulas com a presença de alunos surdos?

a. ☐ dificuldade de comunicação em Libras

b. ☐ aulas contendo alunos surdos e ouvintes juntos

c. ☐ ausência de intérprete

d. ☐ materiais didáticos inadequados para a aula

e. () falta de informação sobre como lidar com turma inclusiva (surdos, ouvintes, autistas, outros comprometimentos...)

f. () outro(s):

12. Você conta com a presença do intérprete em suas aulas?

a. () SIM b. () NÃO

13. Se sua resposta à pergunta anterior foi SIM, o que você espera do intérprete em suas aulas? Pode marcar mais de uma resposta. –

- a. () explique o conteúdo ao aluno
- b. () apresente ao professor as dificuldades dos alunos
- c. () trabalhe com o aluno surdo separadamente
- d. () só se dirija ao aluno quando o professor autorizar
- e. () traduza os conceitos e conteúdos de forma imparcial
- f. () traga materiais específicos para os alunos surdos
- g. () prepare a aula para o aluno surdo
- h. () explique os conteúdos ao aluno surdo previamente
- i. () ter postura em sala de aula e não se distrair com outras atividades
- j. () não mexer no celular enquanto esta em sala de aula
- k. () ser pontual com relação ao horário
- l. () outro(s):

13. Você teria interesse em consultar uma coletânea sobre o papel do intérprete no segundo segmento do ensino fundamental?

a. () SIM () NÃO

Por quê?



UFF - HOSPITAL
UNIVERSITÁRIO ANTÔNIO
PEDRO/ FACULDADE DE
MEDICINA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL FLUMINENSE -
HUFMUFF



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Parâmetros para atuação do intérprete educacional de LIBRAS/Língua Portuguesa no Ensino Fundamental.

Pesquisador: JAQUELINE LUNA DE OLIVEIRA DA ROCHA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 23641419.8.0000.5243

Instituição Proponente: Curso Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.758.276

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto com pesquisa de campo em uma escola do município de Duque de Caxias/RJ que tem como órgão gestor a Secretaria Municipal de Educação – SME. Será aplicado um questionário com 10 perguntas semi-estruturadas para os Tradutores e Intérpretes que atuam no segundo segmento do Ensino Fundamental. A partir das respostas dos Tradutores e Intérpretes referentes às especificidades apontadas sobre sua atuação na área Educacional e da compilação das legislações vigentes, o produto da pesquisa será uma coletânea bilingue, que foi chamado de Parâmetros, que servirão como ferramenta de apoio à atuação do Tradutor Intérprete Educacional no segundo segmento do EF. A coletânea será disponibilizada nas modalidades impressa (LP escrita) e digital (vídeo em Libras legendado). Avanços na educação de surdos têm sido evidentes, principalmente, no que se refere à importância do ensino bilingue e à atuação do profissional tradutor intérprete educacional de LIBRAS/Língua Portuguesa – TILSP (BRASIL, 2005; 2015), que passa a ocupar um papel de suma importância no processo de ensino-aprendizagem de alunos surdos, a partir do segundo segmento do Ensino Fundamental. Atualmente, mesmo com a perspectiva bilingue de ensino e com políticas educacionais favoráveis à inclusão de alunos surdos em contextos escolares, o trabalho desenvolvido por Tradutores Intérpretes parece não atender as



UFF - HOSPITAL
UNIVERSITÁRIO ANTÔNIO
PEDRO/ FACULDADE DE
MEDICINA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL FLUMINENSE -
HUFMUFF



Continuação do Parecer: 3.750.270

A Coletânea com os parâmetros de atuação irá contribuir com a dinâmica de trabalho dos profissionais Tradutores Intérpretes, uma vez que esses parâmetros visam esclarecer de forma prática qual é o papel desse profissional na escola e no processo de escolarização dos alunos surdos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A proposta de pesquisa apresentada tem grande relevância acadêmica uma vez que pretende criar Parâmetros para atuação do Intérprete educacional de Libras/Língua Portuguesa no Ensino Fundamental. Assim, alguns pontos foram observados:

- Equipe da pesquisa descrita no projeto detalhado e nas informações básicas.
- O desenho do Estudo foi bem apresentado mostrando abordagem metodológica, características básicas do estudo, população e amostra.
- A hipótese está bem elaborada.
- Metodologia proposta está bem definida.
- Os critérios de Inclusão e exclusão foram bem descritos.
- Metodologia de Análise de Dados bem descrita e adequada.
- O cronograma está adequado à proposta.
- O pesquisador apresentou orçamento financeiro coerente com as análises a serem realizadas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- Carta de anuência assinada pela responsável da Instituição a diretora Marta R. S. de Souza - ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESCOLA MUNICIPAL SANTA LUZIA
- Folha de rosto: devidamente assinada;
- O TCLE está apresentado de forma clara e acessível para os participantes, no entanto um ponto precisa ser acrescentado ao TCLE. Não contém no TCLE o tempo de duração das entrevistas.

Recomendações:

Incluir o tempo de realização das entrevistas em todo o protocolo e no TCLE.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Este colegiado delibera pela aprovação trabalho e salienta a importância de criar parâmetros para uma boa educação profissional dos tradutores.

Endereço: Rua Marquês de Paraná, 303 - 4º Andar (Prédio Anexo)
Bairro: Centro CEP: 24.033-900
UF: RJ Município: NITERÓI
Telefone: (21)2629-0189 Fax: (21)2629-0189 E-mail: etica@vm.uff.br

Página 05 de 06



UFF - HOSPITAL
UNIVERSITÁRIO ANTÔNIO
PEDRO/ FACULDADE DE
MEDICINA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL FLUMINENSE -
HUFMUFF



Continuação do Parecer: 3.758.276

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_P ROJETO_1394425.pdf	26/11/2019 21:54:29		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.doc	26/11/2019 21:53:49	JAQUELINE LUNA DE OLIVEIRA DA ROCHA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	26/11/2019 21:51:42	JAQUELINE LUNA DE OLIVEIRA DA ROCHA	Aceito
Folha de Rosto	FROSTO.pdf	12/10/2019 18:38:30	JAQUELINE LUNA DE OLIVEIRA DA ROCHA	Aceito
Outros	Anuencia.pdf	09/10/2019 22:30:19	JAQUELINE LUNA DE OLIVEIRA DA ROCHA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

NITERÓI, 10 de Dezembro de 2019

Assinado por:
RO SANGELA ARRABAL THOMAZ
(Coordenador(a))

